Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca

Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca

Simone Monteiro

ISBN: 85-7541-014-8

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Guilherme Ashton

Revisão e Copidesque:
Fernanda Veneu e *Janaina de Souza Silva*

Supervisão Editorial:
M. Cecilia G. B. Moreira

Catalogação-na-fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca Lincoln de Freitas Filho

S586a Monteiro, Simone
Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca. / Simone Monteiro. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2002.
148 p.

1. Síndrome de imunodeficiência adquirida. 2. Comportamento do adolescente. 3. Áreas de pobreza. 4. Condições sociais.

CDD - 20.ed. – 614.5993

2002
EDITORA FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels: (21) 3882-9039 e 3882-9041
Fax: (21) 3882-9007
e-mail: editora@fiocruz.br
http://www.fiocruz.br

Sumário

Prefácio

Nos últimos vinte anos, mais de 60 milhões de pessoas se infectaram com o HIV. Destas, metade se infectaram entre 15 e 24 anos de idade. Mundialmente, os jovens de 15 a 24 anos correspondem a 30% das pessoas vivendo com HIV/Aids. Hoje, este número corresponde a cerca de 11,8 milhões de adolescentes e adultos jovens. Nos países onde predomina a transmissão heterossexual, as mulheres tendem a se infectar mais cedo.

A epidemia HIV/Aids está hoje vinculada à pobreza. Uma análise do Banco Mundial envolvendo 72 países evidencia que, em níveis nacionais tanto a renda *per capita* baixa como a desigualdade na sua distribuição estão associadas a taxas mais altas de infecção pelo HIV. Entre adultos urbanos de um típico país em desenvolvimento, um aumento de dois mil dólares na renda está associado com taxas de infecção 4% mais baixas.

O desafio da prevenção entre jovens é crucial. Os adolescentes tendem a lidar precariamente com situações em que ganhos imediatos se contrapõem a perdas só detectáveis a longo prazo, caso particular da atividade sexual, sua relação com a infecção pelo HIV e o desenvolvimento da Aids.

No mundo contemporâneo, especialmente na última década, estudos têm apontado a importância da vulnerabilidade dos jovens a situações consideradas de risco extremo. As taxas de criminalidade, homicídios, acidentes automobilísticos fatais, bem como o alcoolismo e o uso de drogas ilícitas têm-se constituído em objetos da agenda de políticas públicas, seja de pesquisa seja de serviços. As evidências indicam que os adolescentes, especialmente os mais jovens, são mais permeáveis a

macro-situações que envolvam suas famílias e seus amigos. Isto é, comparados aos adultos, são mais sensíveis a opiniões e ao controle exterior.

O livro de Simone Monteiro, sobre as experiências sociais do gênero e da sexualidade de adolescentes de Vigário Geral, analisa as representações e as práticas de proteção no cotidiano violento da vida de jovens moradores daquele pedaço carioca do mundo. Com uma visão crítica sobre as teorias psicológicas e sociais que dominaram os programas preventivos na primeira década da epidemia de Aids, a autora problematiza a prioridade que aquelas abordagens deram aos processos cognitivos de mudança de comportamento, à decisão individual e ao controle das ações pelo sujeito, estabelecendo uma relação direta entre o conhecimento e a prática, diante da percepção de comportamentos que ameaçam a saúde.

A partir da temática da proteção, a autora relativiza o enfoque epidemiológico de risco e discute a coexistência de universos culturais contrastantes e hierarquizados nas sociedades modernas. Essa abordagem pressupõe alguns desafios.

O primeiro deles é superar as artimanhas tentadoras do dogmatismo e do reducionismo. Assim, Simone Monteiro rompe as barreiras disciplinares, revê sua formação profissional e estabelece acordos teóricos indispensáveis para a produção de conhecimento. Em essência, este trabalho assinala a especificidade de ter de pensar o agir humano. Com clareza, ela aponta as inúmeras lacunas que continuam existindo nas formulações teóricas que buscam articular os diversos sistemas culturais e as práticas cotidianas individuais. Retomando a produção teórica desse campo, no que se refere às representações e práticas de proteção, dialoga com Foucault, Bourdieu, Gagnon, Giddens e vários outros.

O segundo desafio é a audácia de ir a campo. A sua imersão no real nos obriga a rever várias pré-concepções e, mais que tudo, apresenta-nos, desses adolescentes, significados não pensados, apontando para equívocos nos programas de educação para saúde. Aí parece ser a maior contribuição de Simone: como pensar a promoção da saúde, fora da categoria risco, com a proteção a partir das trajetórias biográficas do grupo em estudo.

A autora conclui que o perfil tradicional da sociedade brasileira, somado às condições materiais das camadas populares urbanas, atualiza o significado das relações pessoais em oposição à concepção moderna de cidadania, apoiada na noção de direito individual. Se no imaginário social o familiar protege, em um contexto relacional marcado pela desigualdade social, pela violência e pelos abusos do poder legal, essa associação tende

a ganhar maior relevância e significado. Ao analisar a presença dessa lógica nos cuidados com a saúde, em geral, e na prevenção do HIV/Aids em particular, bem como nas reações diante das ameaças do cotidiano, a autora fornece elementos valiosos para a reflexão crítica sobre o conteúdo e alcance das políticas preventivas em saúde.

Não se pode deixar de comentar que a epidemia HIV/Aids tem contribuído para a difusão de discursos constitutivos de uma lógica social de contágio e pânico que atualiza processos de exclusão em todas as esferas da sociedade. A dominação pelo terror é tão antiga na cultura ocidental quanto as noções de graça e pecado e impregna nossa história colonial e contemporânea. Assim, o isolamento pela morte civil e pelo estigma referidos à epidemia entre esses adolescentes é minimizado em um contexto em que as representações e as práticas de proteção são orientadas por regras de exclusão ambíguas e por éticas sociais diversas, expressas não em oposições binárias, mas móveis e negociadas. Na história humana, o abrigo sempre conviveu com a incerteza.

A falta de convergência entre o referencial cultural da população e o discurso e a ação preventiva suscita vários problemas analisados neste livro, entre os quais as certezas lógicas e explicativas de nossos solenes pronomes 'eles' e 'nós'. Alguns outros problemas também são identificados pela autora, ainda que de maneira incipiente. Dizem respeito, por exemplo, ao significado imediato da vida e da proteção para esses jovens, contraposto as possibilidades de planejar futuros próximos ou remotos. Radicalidade, transgressão? Tal questão nos remete à dinâmica da relação entre o indivíduo e as estruturas sociais, à discussão dos aspectos subjetivos e objetivos da experiência do cotidiano no qual os modos de viver no limite parecem ser a rotina. Promover a saúde, garantir a qualidade de vida no futuro? Futuro? Que futuro existe em um microcosmo em que a vida vale tão pouco, cravado em um contemporâneo em que o tempo é simultâneo?

Já não há muito mérito em morar perto do céu e a reflexão acadêmica se confronta em Vigário Geral, como tão bem apontado por Simone, com as artimanhas de ser 'safe' e ser 'safo'. Ao leitor, a possibilidade de, ao ritmo e à força dos sons desses adolescentes, arrebentar a palavra que pensa, e pensar o agir que transforma.

Elizabeth Moreira dos Santos
Pesquisadora Associada do Departamento de Endemias Samuel Pessoa
da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Apresentação

Descrevem-se, aqui, as trajetórias e as experiências sociais do gênero e da sexualidade de rapazes e moças, moradores da favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, focalizando as representações e práticas de proteção da vida e da saúde. Tal estudo tem o intuito de contribuir para a discussão sobre o alcance de propostas voltadas para a educação em saúde.

Nos últimos anos, tenho atuado em projetos de pesquisa voltados para o desenvolvimento e a avaliação de programas e recursos educativos na área da prevenção do HIV/Aids, do uso indevido de drogas e da promoção da saúde reprodutiva. Por meio destes trabalhos, venho refletindo sobre os limites das abordagens preventivas centradas na alteração das práticas dos atores sociais, dada a complexidade de fatores envolvidos na mudança de comportamentos sociais.

Parto, assim, do pressuposto de que os esforços voltados para a transformação de práticas dos sujeitos sociais, objetivando a prevenção de doenças, devem levar em conta a visão de mundo dos atores sociais que serão alvo da ação, isto é, os sentidos que eles atribuem à noção de cuidado com a sua saúde. A pluralidade de significados e a polifonia dos sentidos das práticas sociais exigem a construção de alternativas, orientadas, entre outros aspectos, pela perspectiva do 'outro', a quem a proposta é dirigida, e pela análise de suas repercussões. Este estudo objetiva pensar esse tema – ou melhor, promover indagações sobre qual prevenção está sendo proposta – a partir de uma reflexão estruturada em cinco capítulos.

Com base na literatura voltada para a problematização do discurso preventivo, no primeiro capítulo aborda-se a interface entre Aids, juventude e diversidade cultural, enfocando três vertentes: interpretações sociológicas das epidemias, pluralidade cultural nas sociedades complexas, dimensão histórica e cultural do conceito de juventude.

No segundo capítulo, apresentam-se argumentos teóricos, desenvolvidos por Bourdieu (1994a, 1994b e 1994c), Douglas (1994) e Giddens (1991), referentes à lógica das práticas sociais, com ênfase naquelas afeitas ao campo da saúde e da proteção. Não obstante as diferenças entre os enfoques teóricos, tais análises sociológicas assumem uma visão crítica e desnaturalizada de conceitos apoiados na biologia, como sexo e idade, e fundamentam o questionamento da concepção comportamental das propostas educativas centrada na decisão racional e na responsabilidade individual. De acordo com esta vertente, a visão de mundo e as práticas sociais são produzidas a partir da internalização e reprodução de modos de vida e das condições do meio.

As orientações teóricas citadas iluminam o entendimento acerca das variações de significado dos comportamentos dos diversos grupos sociais integrantes das sociedades contemporâneas; fornecem ainda subsídios para a compreensão de por que o conhecimento dos meios de transmissão de uma doença não é condição suficiente para gerar novas práticas, como propõe a visão preventiva calcada na divulgação de informações 'corretas'.

No terceiro capítulo, apresentam-se as estratégias metodológicas adotadas no estudo. Trata-se de uma caracterização das peculiaridades do processo de obtenção dos dados e das etapas do procedimento analítico, definido pela busca dos sentidos dos conteúdos colhidos. São privilegiadas a descrição das estratégias de investigação utilizadas e a contextualização do trabalho de campo, em termos da aproximação e interação, com os moradores e os diferentes segmentos profissionais que atuam na comunidade de Vigário Geral. Neste capítulo também foram incluídas as informações sobre o perfil do universo estudado referentes à configuração do grupo doméstico e à trajetória escolar.

São focalizadas, no quarto capítulo, as trajetórias dos jovens pesquisados com destaque para as biografias femininas e masculinas e para o processo de iniciação e desenvolvimento das práticas sexuais. A interpretação dos dados é realizada a partir da argumentação, da influência cultural e histórica na definição e diferenciação do significado e dos padrões da experiência sexual e do gênero, bem como das inter-relações entre ambos (Gagnon, 1990; Vance, 1991; Heilborn, 1993).

Na análise de tais manifestações culturais, procura-se identificar núcleos simbólicos organizadores do sistema cultural de proteção, com vistas à obtenção de subsídios capazes de orientar o debate acerca das possibilidades e limitações da adesão de jovens de camadas populares urbanas ao discurso preventivo moderno.

O último capítulo é dedicado à análise da percepção dos(as) jovens relativa aos cuidados com a saúde, em particular com a transmissão do HIV e com os perigos do dia-a-dia. Com base nos relatos do grupo em estudo, procura-se problematizar a falta de convergência entre o conhecimento dos meios de prevenção e os comportamentos adotados. Uma atenção especial é dada à lógica do (não) uso do preservativo como um recurso preventivo, haja vista que o mesmo é acessível e conhecido pelos entrevistados. Busca-se ainda analisar os nexos entre a lógica dos cuidados com a saúde e os riscos do cotidiano. Por meio desta reflexão, pretende-se aprofundar a temática relativa à conformação de um sistema cultural de proteção, composto por núcleos simbólicos articulados, visando à verificação da existência, ou não, de uma lógica comum que perpassa a dinâmica e a integração dos mesmos.

Com base nos resultados do estudo, na conclusão, procura-se salientar os desafios da prevenção do HIV entre a população pesquisada e indicar sugestões para o enfrentamento da epidemia.

Em suma, tendo em vista: o crescimento da epidemia de HIV/Aids, especialmente entre populações jovens de baixo poder aquisitivo; as limitações do discurso preventivo centrado na informação técnica, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco e a contribuição do enfoque etnográfico na compreensão de manifestações culturais, estabeleceu-se como meta a análise da dimensão simbólica da proteção, da vida e da saúde de um grupo de jovens de uma comunidade popular urbana. Acredita-se que o resultado deste trabalho poderá colaborar para as reflexões acerca da eficácia de políticas preventivas voltadas para a redução do crescente número de casos de HIV/Aids.

Este livro é uma versão revista da minha tese de doutorado defendida na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz. O desenvolvimento deste estudo significou uma oportunidade de rever pontos de vista, representando um momento fértil de inquietude intelectual.

Devo um agradecimento especial às criativas sugestões e pistas inteligentes de Elizabeth Moreira dos Santos, orientadora da tese. Beth continua sendo uma interlocutora especial.

Sou também muito grata à Maria Luiza Heilborn, do Instituto de Medicina Social (IMS/Uerj), co-orientadora da tese. Malu teve um papel fundamental na minha inserção no campo da antropologia, tornando-se uma referência no meu processo de formação intelectual. Ainda no IMS, desfrutei do treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva.

Destaco o apoio da Fundação Ford e o auxílio financeiro concedido pelo CNPq ao longo do curso.

Uma das principais motivações para desenvolver a pesquisa em Vigário Geral foi o contato com o sociólogo Caio Ferraz, então presidente da Casa da Paz, uma organização comunitária local. Após rápidos encontros no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de entrevistá-lo em Boston (EUA). De volta ao Brasil, contei com a colaboração de pessoas generosas em Vigário Geral como Liziete, Vânia dos Santos, Wilma Lea, João Duarte, Jane, Luzia, Desluci, Vera Lúcia, Penha, Alexandre, Claudia, Greice, Marli, Mauro, Derlei, Guinaldo, Edilson, Marcelo do Médicos sem Fronteiras, José Júnior e demais membros do Grupo Cultural Afro Reggae e Seu Lins da Associação de Moradores. A disponibilidade dos jovens entrevistados e de seus familiares foi essencial para a elaboração do trabalho de campo.

Realizei parte do curso de doutorado no Departamento de Saúde Comunitária da Universidade de Brown (Providence/EUA), onde fui generosamente acolhida pelas professoras Lois Monteiro, Lucille Newman, Sally Zierler e Patricia Symonds. Contei ainda com a atenção da Sra. Patterson e de seus alunos da Hope High School. Da estada norte-americana, guardo boas lembranças dos professores do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, Luiz Valente, Nelson Vieira, Thomas Skidmore e Anany Dzidzienyo. Com Katia Motta testemunhei o nascimento de uma amizade.

Na Ensp, contei com a colaboração dos professores Takumi e Losana (Laboratório de Bioestatística), de Cristina Botelho, Vilma, Edith, Marlene e Jacirema, do Centro de Saúde Germano Sinval Faria, e de Lilia Vicentin e André Souza da secretaria da pós-graduação. No Instituto Oswaldo Cruz tive o apoio dos colegas do Departamento de Biologia, de Marli Maria Lima, chefe do Departamento na época, dos membros do Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde e de David e Lenira da secretaria. Sou especialmente grata à Virgínia Schall pelo estímulo profissional ao longo dos últimos doze anos.

Também sou grata às valiosas contribuições dos professores Carlos Coimbra, Alba Zaluar, Michael Bozon, Jane Russo, Tania Salém, Jeni Vaitsman, Richard Parker e Rosane Prado.

Em diferentes momentos, desfrutei da colaboração de Sergio Gil, Francisco Inácio Bastos, de Kiki Castello Branco, João Alegria, Regina Cavalieri, José Augusto Drummond, Elizabeth Xavier e Patricia Gouveia.

Tenho uma gratidão eterna aos meus pais e irmãos pelo respeito e carinho. O (re)encontro com Lili (Eliane Vargas) gerou uma produtiva e prazerosa relação. Com Sandra Rebello, uma irmã escolhida, tenho dividido as coisas da vida nas últimas três décadas.

Contei com o 'auxílio luxuoso' de Marcos, um grande cúmplice, com quem compartilho a experiência única do encontro amoroso.

Introdução

As políticas de prevenção ao HIV/Aids, dominantes nos anos que se seguiram à descoberta da doença, são orientadas pela ênfase na transmissão de informações, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco. Tal abordagem apóia-se nos pressupostos dos modelos cognitivos de mudança de comportamento para explicar as ações individuais de risco. Nela tende-se a priorizar o processo cognitivo, a decisão individual e o controle das ações pelo sujeito, estabelecendo uma relação direta entre o conhecimento e a prática nas situações percebidas como ameaçadoras. Os fatores sociais, econômicos, políticos e simbólicos não são salientados, ou seja, a dimensão social do comportamento fica obscurecida (Santos, 1992; Amaro, 1995). Dentre as limitações dessa perspectiva, ressalta-se a ausência do reconhecimento da diversidade de representações e práticas dos grupos sociais e do enfoque no contexto socioeconômico.

Convém mencionar, ainda que de forma breve, os fundamentos conceituais das teorias psicológicas e sociais que dominaram as abordagens no campo da prevenção do HIV/Aids na primeira década da epidemia.

No conjunto das teorias cognitivo-comportamentais que orientaram várias pesquisas de intervenção, podem-se destacar os seguintes modelos:

1) *health belief model*: o modelo de crenças em saúde define-se pela ênfase no papel do conhecimento, das atitudes e crenças relativas à percepção da suscetibilidade à doença, dos benefícios da prevenção e da intenção de adotar cuidados com a saúde (Becker, 1974);
2) *self-efficacy theory*: a teoria da auto-eficácia analisa em que medida a percepção individual dos ganhos com a mudança do comportamento contribui para a transformação das práticas dos sujeitos (Bandura, 1977);

3) *transtheoretical model, stages of change*: o modelo dos estágios de mudança descreve a seqüência das motivações pessoais envolvidas na alteração do comportamento dos indivíduos, caracterizada pelas fases de *precontemplação* (sem intenção de mudar), *contemplação* (conscientização da necessidade da mudar), preparação (planejamento da mudança), ação (realização da mudança) e manutenção (sustentação da mudança mesmo diante das pressões) (Prochaska et al., 1994);

4) *Aids risk reduction model*: o modelo de redução de risco da Aids combina elementos das correntes citadas, relacionados às fases da alteração das práticas individuais (percepção do risco, compromisso com a mudança, realização e manutenção da ação), adaptando-os ao comportamento sexual e ao uso de drogas injetáveis (Catania; Keleges & Coates, 1990).[1]

Embora apresentem singularidades, essas abordagens e suas variações se identificam com uma concepção individualizada das práticas, na qual os contextos sociais e culturais são minimizados. Parker (1998) argumenta que as "pesquisas de intervenção" em HIV/Aids recorreram às teorias da influência social – em particular a *reasoned action theory* (teoria da ação racional), a *social learning theory* (teoria da aprendizagem social) e a *social action theory* (teoria da ação social) –, caracterizadas pela busca dos nexos entre as transformações do meio e das normas sociais e as mudanças das ações individuais.

As investigações acerca da influência dos fatores sociais na alteração do comportamento de risco fundamentaram a formulação de modelos cognitivo-comportamentais de intervenção, incorporando aspectos da dimensão social da prática. Todavia, impedimentos de ordem estrutural e no campo das políticas sociais revelaram os limites da aplicabilidade e alcance deste enfoque, particularmente nas intervenções de maior escala, ou seja, que operam no nível de comunidades ou populações (Parker, 1998).

Na procura de respostas mais eficazes para o controle da epidemia, constata-se uma maior atenção das políticas de prevenção com questões relativas às transformações da estrutura social, visando à diminuição das condições desiguais de existência e da injustiça social, expressa pelo surgimento de três correntes no campo da intervenção, quais sejam:

---

[1] Paiva (1996b) procura adaptar os pressupostos do ARRM (*Aids Risk Reduction Model*) com a concepção de conscientização formulada por Paulo Freire (1979). Ainda que tal composição contenha ambigüidades e problemas decorrentes das diferenças de seus fundamentos, conforme reconhece a própria autora, tal proposta tem o mérito de implementar e avaliar alternativas de prevenção, lançando contribuições importantes nesse campo.

1) *intervenção estrutural*: visa a mudar as condições objetivas do meio com o intuito de facilitar a ação das pessoas;

2) *mobilização comunitária*: objetiva desenvolver e/ou incrementar a organização e o ativismo dos grupos sociais;

3) *transformação social e empowerment coletivo*: referendada pelas reflexões de Freire (1979), intenciona promover a conscientização das pessoas em relação à situação de opressão e falta de eqüidade social por meio do processo educativo (Parker, 1998).

Reflexões mais recentes (Parker & Camargo Jr., 2000) analisam de que modo as formas de exclusão social contemporânea – decorrentes da reestruturação da economia internacional nas últimas décadas – estão inter-relacionadas com a maior vulnerabilidade ao HIV de determinados segmentos sociais.

Esta conexão perversa entre problemas sociais diversos, precariedade das redes sociais de proteção e suscetibilidade ao HIV indica que os esforços para conter a disseminação da epidemia estão relacionados à busca da superação das desigualdades e injustiças sociais mediante ações globais integradas. Apenas mudanças na estrutura social, visando à conquista dos direitos básicos de cidadania e da eqüidade de oportunidade dos variados segmentos sociais e do gênero, podem diminuir a exposição ao HIV.

Essa sucinta descrição teve o intuito de situar o debate sobre o alcance das políticas preventivas, centradas na responsabilidade individual e nas tendências mais recentes das pesquisas de intervenção, informadas pela concepção de vulnerabilidade social.

Com a intenção de avançar nessa discussão, pretende-se refletir sobre as estratégias educativas voltadas para a mudança do comportamento, tendo por base o pressuposto de que a lógica das práticas cotidianas, em geral, não resulta simplesmente de decisões racionais individuais, mas decorre das condições materiais e simbólicas de existência. Sugere-se assim que as propostas de alteração do comportamento devam considerar as singularidades das visões de mundo e as experiências sociais compartilhadas dos variados segmentos integrantes das sociedades.

Em concordância com essa visão, o presente estudo objetiva analisar as representações e práticas de jovens moradores da favela de Vigário Geral, focalizando os cuidados de saúde e, em particular, a transmissão do HIV. A opção por realizar o estudo em Vigário Geral, situada ao norte do município do Rio de Janeiro, deveu-se à possibilidade de ampliar a rede de

contatos estabelecidos com um líder comunitário local, Caio Ferraz, durante a realização do vídeo *Formou o Bonde*,[2] em 1994.

Denominada Parque Proletário de Vigário Geral, essa localidade ganhou visibilidade social a partir da divulgação da chacina, em 1993,[3] na mídia, quando 21 moradores sem envolvimento com o tráfico foram executados por policiais militares. Tal fato, somado às notícias sobre a antiga rivalidade com a favela vizinha (Parada de Lucas) e aos conflitos armados entre membros do tráfico de drogas e a polícia, contribuíram para que a favela de Vigário Geral fosse conhecida como um local violento e perigoso. Desde outubro de 1996, a favela está ocupada pela polícia.

Optando por uma abordagem antropológica, o presente trabalho visa a caracterizar as trajetórias biográficas e as experiências sociais do gênero e da sexualidade de jovens de camadas populares urbanas, salientando a percepção do grupo em relação ao sentido de proteção. A noção de proteção será investigada em uma perspectiva ampla, no tocante a situações que correlacionam à noção de perigo e desamparo que, nesse sentido, acionam sistemas de proteção visando ao cuidado com si mesmo.

Mediante a caracterização das manifestações culturais de proteção dessa população, o estudo pretende identificar se a Aids é percebida como uma ameaça e quais os cuidados adotados para se prevenir da mesma.

A ênfase na temática da proteção apresenta-se como uma proposta de relativização do enfoque epidemiológico de risco, isto é, procura trazer para o cenário cultural mais amplo a questão da percepção do risco e dos cuidados rotineiros com a vida e a saúde.

A análise da dimensão simbólica da proteção será, portanto, norteada pelo pressuposto de que os sentidos atribuídos ao perigo e à proteção emergem de vários contextos, não apenas dos exclusivos à saúde. Tal ponto de vista está em consonância com uma abordagem sociológica e antropológica do comportamento, na qual são analisadas as articulações entre os estilos de vida e a localização dos sujeitos em posições sociais e históricas.

Na caracterização da lógica ordenadora das representações e das práticas de autoproteção de um determinado segmento social, é importante considerar a discussão sobre a existência, nas sociedades

---

[2] *Formou o Bonde* é um vídeo documentário, produzido pela Abia e pela TV Zero, que utiliza a linguagem funk para abordar práticas sexuais e a prevenção do HIV/Aids. Como coordenadora de projetos da Abia na época, participei da concepção desse vídeo em relação à definição e edição do conteúdo do material. O contato com os integrantes da comunidade ocorreu durante o período de lançamento do vídeo.

[3] Conhecido como a Chacina de Vigário Geral, esse fato marcou, de forma significativa, a história da comunidade. A casa da família de evangélicos assassinada na chacina foi transformada na organização comunitária Casa da Paz.

complexas, de universos culturais contrastantes, que podem se interpenetrar e gerar conflitos (Velho, 1994). Ao assumir a coexistência de visões de mundo e estilos de vida variados na sociedade moderna, destaca-se a presença de subculturas no interior de uma mesma sociedade.

A convivência de diferentes matrizes culturais não elimina o pressuposto da predominância de um sistema em relação ao outro entre os grupos sociais que compõem as sociedades contemporâneas. Embora os diversos segmentos sociais estejam expostos ao processo de modernização e compartilhem do mesmo espaço social urbano, a incorporação e a reprodução dos valores individualistas modernos são diferenciadas.[4]

Comparativamente, as camadas subalternas têm um acesso mais limitado em relação às condições advindas da modernidade do que as camadas médias e altas; contudo, também estão sujeitas a mudanças em termos da identidade social e das práticas. A literatura acerca da convivência entre duas grandes formas (tipos ideais) de interpretação do mundo – tradicional e moderna – registra a prevalência dos valores hierárquicos entre camadas populares (Duarte, 1988; Heilborn, 1997) e a presença da matriz individualista e igualitária entre segmentos médios (Velho, 1987; Salem, 1985).

Estudos etnográficos sobre representações da sexualidade (Duarte, 1987), fertilidade e contracepção (Leal, 1995) e construção social da identidade feminina (Gouveia, 1997) têm ressaltado que a matriz cultural ordenadora das classes trabalhadoras deve ser analisada de forma contrastiva e diferenciada da cultura da classe dominante. De acordo com esse ponto de vista, é preciso reconhecer a especificidade da cultura das classes trabalhadoras, associadas às noções de "relacionalidade, complementaridade e reciprocidade", como "características afirmativas, estruturantes e legítimas dessa cultura e não apenas como resíduo de uma tradicionalidade ou tradicionalismo perverso e teimoso", contraposto ao individualismo moderno, informado por uma representação individual, psicológica e sexualista (Duarte, 1987:215).

Nesse sentido, a questão aqui colocada resume-se aos seguintes pontos: tendo em vista a coexistência de sistemas culturais nas sociedades complexas na atualidade, tem-se a intenção de analisar de que modo a

[4] Em seu estudo com mulheres de baixa renda, Vaitsman (1997) reconhece as diferenças das repercussões do processo de modernização entre os grupos sociais em termos da incorporação e tradução de valores. Todavia, a autora chama a atenção para o fenômeno da interpenetração dos sistemas culturais, por meio da presença – não necessariamente conflituosa – de valores individualistas e tradicionais no imaginário e na identidade do grupo feminino de segmento popular por ela investigado.

lógica das práticas cotidianas do grupo em foco se define pelo predomínio de valores tributáveis a uma visão tradicional ou aqueles relativos ao ideário moderno, qualitativamente hegemônico. Essa indagação, articulada ao questionamento das implicações do perfil relacional da sociedade brasileira, irá nortear o entendimento do sistema cultural de proteção da população estudada. Objetiva-se verificar quais os valores dominantes desse grupo, em que medida as condições materiais e simbólicas da realidade em foco atualizam as esferas de significação da "casa", do "outro mundo" e da "rua" (DaMatta, 1991) e quais as suas conseqüências para a construção e reprodução dos núcleos simbólicos organizadores da lógica cultural de proteção desses jovens. Tal meta tem a intenção de contribuir para a problematização e para o desenvolvimento de políticas de prevenção do HIV/Aids mais efetivas, particularmente, para esse segmento populacional.

De acordo com o recente relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids e da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2000, mais de 5,3 milhões de pessoas foram contaminadas pelo HIV no mundo (Unaids/WHO, 2000). Deste total, 600.000 mil casos são crianças com menos de 15 anos e 4,7 milhões são adultos, sendo 2,2 milhões de mulheres. Estima-se que o número de pessoas vivendo com HIV ou Aids até o final do ano de 2000 seja de 36,1 milhões, quantitativo 50% superior ao estimado pelo Programa Global de Aids da OMS em 1991.

O ritmo de disseminação do vírus varia de região para região. Atualmente, a África é o continente com maior número de casos, 25 milhões. Dos mais de 10,4 milhões de órfãos, cujos pais morreram de Aids, cerca de 95% vivem na África Subsaariana. A relação entre maior vulnerabilidade ao HIV e desigualdades sociais e econômicas torna a epidemia de Aids mais uma mazela das populações empobrecidas e marginalizadas. No ano 2000, pode-se destacar ainda o aumento significativo de novos casos na Federação Russa.

O atual cenário da epidemia confirma a previsão de Mertens & Low-Beer (1996) sobre a tendência do número de novos casos de Aids se estabilizar na maioria dos países industrializados, mas crescer nos países em desenvolvimento.

Segundo os autores, a OMS previu que, no ano 2000, mais de 90% dos estimados 40 milhões de casos de HIV acumulados estariam concentrados nos países menos abastados. Os impactos em termos do aumento do número de contaminações e das condições de assistência aos soropositivos, decorrentes das grandes diferenças de recursos entre

os países ricos e pobres, foram um dos eixos centrais da discussão da 12ª Conferência Mundial de Aids, ocorrida em Genebra em 1998, cujo tema foi *Bridging the Gap* – diminuindo a distância – (Aids Bulletim, 1998).

A 13ª Conferência Mundial de Aids, sediada em Durban em 2000, chamou atenção do mundo para a grave situação da epidemia nos países africanos e sua repercussão socioeconômica, destacando-se pelo seu caráter político (Santos Filho, 2000).

Dentre as notícias positivas, salienta-se a queda significativa de mortes entre populações com acesso aos avanços no campo da assistência, como as terapias anti-retrovirais. Nesta direção, é importante registrar o exemplo do Brasil, um dos únicos países que, por meio do Programa Nacional de DST/Aids, tem distribuído na rede pública de saúde um conjunto de drogas antivirais denominado coquetel. Embora encontre problemas em decorrência das condições deficitárias e dos entraves administrativos do sistema público de saúde brasileiro, não há dúvida que esta política é muito relevante.

Também é digno de nota o papel do Brasil nas discussões internacionais sobre a necessidade de se reduzir os custos dos medicamentos para o tratamento da Aids, visando ao acesso amplo e irrestrito aos insumos de saúde. Propostas do governo brasileiro – como a inclusão da flexibilização das leis internacionais de patentes de medicamentos na pauta da Cúpula da Organização Mundial do Comércio – embora encontrem resistências da indústria farmacêutica, particularmente a norte-americana, têm sido apoiadas por diversos países (Brasil, 2001) e têm obtido vitórias expressivas.

No Brasil, até junho de 2000, o total de casos de Aids acumulados desde 1980 era de 190.949 (Brasil, 2000). Vale salientar que o perfil da epidemia de Aids no país tem mudado nos últimos 18 anos. Segundo as análises epidemiológicas, foram identificadas quatro alterações principais, caracterizadas por:

1) diminuição da taxa de mortes e aumento na média do tempo de sobrevida das pessoas contaminadas pelo HIV;
2) expansão do litoral sudeste para as regiões Nordeste, Centro-oeste e Norte; 59% dos 5,507 municípios do país têm pelo menos um caso notificado;
3) crescimento de casos entre a população heterossexual, que se reflete no aumento progressivo de casos de Aids em mulheres (em 1985, a razão por sexo era de 24 homens:1 mulher; em 2000, esta relação é de 2 homens:1 mulher);

4) significativo aumento de casos entre pessoas com baixa escolaridade. Até 1985, 76% dos casos eram de pessoas com nível superior ou 2º grau; em 1999/2000, entre os casos com escolaridade reconhecida, 74% dos casos eram de indivíduos analfabetos ou com até oito anos de estudo; somente 26% tinham mais de 11 anos de estudo ou nível superior. Considerando a escolaridade como indicador de estratificação social, tais dados sugerem o fenômeno da pauperização da epidemia, isto é, o número de casos cresce entre os segmentos mais empobrecidos da sociedade.

A categoria de exposição ao HIV mais significativa acima de 13 anos é a via sexual (53,8%). Nessa mesma faixa etária, até 1999/2000, dos 21,3% dos casos via exposição sangüínea, 19,3% se referem aos usuários de drogas injetáveis. Entre indivíduos menores de 13 anos, destaca-se a transmissão via perinatal, 80,1% dos casos notificados. A faixa de 20 a 39 anos continua sendo a mais atingida, totalizando 70,1% dos casos.

Devido ao longo período de incubação do vírus (em torno de 8 a 10 anos), conclui-se que uma parcela significativa da contaminação ocorre na juventude. Em termos regionais, a Região Sudeste apresenta 69,8% dos casos do país. O município de São Paulo revela o número mais expressivo de notificações (21,5%), seguido do Rio de Janeiro (9,9%) e Porto Alegre (3,6%). As cidades portuárias lideram a incidência acumulada: em Itajaí (SC) são 1.010 casos por 100.000 habitantes. Os dados do *Boletim Epidemiológico* de abril a junho de 2001 indicam uma queda no ritmo de crescimento da epidemia em todas as regiões do país, com exceção do Sul. Pondera-se que o aumento de casos na Região Sul está associado à transmissão por via sexual dos usuários de drogas injetáveis.

No que se refere ao estado do Rio de Janeiro, até março de 2001 foram notificados 31.152 casos de Aids. O *Boletim Epidemiológico* indica uma tendência à estabilização, mas alerta para o crescimento de casos entre mulheres e da Aids pediátrica via transmissão perinatal. Do total de casos notificados, cerca de 90% ocorreram em indivíduos residentes na Região Metropolitana; dos quais 65,6% concentram-se no município do Rio.

Em termos de categoria de exposição ao HIV entre adultos, prevalecem os casos de transmissão sexual (homossexual masculino, bissexual ou heterossexual), seguido de 40,3% na categoria de exposição ignorada. A via sanguínea (transfusão de sangue, hemofilia e uso de drogas injetáveis) corresponde a 7,5% dos casos. Apesar do comportamento heterossexual apresentar o aumento mais acelerado, os casos de comportamento homossexual e bissexual são os mais freqüentes durante

todo o período estudado. Apenas as categorias transfusão sangüínea e hemofilia revelam diferenças em relação à tendência geral. Todas as categorias mostram redução do número de casos, principalmente no último ano, mas há influência do grande atraso na notificação (Rio de Janeiro, 2001).

Neste cenário da epidemia, em nível nacional e internacional, observa-se que os esforços realizados não foram capazes de controlar o crescimento dos casos de Aids, especialmente entre as populações menos abastadas. Os avanços cotidianos no campo biomédico, expressos na produção de medicamentos inibidores da ação do vírus HIV, são inacessíveis à maioria dos necessitados. Na ausência de uma vacina curativa ou preventiva, a importância de políticas preventivas, capazes efetivamente de minimizar o impacto dessa síndrome, amplia-se e ganha ainda mais destaque. Impõe-se, portanto, uma avaliação crítica dos trabalhos realizados nessa área até então.

1

Aids, Juventude e Diversidade Cultural

Desafios da prevenção

A literatura sobre o papel das campanhas e programas educativos no controle da Aids tem evidenciado que, durante a primeira década da epidemia, o discurso preventivo enfatizou a veiculação de informações básicas das formas de transmissão do HIV dentro de uma visão fatalista, normativa e discriminatória.

Com exceção de perspectivas alternativas, criadas por organizações não-governamentais,[5] prevaleceu a abordagem alarmista, caracterizada pela divisão entre os culpados pela disseminação do vírus (homossexual, 'desviante', 'promíscuo', 'drogado', africano, profissional do sexo) e as vítimas indefesas (crianças e hemofílicos). Tal visão gerou ações de discriminação, principalmente entre populações marginalizadas, e contribuiu para a disseminação do vírus entre os diversos segmentos sociais, dentre os quais aqueles considerados "fora de risco" (Shilts, 1987; Oppenheimer, 1992).

Informados pela construção do conceito de 'grupo de risco', os modelos de prevenção adotados foram centrados numa abordagem epidemiológica e comportamental. Dentre as limitações dessa abordagem, cabe ressaltar a associação da transmissão do HIV com a noção de promiscuidade, a presunção de uma homogeneidade de representações e práticas dos grupos sociais no campo da sexualidade e

---

[5] Ao analisar as respostas sociais à epidemia de HIV/Aids, Bastos (1998:17) afirma: "A partir da Sida, o processo de produção da ciência médica ficou mais acessível ao escrutínio público; abriram-se janelas e portas nos muros das torres de marfim e nas paredes das caixas pretas cujos produtos finais fôramos habituados a consumir sem conhecer ou questionar os detalhes do seu fabrico". Como complemento, ver Patton (1985) e Altman (1995).

do uso de drogas e a falta de ênfase em alternativas de sexo mais seguro, para além do uso da camisinha ou da abstinência. Identifica-se ainda a pouca problematização das dificuldades de adesão às práticas preventivas e do acesso aos serviços de assistência. Em suma, o discurso preventivo não levou em conta a complexa dinâmica de fatores sociais, históricos e econômicos envolvidos na definição, adequação e mudança das práticas do cotidiano e, em conseqüência, aquelas relacionadas à saúde.

No contexto brasileiro, mesmo com suas especificidades, há semelhanças em relação à realidade internacional no que se refere às restrições ao discurso preventivo hegemônico e às contribuições das organizações não-governamentais na criação de visões e ações diferenciadas, voltadas para a concepção de solidariedade e dos direitos das pessoas contaminadas (Vallinoto, 1991; Daniel & Parker, 1991; Santos, 1992; Parker et al., 1994; Schall & Struchiner, 1995).

No final da segunda década da Aids, nota-se, em termos mundiais, que as críticas às políticas de intervenção hegemônicas, ao aumento de casos e às mudanças no perfil da epidemia estimularam reformulações no campo da prevenção. Ao fazer um balanço das respostas sociais frente à Aids, Parker identifica que, na década de 90, houve mudanças nos paradigmas das pesquisas sociais e comportamentais voltadas para o controle da epidemia, como a ênfase nas dimensões social, política, econômica e cultural na análise das causas relacionadas à transmissão do HIV. Segundo o autor, gradualmente, as abordagens educativas centradas na informação e na responsabilidade individual foram sendo substituídas por modelos multidimensionais, orientados pela concepção de mobilização comunitária e "*empowerment* coletivo" (Parker, 1996:529).

De acordo com essa visão, compreende-se que os esforços para conter a disseminação da epidemia estão relacionados à busca da superação das desigualdades e injustiças sociais por meio de ações globais integradas. Apenas mudanças na estrutura social, visando à conquista dos direitos básicos de cidadania e da eqüidade de oportunidade dos variados segmentos sociais e do gênero, podem diminuir a exposição ao HIV. O aumento significativo do número de casos de Aids entre as populações de menor poder aquisitivo demonstra que as políticas de prevenção precisam considerar as conexões entre saúde pública, direitos humanos e transformações na estrutura social.

O conceito de vulnerabilidade desenvolvido por Mann et al. (1993) forneceu a base de sustentação dessa perspectiva. Segundo os autores, para além da vulnerabilidade biológica e comportamental, comum aos indivíduos expostos ao HIV (por meio da relação sexual e/ou por contato

sangüíneo), existem dimensões que diferenciam a maior ou menor possibilidade de uma pessoa ser contaminada.

Nesse sentido, para avaliar a vulnerabilidade é preciso considerar três planos, quais sejam:

1) individual: trata-se do comportamento e dos atributos pessoais, decorrentes das condições objetivas do meio social, do grau de consciência dos indivíduos dos riscos e do poder de mudança da conduta/situação;

2) programática: referente ao desenvolvimento de políticas comprometidas com o controle da epidemia, como fornecimento de informação/educação e investimentos nos serviços sociais e de saúde;

3) social: caracterizado pelas estruturas social, política e econômica relacionadas à garantia dos direitos humanos e de cidadania e das condições de bem-estar social da população.

Ayres et al. (1999) fornecem uma esclarecedora análise acerca da origem e das contribuições do conceito de vulnerabilidade para o conhecimento e as intervenções sobre as doenças, em particular a epidemia de HIV/Aids.

Constata-se, portanto, que as políticas preventivas precisam relativizar o enfoque exclusivo na responsabilidade individual, conjugando o plano dos valores culturais compartilhados pelos diferentes grupos sociais[6] com as condições materiais de existência e as políticas comprometidas com os serviços sociais, de saúde e educação.

Embora apresente singularidades políticas, econômicas, culturais e geográficas, a estratégia nacional cubana de controle da Aids pode enriquecer o debate acerca do conceito de vulnerabilidade. Adotado em 1983, no início da epidemia, tal programa caracterizou-se pelo fim da importação de produtos hemoderivados, testagem da população, avaliação médica continuada e separação dos soropositivos notificados em comunidades, denominadas de sanatórios, voltadas para o aconselhamento e atendimento médico. Criticado por profissionais e pesquisadores da comunidade internacional, o programa, quando aberto à visitação, também gerou impressões positivas em relação à qualidade da assistência médica e da produção científica.

Sem dúvida, o modelo em foco gera críticas procedentes, pois, em nome da garantia e promoção da saúde, impõe o controle e o isolamento

[6] Ver contribuições da antropologia médica relativa à compreensão dos aspectos biológicos e culturais dos comportamentos, indicados nas críticas de Nations (1986) às inadequações dos métodos tradicionais da epidemiologia; nas análises de Helman (1994) dos hábitos alimentares, percepção da dor, da cura e dos medicamentos e nas pesquisas de Kleinmam (1980) acerca da relação entre medicina, psiquiatria e cultura.

da população,[7] violando os direitos humanos de liberdade e privacidade (Kane, 1994). Apesar de identificar contradições (ao mesmo tempo que oferece cuidado adequado às pessoas infectadas, protege a sociedade por meio do isolamento das mesmas), Scheper-Hughes (1994) assinala que o programa cubano aponta para lições importantes no sentido de revelar a fragilidade das políticas preventivas centradas no direito individual em contextos marcados pela desigualdade socioeconômica.

As limitações das políticas preventivas sustentadas apenas na concepção voluntarista individual, entre populações com expressivas assimetrias sociais, econômicas, de gênero, raça e nível educacional, podem ser encontradas nas reflexões de Weeks (1986). Para o autor, somente uma ação coletiva cria condições para escolhas individuais. Nesse sentido, ele desenvolve o conceito de democracia sexual, caracterizado por um processo de desmantelamento da exploração econômica, da opressão racial, da hierarquia de gênero e do autoritarismo moralista; enfim, de uma reformulação das forças políticas. Sendo a luta pela democracia um ideal de enfrentamentos constantes e seculares, as ações no campo da prevenção do HIV/Aids podem contribuir no sentido de não reproduzir algo já estabelecido, mas de questionar as suas razões e interesses e propor mudanças na estrutura política e social.

Um dos passos importantes relacionados a essa meta é a compreensão do processo de construção, manutenção e transformação das expressões culturais, isto é da articulação das condições materiais e simbólicas. Nessa direção, o complexo cenário que caracteriza a dinâmica da epidemia de HIV/Aids estimula o desenvolvimento de investigações voltadas para a identificação da visão de mundo e das práticas dos diferentes grupos sociais, integrantes das sociedades contemporâneas.

Diante da amplitude dessa tarefa, o presente estudo privilegiou as interfaces entre Aids, juventude e grupos populares.[8] Para subsidiar tal reflexão foram organizados três tópicos: interpretações sociológicas acerca de uma epidemia, diversidade cultural nas sociedades complexas e dimensão histórica e cultural da noção de juventude.

---

[7] Essa temática tem sido tratada nos estudos sobre o movimento higienista, conforme indica o trabalho de Costa (1979).

[8] Há variações e particularidades dos termos utilizados para definir grupos populares: classe trabalhadora, classe operária, camadas populares e grupos de baixa renda. Vale esclarecer que classes trabalhadoras referem-se ao: "universo de categorias sociais que se encontram numa posição subordinada ou inferior na sociedade de classes, moderna e urbana" (Heilborn, 1997:299).

Epidemia: algumas interpretações

A identificação das origens do discurso médico científico (Foucault,1988) e suas repercussões na definição e no controle das práticas têm orientado uma série de reflexões críticas no campo da saúde pública (Costa, 1979). Segundo estudos na área das ciências sociais, a conexão entre problemas de saúde e aspectos morais tem sido uma tradição ao longo da história das doenças. As interpretações morais e as narrativas construídas em torno da cólera, da tuberculose, da sífilis e do câncer exemplificam o significado simbólico atribuído a uma doença, decorrentes das associações com a noção de fraqueza/deficiência individual, desvio moral de conduta e/ou marginalização social (Weeks, 1989; Sontag, 1989; Carrara, 1996).

No caso da Aids, as representações sociais construídas em torno da epidemia indicam, por um lado, uma reedição de determinados discursos e práticas; por outro, introduzem novos elementos relacionados às suas características epidemiológicas e ao seu período histórico de surgimento, a atualidade.

Um breve comentário sobre reações sociais diante de problemas de saúde de caráter epidêmico ilustra esse ponto de vista. De acordo com Slack (1992), as percepções de ameaça relacionadas às epidemias variam conforme o contexto social, histórico e político; a natureza mais ou menos desconhecida da doença; a proporção de casos de mortalidade e morbidade; o local geográfico; o grupo populacional atingido e a intensidade durante um período de tempo. Essas ressalvas podem ser exemplificadas pela grande peste de Atenas, tendo em vista a natureza desconhecida da doença e a violência do ataque. A falta de eficácia das preces aos oráculos, a iminência da morte e a ausência de perspectivas de continuidade do grupo social – devido ao contingente de pessoas atingidas e à velocidade da contaminação – estimulava a desordem social, a valorização do gozo e ações imediatas, enfim, potencializava o afrouxamento das regras sociais (Longrigg, 1992).

Tal fenômeno sugere que a ameaça à manutenção da sociedade potencializa tanto a transformação e a revisão de valores vigentes quanto o fortalecimento de forças conservadoras. Quer dizer, o desconhecimento e a falta de controle de uma doença podem gerar a percepção de ameaça à continuidade do grupo social, estimulando movimentos e reações voltadas para a explicação do novo fenômeno.

A análise de Brandt (1993) também ilumina a compreensão das diferentes interpretações morais, ideológicas e políticas das explicações causais das doenças. Segundo o autor, a grande ênfase na eliminação dos

microorganismos – a partir revolução bacteriológica – colaborou para o enfraquecimento do enfoque nos atributos morais e pessoais das doenças. Ao longo do século XX, tal estratégia foi se revelando ineficaz para as doenças crônicas e multicausais.

A valorização das causas externas na origem e no significado das doenças favoreceu a retomada da ênfase nos fatores sociais, morais e comportamentais e a legitimação dos estudos epidemiológicos. As críticas à tecnologia médica e as pesquisas sobre as correlações entre variáveis de risco e as doenças contribuíram para que a noção de responsabilidade individual ganhasse relevância na prevenção. Para Brandt, o enfoque no controle individual do corpo guarda relação com as incertezas da atualidade, apesar e por causa dos avanços tecnológicos. Dito de outra maneira, diante dos incontroláveis riscos externos, tem-se voltado a atenção para os riscos sobre os quais os indivíduos têm controle.

A relativização das concepções das ciências médicas acerca das doenças visa a chamar a atenção para as contribuições do olhar sociológico na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos diante de agravos à saúde de proporções epidêmicas. Ao descortinar a lógica modeladora das representações e práticas dos sujeitos sociais em relação a uma doença, a abordagem sócio-histórica fornece subsídios para o entendimento dos sentidos subjacentes aos comportamentos dos atores em relação ao HIV, orientando as reflexões sobre as políticas de prevenção.

Buscando nesses elementos iluminar o caso específico da Aids, cabe descrever algumas particularidades dessa síndrome. Originalmente identificada entre a população *gay* norte-americana no início da década de 80, a epidemia da Aids se caracterizou por apresentar um agente etiológico desconhecido, desafiar os sofisticados tratamentos médicos científicos atuais e não ter cura. A postura sensacionalista da impressa, os discursos médicos e pedagógicos sobre moral e sexualidade, a associação com populações marginalizadas ou vítimas indefesas e o significado social das vias de transmissão do vírus – sangue, esperma e leite materno[9] – colaboraram para a divulgação de abordagem fatalista[10] e alarmista, fomentadora da noção de descontrole e desordem social.

[9] Segundo Knauth (1997), fluidos corporais como sangue, esperma e leite materno, em várias sociedades, são vetores por onde relações de filiação, consangüinidade e parentesco passam e são significadas.

[10] As notícias divulgadas na mídia demonstram a manutenção dessa visão. A reportagem de capa do *Jornal do Brasil* (14/1/98) sobre as conseqüências de um erro no resultado do teste anti-HIV revela que uma artista plástica vítima de enganos, além de sentir vários sintomas, deixar de dormir, comer e de 'viver' e escolher o lugar onde queria morrer, declarou que mesmo com o resultado negativo ela era "um HIV positivo na alma".

Tais características, somadas à omissão inicial por parte das instituições governamentais e à pouca visibilidade desta síndrome (o período médio entre a infecção e o aparecimento dos sintomas é de oito a dez anos), potencializaram a transmissão do vírus. A Aids rompeu barreiras geográficas e cresceu de forma acelerada e descontrolada nos diferentes segmentos populacionais.

Um bom exemplo das conseqüências das representações construídas em torno dessa epidemia são os estudos de Knauth (1995;1997) sobre as implicações da soropositividade na rede de relações sociais de mulheres de camadas populares no Brasil, em decorrência dos aspectos simbólicos e fisiológicos (invisibilidade e caráter progressivo) da Aids. Nas suas palavras:

> *A Aids não é uma doença que ameaça exclusivamente o corpo; ela é uma doença que afeta diretamente a identidade social das pessoas envolvidas, razão pela qual é em torno dos aspectos sociais e morais nela implicados que se estabelece uma identidade entre as mulheres HIV+*. (Knauth, 1997:298)

A população investigada pela autora, embora soropositiva, não se identifica com a imagem do denominado 'grupo de risco' (homossexual, prostituta, drogado). Para resgatar o *status* social ameaçado, essas mulheres buscam se diferenciar desse 'grupo' a partir da oposição entre aqueles que 'procuram' a doença e elas, cuja forma de contaminação resulta da sua condição social de mulher, esposa e mãe. Cabe ressaltar que tal percepção não contribui para a desconstrução da Aids como uma doença do outro.[11]

De forma complementar, Seffner (1995), a partir do conceito de estigma social, proposto por Goffman (1982) e de entrevistas com soropositivos de Porto Alegre (RS), analisa as reações de isolamento social, o sentimento de inferioridade, a busca da manutenção da 'normalidade', entre outras formas de proteção ou ataque diante da pressão social decorrente do estigma da Aids.

As narrativas e metáforas criadas em torno da Aids demonstram, mais uma vez, que uma epidemia é percebida como ameaçadora não apenas em função da sua dimensão epidemiológica, mas dos significados simbólicos construídos em torno da mesma; isto é, das informações produzidas, interpretadas e legitimadas como 'verdades' (Treichler 1992).

---

[11] A percepção da Aids como uma doença do 'outro' tem sido assinalada em vários estudos sobre representações da epidemia fora e dentro do contexto nacional (ver, por exemplo, Herzlich & Pierret, 1989; Daniel & Parker, 1991, respectivamente).

Representações e práticas: polifonia de sentidos

Para realizar a difícil e ambiciosa tarefa da prevenção é preciso compreender o processo de construção, manutenção e transformação dos discursos e das práticas, principalmente quando se considera a diversidade dos comportamentos e visões dos grupos sociais nas sociedades complexas contemporâneas (Velho, 1994). No caso da Aids, tal desafio tem fomentado o aprofundamento das discussões no campo da sexualidade, conforme indicam os estudos sobre as variações em termos das identidades, dos gêneros e das representações e práticas relativas à sexualidade (Gagnon, 1990; Carrier & Bolton, 1991; Vance, 1991; Ehrhardt, Yiling & Warne, 1991; Parker, 1991).

Com base nessas evidências, observa-se que a perspectiva generalizante e uníssona do discurso preventivista não contempla a polifonia das práticas dos grupos sociais. Dito de outra maneira, a abordagem sócio-histórica, ao revelar a diversidade das manifestações culturais nas sociedades modernas, aponta para os equívocos das campanhas educativas descontextualizadas e orienta mudanças nesse campo (MacGraft et al.,1992; Kane, 1993; Green; Zokwe & Dupree, 1993; Amaro, 1995; Parker, 1996).

Para fornecer um exemplo extremo acerca da necessidade de se equacionar a prevenção a partir dos determinantes simbólicos, políticos e econômicos, convém citar um recente estudo etnográfico com jovens negros norte-americanos (Tourigny, 1998). Inseridos em um ambiente de grande vulnerabilidade social – decorrente do baixo poder aquisitivo, falta de apoio familiar e institucional e ausência de perspectivas de mudança de vida –, um grupo de jovens se submeteu propositadamente a situações de exposição ao HIV (via relação sexual ou contato sangüíneo com pessoa contaminada). De acordo com os relatos, eles(as) planejaram a contaminação com objetivo de obter o mesmo apoio social fornecido aos seus familiares soropositivos, conforme indica a fala de uma das meninas:

> *Talvez agora que estou doente eu vou conseguir ganhar coisas que eu precisei antes, como aconselhamento, assistência e o dinheiro que eu pedi por todo esse tempo e ninguém pode me dar. Antes eu nunca existi, agora eles têm que tomar conta de mim porque eu me tornei um deles.* (Touringny, 1998:155) (tradução livre)

A produção acadêmica brasileira referente à predominância do ideário tradicional nas classes populares urbanas, citada na introdução, permite um aprofundamento das críticas às limitações da universalização das políticas preventivas hegemônicas. Não basta apenas admitir as di-

ferenças socioculturais entre as classes, é preciso reconhecer as restrições das propostas voltadas para as camadas populares no campo da saúde, centradas numa universalização da ideologia individualista.

A dificuldade de determinados grupos sociais aderirem à concepção moderna do conceito de sexo mais seguro está enraizada na própria concepção de mundo que advogam. Os trabalhos sobre as implicações para a prevenção do HIV entre mulheres de baixo poder aquisitivo, decorrentes da presença da hierarquia do gênero nas relações conjugais, exemplifica esse ponto de vista (Simões Barbosa, 1994; Guimarães 1996; Villela, 1996; Goldstein, 1996). Reflexões sobre a lógica que orienta a noção de risco no universo dos(as) profissionais do sexo (Peterson, 1994; Alves, 1994) e entre moradores de favelas cariocas (Fernandes & Monteiro, 1997) também enriquecem as interrogações em torno das abordagens no âmbito da educação em saúde centradas na matriz cultural moderna.

Dentre os desafios da prevenção da epidemia de Aids, priorizou-se a transmissão via relação sexual. Entre os usuários de drogas injetáveis e os seus parceiros sexuais, além da via sexual, há a exposição ao vírus por meio do compartilhamento de seringas. Embora o presente estudo não focalize essa questão, o uso de drogas endovenosas tem um importante papel na vulnerabilidade dos jovens ao HIV (Castilho & Szwarcwald, 1998). Nesse sentido, é válido acrescentar que as diferenças de gênero relativas à freqüência e motivação para o uso de drogas lícitas e ilícitas na população jovem (Bastos & Carlini-Cotrim, 1998) – bem como a associação entre uso de drogas e situações de conflito relacionadas, por exemplo, à timidez na iniciação sexual – sugerem a necessidade de se contemplar a articulação das temáticas sexualidade, gênero, Aids e consumo de drogas na abordagem educativa (Rebello; Monteiro & Vargas, 2001).

Juventude: singularidade e pluralidade

Opiniões do senso comum definem a adolescência/juventude como um período de conflito, necessidade de afirmação, mudanças físicas e psicológicas, associadas à impaciência e à irresponsabilidade. Trata-se de um ponto de vista universalizante e naturalizador do desenvolvimento humano, característico de abordagens médicas e psicológicas, em que essa fase da vida é analisada como um fenômeno estruturalmente psicobiológico e não como uma construção cultural.

Uma perspectiva universalizante desse período etário também pode ser encontrada nas interpretações sociológicas acerca da função dos jovens, mais particularmente dos estudantes, na transformação da ordem

estabelecida. Tendo por base um estudo sobre grupos juvenis urbanos nos anos 80, Abramo (1994) critica esse ponto de vista. Na sua opinião, movimento dos *punks* tem uma forma peculiar de protestar, basicamente no âmbito do lazer e do consumo, sem procurar alternativas ao sistema produtivo e institucional vigente. Apesar de não apresentar uma proposta de mudança da situação, tal movimento sinaliza o sentimento de insatisfação com as condições de emprego, a falta de oportunidade e a injustiça social e, dessa forma, faz uma "intervenção crítica no espaço público" (Abramo, 1994:15).

Outras características atribuídas aos jovens são apontadas por Luz (1993). Segundo a autora, a ordem social constituída define o papel e as possibilidades de integração do adolescente, classificando-o como imaturo. Essa concepção associa a irresponsabilidade jurídica e civil à necessidade de proteção, alijando o jovem das decisões políticas e econômicas. Apenas aos 21 anos, o jovem torna-se um cidadão completo. Quer dizer, a definição de imaturidade não está referida aos aspectos psicobiológicos e sim a interesses políticos e/ou crises econômicas.

A compreensão da categoria juventude como uma construção social favorece o entendimento dos fundamentos subjacentes às percepções do senso comum e das produções acadêmicas, bem como das iniciativas políticas e institucionais voltadas para esse tema e, desta maneira, concorre para sua relativização. O estudo de Ariès (1978) sobre o surgimento do conceito de infância no período moderno é uma clássica ilustração dessa abordagem. Segundo o autor, a família tradicional da Idade Média não tinha uma função afetiva; seu principal objetivo era a conservação dos bens. Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, paralelo à valorização da educação, a criança passou a ocupar um lugar central na dinâmica das relações familiares.

A análise de Griffin (1995) acerca da emergência e das repercussões das representações em torno do conceito de juventude no campo da sociologia e da psicologia corrobora esse ponto de vista. A autora identifica duas vertentes interpretativas desse período etário – uma eminentemente biológica e psicológica e outra, contraposta, que privilegia a dimensão histórica, política, econômica e cultural – e demonstra suas conseqüências em termos da definição de políticas públicas.

A literatura antropológica tem enriquecido esse debate ao salientar a necessidade de se pensar o processo da juventude como um fenômeno plural, gerado e reproduzido pelas condições materiais e simbólicas do meio, conforme indicam os estudos sobre culturas juvenis (Pais, 1993; Amit-Talai

& Wulff, 1995), sociabilidade familiar e amorosa (Heilborn, 1984), identidade homossexual (Parker, 1989), pobreza e violência (Zaluar, 1985; 1994; Silva & Milito, 1994; Bourgois, 1996) e identidade étnica (Sansone, 2000).

Em outras palavras, supõe-se que o momento histórico e o contexto cultural e socioeconômico influenciam a modelação das representações e práticas dos jovens. Considerando esse princípio e o pressuposto de que o período da juventude é um processo de transição para a vida adulta – marcado por mudanças e definições da identidade e pela aquisição de posição, *status* e atributos sociais –, faz-se necessário identificar de que modo o sexo, a condição étnica, o ambiente sociofamiliar, a situação material de existência, a inserção no ensino formal e profissional, dentre outros influenciam e caracterizam esse processo. Tais indicadores devem orientar a formulação de políticas institucionais na área do ensino, da saúde e da qualificação profissional voltados para essa fase da vida.

A ênfase na dimensão histórica, social e simbólica do conceito de juventude permite uma inflexão nas políticas públicas de caráter universal, para uma perspectiva capaz de contemplar as variações assinaladas. Todavia, é importante não perder de vista aspectos de ordem geracional, relacionados às características biológicas, indicadores sociais e experiências sociais comuns, como as marcas de uma identidade juvenil difundidas nas sociedades modernas. As análises de Novaes & Mafra (1998) e os dois volumes da coletânea *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas* (Berquó, 1998) sobre as condições sociodemográficas; saúde; educação, trabalho e previdência; cultura e gastos com políticas públicas da população juvenil brasileira permitem um aprofundamento dessa temática.

Outro ângulo importante na definição de políticas sociais voltadas para esse período da vida refere-se às abordagens demográficas. No Brasil, a queda nas taxas de fecundidade e mortalidade nas últimas três décadas tem-se refletido em um aumento absoluto no contingente da população jovem, denominado de onda jovem. Em 1995, o número de adolescentes (15-19 anos) correspondia a 10,4% da população (15,7 milhões) e o de jovens (20-24 anos) totalizava 8,5% (13 milhões). Segundo as estimativas, no ano 2000, a geração de 20 anos será a mais expressiva da história brasileira. Com base nessas projeções, Madeira (1998) apresenta um retrato da situação no campo da profissionalização, emprego e educação de jovens que serve de referência para gestores de políticas públicas desenvolverem programas sociais nessas áreas.

Os argumentos apresentados trazem conseqüências para o estudo em foco ao assinalarem a necessidade dos programas de prevenção e reconhecerem o caráter singular e as tendências geracionais do período

da juventude. Para aprofundar esse eixo de análise, o capítulo a seguir apresenta uma discussão sobre as referências culturais que informam a visão de mundo dos diversos grupos sociais e de que maneira tal visão se reflete nas práticas de prevenção da Aids.

2

Representações e Práticas:
perspectivas sociológicas

Conforme vem sendo assinalado, para analisar as representações e práticas do cotidiano, particularmente aquelas relacionadas à proteção da vida e da saúde, adotou-se uma abordagem sociológica, caracterizada por uma visão relativizadora de invariantes biológicas como sexo e idade. Ao adotar um olhar desnaturalizador das concepções das ciências médicas e biológicas acerca da sexualidade, a visão sócio-histórica salienta a dimensão simbólica, ordenadora do comportamento dos sujeitos sociais, bem como o contexto de sua produção.

A reflexão de Foucault (1988) sobre a relação intrínseca entre a produção de verdades e as relações de poder esclarece sobre esse ponto de vista. Ao sustentar que uma determinada visão é referendada como verdade a partir de um conjunto de relações tecidas pelo poder, o autor critica a noção de neutralidade e de imparcialidade da produção científica, afirmando que a verdade é política, estratégica e controladora. A definição da legitimidade dos discursos (verdadeiro ou falso) é dada por uma 'política da verdade', resultante das condições de produção do conhecimento e das estratégias de dominação nesse campo.

Informado por essa premissa, Foucault (1985) argumenta que, nas sociedades modernas industriais, a repressão ao sexo não foi introduzida ou intensificada. O que caracteriza esse período tampouco é a inauguração da liberdade sexual, mas sim uma "explosão discursiva" do sexo (1985:21), na qual o dispositivo da lei (modelo do direito) é substituído por produções discursivas e técnicas variadas (modelo estratégico), por meio das quais o poder penetra e controla a conduta sexual de forma positiva.

Dessa forma, o autor questiona os estudos centrados na teoria da hipótese repressiva do sexo, expressa em proibições, negações e interdições sociais da força natural do sexo. Com efeito, Foucault se

propõe a desvendar a história e as transformações das instâncias de dominação, como os discursos científico, médico e pedagógico, procurando demonstrar que a sexualidade é historicamente produzida e datada; sua invenção está relacionada a processos de fabricação do sujeito como interiorização e individualização, assim como à afirmação da racionalidade científica que caracteriza a modernidade.[12]

A interpretação da sexualidade como uma construção social datada chama a atenção para a diversidade das manifestações culturais no exercício da atividade sexual. Dessa forma, tal idéia se contrapõe à visão essencialista, centrada no significado universal do ato sexual. Embora haja diferenças e especificidades entre as teorias sobre o construtivismo social, existe uma premissa comum relacionada ao peso da influência cultural e histórica na definição e diferenciação do significado e dos padrões da experiência sexual dos grupos sociais (Gagnon, 1990; Vance, 1991). A restrição ao determinismo anátomo-fisiológico do comportamento humano norteou o debate acerca do processo de internalização de padrões sociais e suas mudanças ao longo do tempo, conduzindo as análises sobre a construção social das identidades sexuais e dos atributos culturais referidos ao sexo feminino e masculino – expresso no conceito de gênero (Heilborn, 1993) – e reflexões acerca das inter-relações entre gênero e manifestações da sexualidade.

Em suma, ao assumir uma visão relativizadora das concepções sobre determinações biológicas como o sexo, a visão sócio-histórica permite uma contextualização da produção dos significados sociais de representações e práticas dos diversos grupos. Em consonância com esse argumento, compreende-se de que maneira a concepção de infância e juventude foi construída (Ariès, 1978; Griffin, 1995).

Estruturas e práticas sociais na produção do significado

A análise das práticas da vida cotidiana a partir de um enfoque sociológico nos remete para a dinâmica da relação entre o indivíduo e as estruturas sociais, bem como para a discussão dos aspectos subjetivos e objetivos da produção científica, voltada para a análise da cultura. De forma generalizada, pode-se dizer que a reflexão em torno desse tema orientou a construção de métodos de conhecimento do mundo social,

---

[12] Bozon & Leridon (1993) apontam para a contribuição da reflexão foucaultiana e para os desafios e possibilidades de se analisar a sexualidade como uma atividade social.

denominados objetivismo e subjetivismo, cujas figuras paradigmáticas são Durkheim e Weber, que, junto com Marx, são considerados os fundadores do pensamento sociológico moderno.

Na busca de proposições teóricas visando à superação das visões orientadas pela premissa da determinação da estrutura social sobre o indivíduo (objetivismo), bem como das abordagens fenomenológicas centradas na experiência individual (subjetivismo), Bourdieu sugere uma perspectiva analítica alternativa, denominada de conhecimento praxiológico, voltada para a análise das relações dialéticas entre o ator e a estrutura social.

As restrições do sociólogo francês aos pressupostos durkheimianos e seus desdobramentos, como o estruturalismo, estão centrados na premissa da precedência lógica e moral do social sobre o indivíduo. Na sua visão, a ênfase apenas na determinação das normas e estruturas torna o ator social um mero executor de algo exterior, objetivamente programado. As implicações do discurso ideológico e a sua reprodução por meio dos agentes sociais não estão aí incluídas. Nas suas palavras:

> *por não construir a prática senão de maneira negativa, quer dizer enquanto execução, o objetivismo está condenado ou a deixar na mesma a questão do princípio de produção das regularidades que ele se contenta em registrar, ou a reificar abstrações por um paralogismo que consiste em tratar os objetos construídos pela ciência – a 'cultura', as 'estruturas', as 'classes sociais', (...) como realidades autônomas, dotadas de eficácia social e capazes de agir enquanto sujeitos responsáveis de ações históricas ou enquanto poder capaz de pressionar práticas*. (Bourdieu, 1994a:56)

A crítica à omissão do ator social na análise estrutural aproxima-se do relevo dado à dimensão subjetiva realizada pela abordagem weberiana, centrada na compreensão do significado das ações humanas. Contudo, na visão de Bourdieu, a perspectiva praxiológica se diferencia do subjetivismo pelo fato de salientar as relações de poder envolvidas na ação social. Para tanto, propõe uma análise das relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições nas quais as estruturas são atualizadas e reproduzidas.

Os modelos interpretativos – voltados para a apreensão da objetividade do social por meio das ações individuais e da análise das ações subjetivas e de suas significações, como no caso da visão fenomenológica (Shutz, 1972) e do interacionismo simbólico (Blumer,1969; McCall & Becker, 1990) – não levam em conta que a interação social se dá em um campo em que as posições sociais estão objetivamente estruturadas (Bourdieu, 1994c).

Em síntese, segundo o conhecimento praxiológico, as práticas não são o produto da obediência às regras "objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los" (Bourdieu, 1994a:61), conforme propõe o objetivismo; nem tampouco resultam de uma ação organizada de um regente, segundo sugere o subjetivismo.

Esta proposição pode ser compreendida por meio do conceito de *habitus*, definido como um sistema de disposições, decorrente de experiências passadas, duráveis (inscrito na construção social da pessoa) e transponíveis (de um campo para o outro) que gera as percepções e ações dos indivíduos. Quer dizer, é um "princípio gerador e estruturador" (Bourdieu, 1994a:61) das representações e práticas, resultante da interiorização das estruturas objetivas; sendo caracterizado como um sistema subjetivo, sem ser individual, de estruturas internalizadas comuns a um grupo ou classe.

O aspecto objetivo da prática subjetiva pode ser mais bem entendido a partir do conceito de campo, definido como espaços relativamente autônomos, nos quais as posições dos agentes estão fixadas *a priori*. De acordo com esse ponto de vista, o mundo social é um espaço multidimensional caracterizado por uma rede de campos, com uma dinâmica e uma lógica próprias, investidos de capital (poder), seja econômico ou cultural. A interação entre os campos é marcada por disputas que visam a manter ou mudar a configuração dessas forças.[13] A classe dominante, por ter mais acesso e possuir mais capital, tende a controlar os campos investidos de poder e estabelecer uma distinção social em relação às outras classes.

Diferentes posições sociais no interior dos campos indicam variações de estilos de vida. O gosto – escolhas e preferências dos indivíduos, aparentemente voluntárias – forma a base do estilo de vida das práticas sociais, funcionando simbolicamente como sinais da posição social, *status* e de distinção. Assim, o estilo de vida em relação à alimentação, à estética, ao vestuário, ao esporte, à *hexis* corporal (maneira das pessoas se relacionarem com seu corpo), entre outros, guarda estreita relação com a posição social; conforme evidenciam os levantamentos das preferências e práticas culturais entre as classes populares, médias e

[13] Bourdieu analisa o campo científico como um campo social, ou seja, um espaço de forças e lutas políticas pelo "monopólio da competência científica". Segundo o autor, "não há 'escolha científica' (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientado para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes" (Bourdieu, 1994c:126-127).

superiores (Bourdieu, 1994b). O gosto é, portanto, uma 'objetividade interiorizada' que informa a escolha estética.

A ênfase na dificuldade de mudanças de estilos de vida em decorrência do processo de naturalização das práticas, de certa forma, contradiz a própria trajetória de vida do autor. Embora de origem social pouco abastada, Bourdieu conseguiu estudar em um colégio de elite em Paris, a *École Normale Supérieure,* e construir uma respeitada e destacada carreira acadêmica no campo da sociologia francesa. Tais fatos desafiam seus pressupostos teóricos em relação ao mito da democracia escolar na França (Bourdieu & Passeron, 1975). Quer dizer, sua biografia, em alguma medida, indica a possibilidade de transformações significativas nas condições objetivas do contexto sócio-simbólico.

Essa suposta provocação aponta para uma importante crítica ao trabalho do autor devido ao lugar privilegiado da explicação da reprodução da ordem social e à dificuldade de entendimento dos processos de transformação social. Apesar de considerar a dimensão subjetiva das práticas e dos bens simbólicos, sua obra sugere a forte influência das condições objetivas na formação das disposições orientadoras das práticas. A interação social, pensada a partir das relações de poder, contribui, de forma original, para o entendimento da reprodução das condições sociais, mas limita a percepção das mudanças em termos das trajetórias pessoais e da construção histórica. Os comentários de Ortiz (1994:26,27) indicam esse ponto de vista:

> *Se o* habitus *se define por sua tendência à reprodução, como articulá-lo ao movimento de mudança social? (...) como considerar o campo,* locus *de consenso, como espaço de transformação? (...) Sabemos que toda ordem se assenta na hegemonia (consenso) e que os agentes se encontram perpassados por campos sociais diferentes que tendem à reprodução (...), onde se situaria a mudança?*

Bourdieu (1992), no entanto, responde às críticas. Quando perguntado sobre o viés determinista de sua teoria – expresso na crítica da fórmula: "estruturas produzem *habitus*, que determinam práticas, que reproduzem estruturas" (1992:135) – o autor argumentou que sua proposição vem de encontro justamente aos modelos circulares pelo fato de ser um sistema aberto de disposições, durável, mas não eterno.

Embora reconheça que todos os estímulos exteriores são percebidos a partir de experiências anteriores e que as experiências originárias são prioritárias nesse sistema de disposições, o autor sustenta que um mesmo *habitus* pode produzir práticas distintas, pois é um sistema de potencialidades produzidas na *relação* (grifo meu) com as estruturas; portanto, é capaz de reproduzi-las e modificá-las. A concepção da prática como resultado da relação dialética entre a estrutura objetiva (definidora

das condições sociais de produção do *habitus*) e a situação (espaço social) de exercício do *habitus* revela o sentido de continuidade e de regularidade, mas aponta para a possibilidade de mudança.[14]

As observações críticas apresentadas de forma alguma esgotam a amplitude e complexidade desse debate, mas sugerem que a argumentação teórica de Bourdieu pode nortear a investigação da relação dialética entre estruturas e práticas no campo da prevenção de doenças, principalmente, no que se refere à lógica das práticas rotineiras. Ao discutir a dimensão de poder nas interações sociais e a noção de multiplicidade das condições objetivas de existência, material e simbólica, esse autor inaugurou uma interessante perspectiva no campo das ciências sociais, voltada para a superação das limitações das principais correntes do pensamento sociológico.

Assim, conclui-se que os argumentos do sociólogo francês fornecem um consistente instrumental teórico para a compreensão dos mecanismos de poder e de reprodução das práticas, contudo, apresenta algumas restrições para estudar certos processos de mudanças. Convém observar, no entanto, que as teorias de um modo geral encontram restrições para explicar todos os fenômenos sob uma certa ótica, ou seja, há limitações que desafiam as regras, estimulando o questionamento e a busca de revisões e/ou de abordagens complementares. No interior desse eixo de reflexão, optou-se por pensar as contribuições da visão de Bourdieu na análise das práticas cotidianas no campo da saúde.

A clássica pesquisa de Boltanski (1979) sobre práticas médicas entre grupos populares franceses pode ser vista como um exemplo da compreensão das ações, no campo da saúde, a partir da perspectiva teórica desenvolvida por Bourdieu. A percepção da doença, da relação entre médico e paciente e do consumo de medicamentos entre diferentes segmentos sociais são efeito, segundo Boltanski, do processo de reinterpretação do discurso médico oficial pelos estratos sociais menos abastados. Com base nessa abordagem, identificam-se os nexos entre práticas e representações no campo da saúde e as estruturas de classe.

Práticas no campo da saúde

O estudo de Williams (1995), sobre a relação entre classe, saúde e estilo de vida, e o de Santos (1992), sobre práticas sexuais e prevenção do HIV/Aids, apresentam uma análise crítica dos trabalhos voltados para

[14] Para complementar as discussões sobre as contribuições de Bourdieu na compreensão da ação social, ver Calhoun (1993).

comportamentos no campo da saúde, centrados, ora nas crenças e no conhecimento do indivíduo (*health belief model*), ora na determinação das condições socioeconômicas. Os autores refletem sobre a construção e reprodução das práticas de saúde a partir do uso de alguns dos principais conceitos desenvolvidos por Bourdieu.

Williams (1995:585) afirma que, na maioria das vezes, não precisamos pensar para agir. Grande parte das práticas do dia-a-dia, inclusive os comportamentos referentes à saúde, obedecem a uma lógica, em geral, não consciente ou planejada, definida pelo autor como: "largely unthinking, logic of which actors are dimly aware". Nesse sentido, os estudos nem sempre são capazes de identificar a lógica das ações e sim repetições das recomendações presentes no discurso preventivo oficial. Essa constatação aponta para o limite dos métodos de pesquisa centrados no esclarecimento e nas explicações dos informantes sobre as práticas de saúde adotadas.

Uma outra evidência da literatura refere-se à correspondência entre o significado social das práticas e, conseqüentemente, das noções de saúde e doença, e a posição do indivíduo/grupo na hierarquia social (Boltanski, 1979; Loyola, 1984). Compreende-se tal variação a partir do conceito de *habitus* que visa a explicar em que medida a inserção social gera o processo de construção e de reprodução das práticas; embora as ações sejam percebidas como formas naturais de sentir, pensar, agir e se localizar no mundo social.

Mesmo identificando críticas relacionadas à falta de ênfase nos tipos de disposições internalizadas, capazes de produzir práticas reativas e desafiadoras, Williams (1995) conclui que Bourdieu oferece alternativas para o entendimento de práticas rotineiras no campo da saúde. Com base nos fundamentos da lógica da prática cotidiana, é possível explicitar a inter-relação e reconhecer a interação entre os estilos de vida e as condições econômicas, sociais e simbólicas de existência.

Dentro de um eixo similar, o trabalho de Santos (1992; 1995) demonstra as restrições dos estudos acerca das culturas eróticas e práticas individuais e sugere uma releitura das mesmas a partir do conceito foucaultiano de produção e de capital simbólico, *habitus* e *hexis* corporal, formulados por Bourdieu. Para a autora, as diferentes manifestações de interação sexual expressam o passado estrutural dos sujeitos por meio de disposições resultantes dessa posição social. Nesse sentido, as pesquisas voltadas para o entendimento das práticas sexuais devem buscar identificar a relação entre os sistemas de disposições (*habitus*) que informam os indivíduos sobre os padrões aceitos e valorizados e as suas condições de surgimento (espaços sociais).

Esse ponto de vista pode ser ilustrado pela maior adesão ao uso de camisinha entre parceiros que não compartilham de uma identidade e uma estética comum, como no caso das relações sexuais comerciais, em contraposição à tendência do não uso de preservativos nas relações informadas pela "ilusão da eleição mútua" (Santos, 1995:88) e pelas afinidades estéticas, de *ethos* e de *hexis* corporal. As variações nas formas de interação social e sexual resultam do contexto situação social e dos padrões internalizados ao longo da vida (disposições).

Ainda segundo Santos, "os usos do corpo, as calculações do sexo e, por conseguinte, a sexualidade resultam da interposição de múltiplos discursos e práticas (...) são o produto e a origem da permanente reprodução cultural" (Santos, 1992:275). Dentro dessa perspectiva, as propostas de prevenção, voltadas para mudanças nas práticas sexuais, devem levar em conta a construção das disposições e os contextos de emergência das práticas dos diferentes grupos sociais.

Castiel (1994) complementa as críticas apresentadas em relação às limitações do modelo biomédico e comportamental, argumentando sobre a necessidade da epidemiologia considerar a complexidade do processo saúde/doença.

O autor problematiza o uso do conceito de risco, centrado nas noções de previsão, probabilidade e mensuração, bem como os aspectos ideológicos e morais em torno dessa idéia, destacando "os descompassos entre as prescrições 'técnicas' (...) e suas correspondentes traduções no universo das representações (e valores) das pessoas" (Castiel, 1994:156). A biomedicina representa o organismo como uma 'máquina bioquímica', na qual a influência dos aspectos psicossômicos e contextuais na origem e desenvolvimento das doenças não é percebida como significativa. Tendo em vista que a epidemiologia tem por base a perspectiva da clínica médica, fica clara a dificuldade da mesma em incorporar a dimensão subjetiva do adoecer humano. Nessa perspectiva classificadora, as pessoas ficam reduzidas a medidas e a padrões de referência.

Avalia-se, assim, que a separação entre o organismo e o indivíduo permitiu um conhecimento das funções orgânicas, todavia, os elementos relacionados à individualidade e o contexto sócio-histórico não foram considerados. Tais limitações sugerem alterações no quadro epistêmico hegemônico, capazes de oferecer abordagens mais adequadas às questões de saúde na atualidade. Na busca de soluções, Castiel observa que a inclusão da visão de singularidade do adoecer humano e da concepção de multiplicidade na prática clínica e epidemiológica requer a incorporação da noção de eventos inesperados, aleatórios e casuais e de 'níveis básicos e interativos de complexidade' dos sistemas biológicos e sociais.

Práticas de proteção

De que maneira as considerações feitas até então colaboram para a análise das práticas de proteção? A crítica de Douglas (1994) à concepção compartimentada e individualizada de risco, característica da abordagem psicológica e econômica, aponta para necessidade dessa concepção ser estudada a partir de respostas culturais padronizadas.

Seguindo tal eixo de reflexão, as situações de risco devem ser avaliadas em função de um contexto político e moral, de atitudes compartilhadas socialmente e não de forma isolada e/ou limitada à probabilidade de um acontecimento. Isto é, o comportamento de risco não decorre necessariamente da falta de informação sobre os meios de prevenção, mas de visões de mundo resultantes das experiências sociais nas quais o risco é minimizado ou super-reconhecido.

De acordo com esse ponto de vista, é preciso caracterizar o viés cultural das percepções e dos modos de vida em relação aos acontecimentos sociais. *Grosso modo*, podem-se identificar distintas reações frente às recomendações médicas hegemônicas, seja no sentido da aceitação e legitimação da mesma; seja no da crítica a esse saber técnico associada a alternativas de tratamentos; ou então de indiferença devido a uma visão fatalista ou de valorização de situações de risco. A autora propõe uma tipologia para explicar as diferenças de visões de mundo dos sujeitos (Douglas, 1994).

Considerando que essas visões coexistem nas sociedades modernas, de forma dinâmica e não excludente, observa-se que a informação científica não é percebida e absorvida de forma semelhante pelos sujeitos sociais. Existem diferenças entre as percepções e modos de vida, indicando as limitações das mensagens preventivas com base apenas em uma abordagem hegemônica, centrada no conhecimento técnico-científico. Dito de outra maneira, a não-adoção de práticas preventivas não depende apenas do acesso a informações 'científicas corretas', mas sim de percepções diferenciadas relacionadas às variações dos modos de vida dos sujeitos sociais.

Informado por esse referencial teórico, Calvez (s.d.) sustenta que se as práticas preventivas são originadas na experiência social, a percepção de risco em relação ao HIV será mais claramente percebida se estiver associada à noção de perigo e incerteza compartilhada pelo indivíduo socialmente. Do mesmo modo, o envolvimento dos atores na luta contra a Aids guarda relação com a identificação (em termos de uma percepção comum) desse sujeito/grupo social com uma determinada ação voltada para o controle da epidemia.

Apoiada no relato de franceses, Paicheler (1999) também reflete sobre os aspectos simbólicos da percepção do risco e da vulnerabilidade pessoal ao HIV/Aids relacionados às representações sociais da epidemia e dos fluidos corporais (ex. sangue, esperma), assim como à identidade social dos sujeitos, convivência e proximidade da doença, compreensão das vias de transmissão e prevenção do HIV, percepção do(a) parceiro(a), possibilidade de negociação do uso de preservativo, entre outros fatores.

Na realidade brasileira, ainda dentro desta abordagem, Jeolás (1999) analisa a influência do processo de construção social da Aids na construção social do risco ao HIV entre estudantes da rede pública e jovens atendidos num determinado serviço de saúde de Londrina (Paraná). A partir das percepções e das experiências do grupo pesquisado, a autora reflete sobre as ambivalências, tensões e paradoxos dos significados sociais de risco, articulando-os ao contexto social e histórico. Desta forma, aponta para os limites do discurso preventivo centrado na racionalidade individual e nas previsões probabilísticas.

De forma complementar, Knauth, Victoria & Leal (1998) analisam em que medida a familiaridade com a realidade da epidemia de HIV/Aids em comunidades populares de Porto Alegre altera a percepção da mesma. No bairro com menor incidência de casos de Aids, a doença é identificada com grupos distantes e diferenciados; em contraposição, no bairro onde os casos são visíveis e recorrentes a epidemia é vista como algo normal, que 'pode acontecer com qualquer um' da comunidade. Segundo o estudo, a banalização da Aids sugere a diluição da noção de risco e vulnerabilidade ao HIV.

Em suma, as percepções do risco de uma doença e a adoção de medidas preventivas não estão limitadas ao acesso a informações e à decisão individual. A compreensão das diversas práticas adotadas com relação à epidemia de Aids deve ser pensada como o resultado de um processo interativo e dinâmico, construído a partir da experiência social e da visão de mundo dos sujeitos. Nessa perspectiva estão conjugadas as representações das formas de vulnerabilidade à doença e a percepção pessoal do risco e dos meios de controle do mesmo.

A conexão entre a experiência social e as representações e práticas de risco ou de proteção devem ser entendidas à luz das considerações de Giddens (1991) sobre as mudanças nos sentidos de confiança e risco, promovidas pelas condições da modernidade.

De acordo com essa perspectiva, as instituições sociais modernas imprimiram uma série de transformações dentro de um ritmo rápido e de grande extensão. Nas sociedades pré-modernas, há uma grande coincidência entre tempo e espaço, tendo em vista que as

atividades da vida social ocorrem predominantemente nos contextos localizados, isto é, na presença dos atores envolvidos. Já na modernidade, há um 'distanciamento do espaço em relação ao tempo', estimulando elos entre outros 'ausentes', em termos de presença concreta e interação face a face.

Um segundo ponto destacado pelo autor refere-se à elaboração de 'mecanismos de desencaixe' dos sistemas sociais, com base no sentido de confiança, que deslocam as atividades sociais dos contextos locais e reorganizam as relações sociais por meio de distâncias indefinidas de tempo-espaço. Tais mecanismos envolvem a criação de 'fichas simbólicas' (como o dinheiro, fundamental para negociações de longa distância) e o estabelecimento de 'sistemas peritos' (sistemas de excelência técnica ou competências profissionais, avaliados ao longo do tempo, que geram no leigo expectativas de funcionamento).[15]

Um terceiro aspecto da modernidade salientado por Giddens diz respeito à 'apropriação reflexiva do conhecimento' na organização das práticas sociais. A conscientização do papel do ser humano na criação e na construção da realidade social enfraquece a crença na força da natureza e da influência divina e, dessa forma, contribui para a substituição da percepção da noção de destino (fortuna) pela concepção de risco.

As repercussões dos três fenômenos descritos no modo de vida dos sujeitos sociais podem ser melhor compreendidas a partir da perspectiva comparativa entre o sistema tradicional e o moderno. De acordo com o autor, na ordem pré-moderna, os ambientes de confiança identificam-se com o valor do sistema de parentesco e das relações locais em termos de estabilidade e proximidade tempo-espaço, assim como na importância das crenças religiosas e dos rituais tradicionais nas interpretações morais da ordem e práticas da vida pessoal e da natureza. Os ambientes de risco nesse contexto são associados às ameaças do mundo físico (doenças, desastres naturais), à violência humana (exércitos invasores, piratas, ladrões) e à 'perda da graça religiosa'.

De forma contrastante, na modernidade, a confiança nas relações familiares, particularmente as nucleares, mantém-se, mas a construção de laços sociais de amizade e da intimidade sexual ganha relevância. Segundo Giddens (1991:123), "a confiança pessoal torna-se um projeto a ser trabalhado pelas partes envolvidas e requer a abertura do indivíduo para o outro". As relações de confiança em mecanismos sociais

[15] Fazemos uso de uma série de meios (carros, aviões, medicamentos etc.) dos quais desconhecemos o processo de elaboração e funcionamento porque confiamos na competência dos responsáveis pela projeção e manutenção dos mesmos.

desconhecidos, por sua vez, possibilitam a construção dos sistemas abstratos (fichas simbólicas e sistemas peritos). Embora as crenças religiosas não desapareçam de todo, o conhecimento reflexivo, fundamentado na observação empírica e no pensamento lógico, substitui as explicações mágico-religiosas e orienta as ações para o futuro. As novidades em termos da percepção do risco em tempos modernos decorrem das ameaças resultantes da reflexividade, expressa no impacto da tecnologia na destruição ambiental e material, na industrialização da guerra, assim como na 'falta de sentido pessoal' ou 'pavor existencial'.

Observa-se que a reflexividade da vida social introduziu uma dimensão de renovação e revisão do conhecimento e das práticas sociais, contraposta ao sentido de permanência e de resistência à mudança, característico das sociedades tradicionais. A instabilidade e a imprevisibilidade das conseqüências do conhecimento reflexivo associadas ao distanciamento entre tempo-espaço e ao desenvolvimento de 'mecanismos de desencaixe' resultaram na construção do sentido de confiança e percepção de risco, noções diferenciadas das de crença e de destino, prevalentes nas culturas pré-modernas.

A aproximação entre os argumentos de Douglas, Bourdieu e Giddens se funda na adoção de uma perspectiva sócio-histórica, caracterizada pelo entendimento dos comportamentos como culturalmente fabricados por um meio social, em contraposição às abordagens centradas simplesmente na ação individual e na decisão racional.

Ao ressaltar a dimensão objetiva das práticas subjetivas, os autores – guardando as suas particularidades teóricas em relação à interpretação dos fatos e da dinâmica social – sugerem que a lógica das ações rotineiras expressa a incorporação e a reprodução de visões de mundo, isto é, as condições materiais e simbólicas de existência, datadas historicamente.

Assim, compreende-se que as práticas tendem a ser percebidas pelos sujeitos como naturais e espontâneas. Tal ponto de vista indica as dificuldades de se mudar o comportamento de forma dissociada das experiências sociais compartilhadas, conforme propõem diversas campanhas preventivas, e estimula investigações capazes de identificar as articulações entre sistemas culturais, discursos e ações rotineiras. Quer dizer, considerando o processo de naturalização das práticas, as propostas preventivas devem ser pensadas em função das possibilidades de se mudar ou adequar os dispositivos que estruturam o comportamento e as condições de seu surgimento.

A compreensão do comportamento dos sujeitos sociais como produto das relações entre as estruturas objetivas e as construções simbólicas nos

remete para a discussão sobre a pluralidade de sistemas culturais (geradores de percepções e modos de vida diversos) nas sociedades modernas. Tal enfoque aponta para as fontes de tensão/conflito e interação da vida social no mundo moderno, decorrentes da presença comum de um conjunto de trajetórias sociológicas e culturais (Velho, 1994).

Admitir que nas sociedades complexas, em momentos diferenciados de suas trajetórias, os indivíduos transitam entre contextos múltiplos, "não exclui a vivência e englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias", mas "permite e sustenta maiores possibilidades de trânsito e circulação, não só em termos sociológicos, mas entre dimensões e esferas simbólicas". A circulação entre visões de mundo variadas, no entanto, não gera necessariamente mudanças referentes à "*identidade vinculada a grupos de referência* e implementadas através de mecanismos básicos de socialização" (Velho, 1994: 27-29)(grifo meu).

A convivência entre diferentes sistemas culturais e o compartilhamento cultural não elimina o pressuposto da predominância de um sistema em relação a outro entre os segmentos sociais das sociedades modernas. As análises das repercussões do individualismo moderno, decorrente do processo de mordenização, entre os segmentos urbanos menos favorecidos confirmam esse ponto de vista (Duarte, 1988).

Dentro dessa perspectiva, pretende-se identificar em que medida a lógica das representações sociais relativas à proteção de um grupo de jovens de camadas populares urbanas se define pela preeminência de valores tradicionais ou modernos. Por meio desse eixo analítico, objetiva-se analisar quais os dispositivos que estruturam a lógica ordenadora das representações e das práticas dessa população. Desse modo, tem-se o intuito de verificar os nexos entre a posição na hierarquia social desse grupo, suas experiências sociais e as fronteiras simbólicas conformadoras de uma identidade social.

Dessa forma, nos capítulos subseqüentes tem-se a intenção de refletir sobre a dimensão simbólica da proteção a partir das seguintes indagações: qual(is) o(s) núcleo(s) simbólico(s) que informa(m) a construção do sistema cultural de proteção da vida e da saúde dos jovens pesquisados? Existe um nexo lógico que articula os núcleos simbólicos que estruturem o significado de proteção das representações e das práticas do grupo em relação aos perigos percebidos no dia-a-dia? Em que medida o perfil relacional da sociedade brasileira, expresso na dinâmica das categorias sociológicas "da casa, da rua e do outro mundo" (DaMatta, 1991) e as condições materiais e simbólicas de existência do grupo orientam a conformação do significado simbólico e as práticas de proteção?

3

Procedimentos e Recursos Metodológicos

Descreve-se, aqui, a metodologia adotada no estudo e apresentam-se informações da população estudada a partir dos seguintes tópicos: especificidade da perspectiva etnográfica na compreensão do comportamento e dos fatos sociais, em especial no campo da sexualidade; descrição das estratégias de investigação; contextualização do trabalho de campo na comunidade de Vigário Geral; processo de interpretação do conteúdo dos dados colhidos; caracterização do perfil do universo pesquisado em termos da configuração do grupo doméstico e da trajetória escolar.

Enfoque etnográfico: (re)conhecendo o outro

Estratégias de investigação são geralmente definidas considerando-se as singularidades da apreensão de práticas e os fatos sociais. Para Becker (1994), a solução para o problema da legitimidade científica no campo das pesquisas sociológicas não está na adoção de modelos matemáticos universalizantes e sim na criação de estratégias alternativas, tendo em vista as especificidades do objeto em estudo. Mediante a descrição de recursos metodológicos qualitativos, o autor destaca as contribuições desse olhar na compreensão de aspectos da vida social, bem como a importância da inter-relação das evidências colhidas em diferentes situações.

Dentro dessa perspectiva, Minayo (1993) discute a aplicação de metodologias qualitativas no campo da saúde. Informada por uma análise crítica do positivismo sociológico, da sociologia compreensiva e da dialética marxista, a autora afirma que o objeto da sociologia é "complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação" (Minayo, 1993:22).

A utilização de métodos de pesquisa qualitativos (observação participante, entrevista aberta, contato direto com o grupo em estudo), visando a captar o ponto de vista do outro 'nos seus próprios termos', adquire contornos específicos de acordo com uma série de fatores: maior ou menor distância social e psicológica da população/objeto investigado; grau de envolvimento, contato e interação entre pesquisador e grupo pesquisado; particularidades do tema em questão em termos de acesso, possibilidade de observação e diálogo. As etnografias em sociedades "exóticas" (Malinowsky, 1990; Seeger, 1980; Berreman, 1990) esclarecem em que medida tais fatores influenciam e definem a construção e desenvolvimento da pesquisa.

Em termos de estudos em sociedades complexas e familiares ao pesquisador, Velho (1987) afirma que o familiar não é necessariamente conhecido; as cenas do cotidiano a que o pesquisador está afeito escondem as particularidades dos cenários sociais que as compõem. O argumento do antropólogo brasileiro apóia-se no pressuposto de que temos um mapa de orientações para interpretar o cotidiano resultante de nossa posição na hierarquia social. Quando nos dispomos a pesquisar determinado objeto, coloca-se em pauta a avaliação e a redefinição do olhar marcado por esses valores iniciais. Nessa análise, é preciso levar em conta a multiplicidade de visões de mundo que coexistem em uma metrópole.

Zaluar (1994) analisa dilemas do relativismo cultural, chamando atenção para as implicações éticas da posição do antropólogo e para os aspectos intersubjetivos (ambigüidades e tensões) presentes no interior das culturas. Já Scheper-Hughes (1993), responsável por uma etnografia sobre amor materno e mortalidade infantil em uma região do Nordeste do Brasil, salienta o compromisso social do antropólogo com os temas que constituem objeto de estudo.

O processo de (re)conhecimento do outro não é indiferente, espelha, reflete e retorna sobre si mesmo. Um dos aspectos da dimensão subjetiva do processo de interação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo encontra-se na observação de Nordstrom & Robben (1995) acerca de etnografias de guerra, estupro e terrorismo. Tal ponto de vista ilustra as singularidades do fazer antropológico, impostas pelo tema da investigação, tendo sido um referencial interessante para pensar as situações de violência do cotidiano nos centros urbanos, como o tráfico de drogas na favela de Vigário Geral.

Em síntese, os estudos etnográficos têm evidenciado a peculiaridade do lugar do antropólogo na busca da compreensão dos fatos sociais e de seus significados. O diálogo teórico ilumina e é iluminado pelo trabalho de campo. Ao valorizar o caráter subjetivo e interpretativo

de aspectos da vida social, é fomentado um questionamento dos postulados positivistas de objetividade e neutralidade. A tensão entre visões universalistas e relativizadoras dos acontecimentos sociais constitui uma das riquezas e um dos desafios do fazer antropológico.

Cabe trazer as contribuições da perspectiva antropológica para a prevenção do HIV/Aids. Um dos aspectos ressaltados pela produção acadêmica específica é a questão da busca do significado num campo onde se supõe haver um sentido universal para atividades como o sexo. São ressaltados os limites dos *surveys*, quantitativos para o entendimento da dinâmica da sexualidade (Newman, Zierler & Cheung, 1991), e os problemas das generalizações e da falta de objetividade terminológica nos questionários sobre essa temática (Lhomond, 1996). Indica-se a necessidade do investimento em pesquisas capazes de abordar a dimensão sociocultural das representações e das práticas sexuais.

Parker et al. (1995) descrevem métodos qualitativos capazes de fornecer subsídios para a compreensão da 'cultura sexual'– definida como "sistemas de significado, de conhecimento, de crenças e práticas que estruturam a sexualidade nos diferentes contextos sociais" (1995:20) – e suas associações com outros sistemas socioculturais (religião, economia, política etc.).

Esse gênero de investigação visa a demonstrar as particularidades das práticas e repertórios sexuais dos diferentes grupos sociais e as eventuais contradições entre as manifestações sexuais no âmbito público e privado, entre o discurso e a prática, entre normas e ação. Em suma, a metodologia qualitativa pode oferecer um instrumental muito relevante para a formulação de políticas de prevenção do HIV/Aids.

A literatura qualificada como construtivista, que norteia as pesquisas qualitativas sobre atividade sexual, é muito variada (Vance, 1991). Ainda que haja elementos comuns entre tais teorias, em termos das críticas à visão essencialista da sexualidade e à valorização do significado social e subjetivo do ato sexual, existem diferenças importantes. Enquanto a perspectiva mais radical nega a existência de um impulso (desejo) sexual essencial, a abordagem da influência cultural reconhece a universalidade e a determinação biológica do impulso sexual (*sex drive*).

Para a autora, o surgimento do fenômeno da Aids evidenciou a carência de estudos sobre práticas sexuais e estimulou uma reedição da abordagem interventiva e biomédica da sexualidade por meio da associação entre sexo e doença. Na sua visão, o campo da antropologia também foi influenciado pela abordagem biomédica, havendo um fomento de pesquisas predominantemente identificadas com o modelo da influência cultural.

A discrepância e as contradições entre os discursos da sexualidade e as experiências vividas – observadas no sistema de classificação, de identidades, na relação entre comportamento e autodefinição, no significado e estabilidade da preferência sexual – revelaram a utilidade das teorias da construção social. O crescimento de tal paradigma tem permitido a identificação de discursos e práticas sexuais diferenciados do discurso de setores dominantes, incrementando o desenvolvimento das pesquisas antropológicas no campo da sexualidade.

A investigação

No presente estudo, buscou-se desenvolver uma abordagem o mais próximo da orientação antropológica relativa ao trabalho de campo. Pondera-se, todavia, que em função dos riscos decorrentes de conflitos armados entre policiais e traficantes, na favela, e dos limites relacionados à disponibilidade pessoal, à metodologia utilizada nesta investigação – embora incorpore elementos da abordagem antropológica – o trabalho não se identifica com um estudo clássico de etnografia. Este demandaria um contato mais intenso com a localidade.

Estratégias

Foram privilegiadas entrevistas individuais aprofundadas, ao estilo história de vida, centradas nos temas da proteção, gênero, sexualidade e Aids, somadas a reuniões em grupo (uma só com moças, outra só com rapazes[16] e uma com ambos os sexos), nas quais foram debatidas questões sobre iniciação sexual e amorosa e relações de gênero. Para complementar as informações colhidas e obter um acervo mais variado das formas de interação e de interpretação dos acontecimentos da vida cotidiana do grupo pesquisado (Becker, 1994), foram realizadas observações do contexto de sociabilidade por meio de visitas à comunidade e manutenção de diário de campo.

Com relação aos procedimentos adotados, destaque-se que a entrevista permite a apreensão de aspectos subjetivos, como valores e opiniões, revelando a relação da estrutura social e política e os modelos culturais interiorizados. A interpretação dos sentidos da fala deve considerar o contexto da entrevista e a posição social, ou melhor, o *habitus* do entrevistador e do entrevistado.

---

[16] O grupo de homens foi conduzido por Renato Quemmel, na época bolsista de aperfeiçoamento do Leas, Biologia/IOC-Fiocruz.

Cabe, pois, descrever o cenário e os atores envolvidos, chamando atenção para algumas peculiaridades que imprimem uma especificidade nos dados colhidos. Uma delas refere-se à dificuldade de se abordar assuntos relacionados a atividades ilícitas, como o comércio ilegal de drogas, em que as questões do sigilo e da confiança são essenciais para o seu funcionamento (Zaluar, 1985). Temas do âmbito privado, como atividade sexual, também são delicados. Segundo Duarte (1987), a sexualidade não é um domínio sobre o qual as pessoas discursam; particularmente, nas camadas populares, esse tema se organiza com referência a uma moralidade de gênero.

A outra questão diz respeito ao distanciamento entre a condição da entrevistadora (mulher, adulta, de classe média, branca, sem vínculo com a comunidade) e do grupo em estudo (jovens de segmentos populares, de ambos os sexos). Com o objetivo de promover um clima de confiança capaz de favorecer o diálogo e a expressão da cultura local, todos os contatos com os(as) jovens entrevistados(as) foram mediados por pessoas da comunidade e realizados na própria favela em locais escolhidos por eles(as).

A participação de um homem na entrevista coletiva com jovens do sexo masculino teve por objetivo introduzir a questão do gênero no processo da coleta de dados, haja vista que todas as entrevistas individuais foram realizadas pela autora. A constatação posterior de que algumas informações relativas à prática sexual só foram mencionadas nas reuniões de grupo sugere que a diferença de gênero e do contexto (individual ou em grupo) pode interferir no conteúdo dos depoimentos.

A comunidade

A favela denominada Parque Proletário de Vigário Geral, situada ao norte do município do Rio de Janeiro no bairro de mesmo nome, é plana e apresenta uma população de cerca de 6.500 habitantes. Construída em área de mangue há cerca de 50 anos, foi ampliada por meio do aterramento realizado pelos moradores.

A maioria das casas é de alvenaria e de pequeno porte, mas existem barracos de madeira nas margens do poluído valão do rio Meriti, revelando as precárias condições de salubridade. O rio atravessa regiões bastante povoadas e com muitas indústrias, recebendo esgoto, lixo e restos da indústria. Na altura da favela de Vigário Geral, o rio é muito poluído, praticamente sem vida (Iser, 1994).[17]

---

[17] O Instituto de Estudos da Religião (Iser) é uma organização não-governamental voltada para pesquisa e ação social nas áreas de cultura, religião e desenvolvimento humano, social e ambiental.

A coleta de lixo foi conquistada apenas em 1994, mas a área que não é beneficiada pelo recolhimento, justamente a da população mais empobrecida que mora às margens do rio Meriti, ainda joga o lixo no valão. O abastecimento de água também é inadequado, mas as obras do projeto Profase/Prosanear da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae), voltadas para a ampliação da rede de esgoto, estão em curso.

O estudo do Iser revela que a maioria dos nomes das 53 ruas largas foi escolhida pelos moradores em homenagem a pessoas ou lugares queridos. Para os moradores mais antigos,

> É importante deixar nossa história escrita, marcada com tinta, para que os mais jovens possam saber de quem eles descendem. Para que todos saibam que havia força suficiente para construir uma comunidade, lutando sem violência e dentro da lei.

No que se refere à distribuição da população, os dados do IBGE de 1991 indicam que a maioria está na faixa de 0 a 54 anos, apenas 10% têm mais de 55 anos. A diferença de proporção entre os sexos é mais significativa na faixa de 15 a 19 anos; constatou-se que há 12,5% mais mulheres do que homens, sendo que no bairro de Vigário Geral, que fica nas imediações da favela, essa diferença é de apenas 4,2%. A presença cada vez maior de jovens do sexo masculino no comércio ilegal de drogas pode ser um indicador da disparidade da razão de sexo nessa faixa etária, pois a maior parte deles morre precocemente. Na faixa de 20-24 anos existem mais homens que mulheres na favela.

Considerando os moradores com mais de cinco anos, 77% são alfabetizados, sendo que na faixa de 10-24 anos o percentual chega a 94%. Existem o Ciep Mestre Cartola e três escolas próximas da prefeitura, que atendem de 5ª a 8ª série: Cardeal Câmara, República do Líbano e Jorge Gouveia. Os colégios de ensino médio e os cursos técnicos ficam mais distantes.

No campo profissional, o relatório do Iser constatou que a maioria das mulheres é dona de casa e os empregos mais freqüentes são de diarista e doméstica, seguido de funções na indústria. As demais trabalham como costureira, copeira, servente, parteira, enfermeira, curandeira e 'explicadora' (professora particular). Entre os homens, há uma maior variedade de trabalho relacionada às obras de construção, transporte e indústria. Foi citado o preconceito de empregadores em relação aos moradores de favela. O contingente que trabalha no comércio não foi significativo.

É interessante acrescentar que a localização da favela não favorece uma convivência com a população do 'asfalto', mais comum nas favelas

da zona Sul da cidade, nas quais a proximidade entre grupos de alto e baixo poder aquisitivo permite um contato mais freqüente com indivíduos de outras inserções sociais.

A ocupação da polícia diminuiu a circulação de pessoas 'de fora' que vinham comprar ou consumir drogas e utilizavam o comércio local. Todavia, as repercussões da chacina de Vigário Geral e o surgimento de organizações comunitárias contribuíram para a presença de jornalistas, estrangeiros e pesquisadores na favela.

Os próprios moradores reconhecem que a chacina trouxe visibilidade para o local, chamando atenção para a realidade da favela e gerando alternativas: "[há] males [que] vêm para o bem, se não tivesse morrido, não ia ter Casa da Paz, eu acho que [nem] Médicos sem Fronteiras, não tinha criança estudando" (Maria,15 anos).[18]

Aproximação e interação

Em outubro de 1996, entrei em contato com João Duarte – então secretário executivo de uma organização comunitária de Vigário Geral: a Casa da Paz – levando uma carta de recomendação do sociólogo e líder comunitário Caio Ferraz. Caio foi um dos principais responsáveis pela criação e implementação da Casa da Paz. Em maio de 1996, tive a oportunidade de entrevistá-lo em Boston (USA), onde ele estava morando com a família desde o final de 1995, após sofrer ameaças de morte, devido às denúncias de violência policial na comunidade. Ele foi muito receptivo e forneceu ricas informações sobre sua trajetória de vida e as características da vida na favela.

Após alguns encontros com João Duarte, foi proposto um convênio de cooperação técnica entre a Casa da Paz e a Fundação Oswaldo Cruz, assinado em janeiro de 1997. No convênio, foram previstos o desenvolvimento desta pesquisa, realizada ao longo de 1997, e a formação de recursos humanos da organização comunitária local, bem como o fomento de parcerias institucionais. Os Médicos sem Fronteiras, na época responsáveis pelo gerenciamento do ambulatório médico de atenção primária,[19] e o grupo cultural Afro Reggae também foram contatados.

---

[18] Os nomes dos(as) entrevistados(as) são fictícios.

[19] A organização distribuía camisinhas para pessoas cadastradas, realizava oficinas de prevenção, atendimento, diagnóstico e tratamento de DSTs, além de encaminhar para testagem do HIV. Segundo informação colhida, apenas quatro moradores buscaram orientação quanto a viver com Aids. Na faixa de 18 a 60 anos, 70% dos atendidos eram mulheres, com grande incidência de DSTs. Conforme previsto, durante o ano de 1998, o posto foi assumido pela prefeitura e é administrado pelo Movimento Organizado de Gestão Comunitária (Mogec), uma organização comunitária local que realiza atividades no campo da saúde e da educação.

Por intermédio dessa iniciativa, procurei oferecer uma contrapartida para a comunidade, que fosse além do acesso aos dados da pesquisa, e criar uma oportunidade para conversar sobre as expectativas, avaliações e barganhas geradas durante o trabalho de campo. Assim, repassei materiais e sugestões de programas de prevenção do HIV/Aids e sugeri a colaboração de outras unidades da Fiocruz na área da educação em saúde, por intermédio das agentes comunitárias do Centro de Saúde Germano Sinval Faria da Ensp. Além de estimular parcerias institucionais locais, realizei atividades visando à realização de um projeto na comunidade sobre HIV/Aids. Mesmo havendo interesse por parte de profissionais da Casa da Paz, a organização não priorizou a estruturação de uma ação nessa área, mas foi muito cooperativa durante todo o trabalho de campo da pesquisa, facilitando o acesso aos entrevistados.

Nesse período, alguns moradores e profissionais da Casa da Paz mediaram meu acesso a diferentes regiões e contextos da favela (casa dos moradores, organizações comunitárias, festa junina, chá de bebê). Ademais, forneceram informações sobre a vida cotidiana na comunidade e ajudaram nos contatos iniciais com os jovens entrevistados. Prevaleceu um sentido de cooperação, simpatia, receptividade e segurança.

Em momento algum me senti ameaçada ou em perigo. Desde a ocupação da polícia civil na favela, em outubro de 1996, os tiroteios foram interrompidos. O incômodo ficava por conta do calor excessivo, pois praticamente não há vegetação na favela, e do alto volume dos rádios que tocavam pagode.

Quando caminhava sozinha (andava sempre a pé, o carro ficava do outro lado da passarela que dá acesso à favela), tinha a impressão – principalmente pelos olhares que ora indicavam reciprocidade pelo sorriso discreto, ora indiferença – de ser percebida como uma pessoa 'de fora', mas não ameaçadora. Por vezes, fui identificada como professora – possivelmente por freqüentar a Casa da Paz e/ou por "estar fazendo um estudo"– ou jornalista.

A maioria dos jovens aceitou participar por curiosidade e/ou para atender o pedido de um amigo, parente ou conhecido. Não consegui entrevistar os(as) namorados(as) dos que já haviam sido entrevistados. Eles(as) alegavam que tinham esquecido de avisar que a pessoa não queria ou não podia. Essas escusas sugerem algum constrangimento das temáticas abordadas, ou, talvez, receio da verificação das informações colhidas.

Após as primeiras entrevistas, foram necessárias algumas adequações no roteiro. Além de reformular perguntas indutivas, alguns temas foram reordenados, priorizando inicialmente o cotidiano e a

história de vida, depois questões de proteção e, por fim, gênero, sexualidade e Aids. Ao focalizar primeiro a realidade do entrevistado e depois temas mais específicos, procurei minimizar a associação imediata sugerida pelo convite: 'participar de uma pesquisa sobre saúde'. O tema da Aids, objeto do estudo, só aparece no final da entrevista. Temáticas acerca do significado de proteção, ameaça, vida na comunidade e destino foram incrementadas, e perguntas sobre o tráfico de drogas, violência doméstica e preconceito, incluídas.

Definindo a população

Foram entrevistados 32 jovens, 18 moças e 14 rapazes. Inicialmente, a seleção dos mesmos foi orientada pelas indicações de moradores e profissionais da Casa da Paz. Além do gênero e da faixa etária, os(as) informantes levaram em conta critérios de classificação relacionados à trajetória de vida dos jovens que visavam a contemplar diferentes 'tipos' da comunidade.

Convém esclarecer que tais critérios tinham como base a percepção do informante e estavam de acordo com as seguintes categorias: estudante, trabalhador, "direito(a)", "de boa família" e "bem comportado(a)", em oposição ao envolvido(a) no tráfico, de família desestruturada, "perdido(a)" ou "vadia".

Uma moradora falou: "Vou te indicar umas meninas, aquelas vadias de lá, garanto que não estão nem aí pra doenças venéreas". Tais oposições serão analisadas no processo de interpretação dos dados. Para alguns informantes, a entrevista era entendida como uma oportunidade de aprendizagem de "coisas sobre saúde e Aids" e como uma forma de colaboração com uma pessoa 'de fora' que, eventualmente, poderia dar algum retorno para a comunidade e/ou para eles.

Com a intenção de ampliar as redes de sociabilidade e neutralizar os mediadores, procurei incorporar sugestões de amigos(as), parentes e conhecidos daqueles que já haviam participado das primeiras entrevistas. Houve a preocupação em abranger diferentes regiões da favela (as mais nobres e as mais pobres) e em identificar jovens com e sem vínculo nas instituições comunitárias locais.

Resumindo: na definição da população, foram privilegiados a faixa etária (13 a 19 anos), o gênero (ambos os sexos) e o local de moradia (diferentes regiões da favela de Vigário Geral). Levou-se também em conta a rede de sociabilidade dos entrevistados, a participação nas organizações comunitárias locais e a convivência com o tráfico de drogas e estigmas sociais como pobreza e marginalidade.

O local da entrevista era definido pelo(a) entrevistado(a). A única solicitação era a escolha de um espaço onde houvesse certa privacidade e silêncio. Com a autorização dos jovens e o compromisso do sigilo, a conversa era gravada. O encontro foi privado (ocorreram algumas interrupções, em geral de irmãos mais novos, facilmente contornadas) e teve uma duração média de uma hora, sendo complementado com conversa informal e observações do campo.

Além do local de moradia, fiz entrevistas dentro de carro, nas organizações comunitárias, no quarto de casal da vizinha, em casa de amigos ou parentes, no fundo do quintal e até em um aposento com uma jovem dormindo. A entrevistada argumentou, "não tem problema, ela tá virada". Ao final de nossa conversa, ela aumentou o volume do rádio, que havia sido diminuído no início da entrevista, e saiu. A moça continuou a dormir.

Os lugares das entrevistas revelam a barreira difusa do espaço privado. A pequena área física – o rádio alto, o grande número de pessoas, a substituição de paredes por lençóis – e as funções variadas dos cômodos (quarto de dormir e sala) indicam que as condições de vida e a noção de privacidade nessa realidade diferem da situação e da visão moderna de valorização da individualização dos espaços.

As três reuniões em grupo foram feitas na Casa da Paz, com jovens que participavam de atividades da organização e que não tinham sido entrevistados. Com duração média de duas horas, esses encontros não foram gravados, e as conversas foram anotadas.

Procedimento analítico

Com base nas discussões de estudos sobre métodos qualitativos e alternativas de interpretação de dados nesse campo,[20] conclui-se que o referencial teórico da pesquisa norteia a escolha da metodologia e o instrumental para a análise dos dados. Não há regras ou fórmulas para delimitar as estratégias de investigação, ordenar, estruturar e interpretar as informações colhidas, mas sim, orientações para serem adaptadas às especificidades de cada estudo. Sugestões da literatura, combinadas com a fundamentação teórica orientadora das hipóteses do trabalho, definem a perspectiva analítica singular da pesquisa. A interpretação dos dados desse estudo foi inspirada na análise do conteúdo – definida por Blanchet & Gotman (1992) –

[20] Ver Patton (1990), Blanchet & Gotman (1992), Minayo (1993), Becker (1994) e Marshall & Rossman (1995).

como um subcomponente da análise do discurso, cujo objetivo é a identificação dos sistemas de representação expressos pelo discurso.

De forma resumida, o processo de ordenação do conteúdo das entrevistas e das anotações do campo foi estruturado em fases, não necessariamente lineares, compostas pelas seguintes ações: transcrição literal das gravações; leituras recorrentes das entrevistas e das observações do caderno de campo; criação de quadros com o conteúdo resumido dos discursos; estabelecimento de grades de leitura com vistas às relações de oposição; revisão da literatura existente e interlocução com outros profissionais.

Ao fornecer um sumário das entrevistas, os quadros funcionaram como um mapa orientador das freqüentes (re)leituras das falas, facilitando a identificação de recorrências e singularidades dos assuntos abordados, assim como comparações por oposição entre a trajetória dos gêneros, as biografias individuais e os assuntos em foco. A ordenação das falas e observações colhidas foi adquirindo formatos e sentidos a partir da sua confrontação com as hipóteses do estudo e com as reflexões apresentadas na produção acadêmica. A conjugação de tais elementos permitiu reforçar e/ou contrapor argumentos já elaborados e construir novas interpretações apresentadas ao longo do trabalho, objetivando a identificação da visão de mundo e das práticas do grupo pesquisado.

Universo do estudo

Dos 32 entrevistados, dezoito são mulheres (a maioria entre 14 e 18 anos) e quatorze são homens (prevalece a faixa de 15 a 19 anos). Criados na própria favela ou em outros subúrbios cariocas, com origem familiar no Rio de Janeiro, na região Norte ou Nordeste do país, esses jovens são filhos de donas de casa ou de prestadoras de serviços domésticos. Os pais trabalham na construção civil, transporte de cargas, segurança, manutenção, ou ainda como açougueiro, mecânico, metalúrgico e gráfico; alguns já se aposentaram. Com remuneração baixa, tais atividades indicam pouca escolarização e falta de perspectivas de mudança no padrão de vida. No caso das mulheres, é marcante a presença do emprego doméstico, mesmo aquelas que trabalham fora exercem funções relacionadas ao mundo da casa, como faxineira, copeira ou passadeira.

Grupo doméstico

Em termos gerais, o tamanho da família é relativamente grande, em torno de cinco a seis filhos. Há variações das combinações do núcleo

familiar: pai (ou padrasto), mãe e filhos(as) ou apenas mãe e filhos(as); há situações nas quais a avó, sobrinho(as), tios(as) e cunhados(as) são agregados a este núcleo.

Entre as moças que já experimentaram vida conjugal, três vivem na própria casa com o marido e uma divide o lar com os demais membros da família. A outra voltou para a casa da mãe após se separar do marido. Há duas grávidas que não moram com os pais da criança: uma delas planeja morar junto com o pai do bebê, mas está esperando "um pouco", por enquanto eles estão juntando "algumas coisas"; a outra não quer viver junto com o namorado para não perder o quarto, próximo à casa do seu pai, onde ela mora sozinha: "Se eu for morar com ele [namorado], e a gente continuar brigando, aí a gente tem que se separar, aí eu saio desta casa e meu pai depois não vai querer me devolver (...) por isso eu não quero morar com ele" (Júlia, 15 anos).

O convívio com os parentes vai além da divisão da mesma moradia, pois é comum encontrar familiares morando no mesmo terreno ou em casas vizinhas. Por meio de um mutirão com os moradores, "sobe-se uma laje" ou "constrói-se um quartinho ao lado" para abrigar os novos parentes.

Com exceção da presença ostensiva do policiamento, a vizinhança congregando parentes, a fileira de casas pintadas de verde claro no terreno plano,[21] as ruas estreitas de terra batida, os bares, mercadinhos, salões de beleza e farmácias sugerem um cenário mais próximo a uma pequena cidade do interior. Essa visão se opõe à imagem que prevalece dos centros urbanos, com grupos familiares mais dispersos e autônomos e de relações entre vizinhos mais raras.

Há diferenças no padrão de vida do grupo de moradores pesquisado, indicadas pelas variações das condições de moradia, expressas pela maior ou menor proximidade do poluído valão do rio Meriti; estrutura da casa (alvenaria ou madeira, com ou sem piso e acabamento); existência ou não de eletrodomésticos (televisão, vídeo, microondas, som); relação entre tamanho da casa, número de moradores e funções dos cômodos. A definição e a delimitação de um local privado para a realização das entrevistas, descritas anteriormente, ilustra esse contexto.

Para a maioria dos(as) entrevistados(as), a relação com os pais, particularmente com a mãe, é amigável e fornece um apoio importante: "é bastante tranqüila, eles apóiam em muitas coisas" (Rodrigo, 18 anos). No entanto, existem brigas, diferenças e problemas: "meu pai, eu tenho guerra com ele, meu pai é igual a água e eu sou o azeite que nem um imã,

---

[21] Segundo informação colhida, essa homogeneidade de cor é para confundir as buscas policiais.

que se quebra e não volta pro lugar" (Pedro, 18 anos). Os problemas em relação ao pai são exagero na bebida, "ignorância" ou pouca compreensão e diálogo. Apenas entre as meninas (5 dentre as 18), houve casos de desconhecimento ou um contato raro com a figura paterna. A maioria das mães se casou de novo, apenas duas estão solteiras e sustentam a casa.

A despeito de haver reclamações em relação às agressões e abandono da mãe e de sua tolerância com os novos parceiros que batiam, não trabalhavam ou molestavam as filhas, a ausência e/ou queixas do pai são mais significativas: "minha mãe, a gente se vê de vez em quando, ela também me largou eu tinha 6 anos, aí eu não considero ela como mãe não" (Verônica, 14 anos). As restrições à mãe – referentes à censura excessiva e desconfiança – são em menor proporção e foram mais freqüentes entre as meninas. O papel central da mãe no cuidado e na educação dos filhos foi descrito por um líder comunitário:

> Minha mãe sempre teve uma presença muito forte. Esse fato do meu pai jogar o prato no chão, pra mim, a minha mãe é uma deusa em pessoa. Ela construiu essa referência nela e essa paciência dela, essa coisa bonita dela de não querer sacrificar a maioria das pessoas. Ela sabia, ruim com meu pai, mas pior seria sem ele. E era mesmo pior sem ele. Pô, meu pai trabalhava muito, tinha a questão do vício (...) gastava muito dinheiro com esse negócio de cerveja, cigarro, pagava muito pros outros. Ele era muito porra louca com isso, mas ela sabia que pelo menos ela tinha alimentação, ele trabalhava, ajudava a ela quando era necessário e tal. Quer dizer, fora da cerveja, era uma pessoa muito legal. Hoje ele não bebe, é uma pessoa superalegre.

O papel da mulher na favela é de ser serviçal, mas é matriarcal, pois a influência da educação e da moral é da mãe, mesmo que o pai more com a família.

A importância da mãe como núcleo de orientação de valores morais fica evidente nas respostas sobre as pessoas de confiança, capazes de influenciar o comportamento e ajudar nas situações de dúvida. Tal perspectiva tem sido assinalada em vários estudos antropológicos voltados para segmentos populares.[22] O conteúdo do cartaz da festa do chá de bebê de uma moradora a que compareci ilustra esse ponto de vista: "A mão que balança o berço é a mão que rege o mundo". O papel crucial da família na construção da identidade social e na elaboração do projeto de vida das pessoas tem sido apontado na literatura, mesmo entre segmentos médios permeados pelo *ethos* moderno individualista (Salem, 1985; Velho, 1987).

[22] Ver Salem (1981), Duarte (1988), Guimarães (1996), Sarti (1996), Gouveia (1997) e Heilborn (1997).

A presença, apenas no relato dos homens, da noção de autonomia (contar consigo próprio) nas situações-problema ou de desamparo indica a expectativa social em relação à independência masculina: "ninguém me ajuda não, eu mesmo decido o que devo fazer" (David, 16 anos).

A predominância da assimetria do gênero nas representações e práticas do grupo foi observada ao longo dos relatos. Cabe à figura masculina o papel de provedor e de elo de ligação com o mundo público; a figura feminina (mãe) representa a força moral e a referência do mundo privado (a casa). Nessa atualização da divisão tradicional, embora a subsistência familiar seja atribuída ao homem, a noção de esteio está vinculada, principalmente, à mãe.

A associação entre o sentido de proteção e o universo da casa se articula à dimensão relacional da sociedade brasileira, orientadora da visão de mundo e da ética das pessoas (DaMatta, 1991). A dinâmica de interação entre as categorias sociológicas da 'casa', da 'rua' e do 'outro mundo' e suas implicações para a construção do significado de proteção no universo pesquisado será retomada no capítulo 5. No momento, convém assinalar que, a partir do depoimento dos(as) jovens, foi observado que a lógica da proteção está orientada pelo significado social do mundo privado (casa, mãe, família, vizinhança) e da força divina.

Escolaridade

Ainda que todos tenham entrado no ensino formal por volta dos seis anos, apenas a metade, 15 entre os 32 entrevistados, mantinha-se na escola. Conforme demonstram os dados sobre o sistema público brasileiro, o aumento crescente da freqüência das crianças à escola não significa a diminuição da evasão escolar.

As trajetórias escolares também revelaram uma maior permanência das meninas no sistema de ensino (onze moças e quatro rapazes), refletindo os indicadores educacionais de um melhor desempenho escolar feminino. Zaluar & Leal (1997) argumentam que, embora as meninas tenham melhor desempenho escolar, a profissionalização e as alternativas do mercado de trabalho são comparativamente menores do que a dos homens, quando não se leva em consideração o emprego doméstico feminino. As autoras afirmam que:

> *não é tanto a aquisição do saber escolar como capital simbólico (...) que está limitado ou restringido para as meninas, mas muito mais a formulação de projetos e as perspectivas reais de profissionalização e o contexto de violência física decorrente do tráfico de drogas que acaba interferindo no cotidiano escolar*. (Zaluar & Leal, 1997:165)

O pior desempenho escolar dos meninos e a importância adquirida pela rua e pelos colegas podem ser explicados pela dificuldade da escola em oferecer modelos masculinos positivos. Para as autoras, os projetos pedagógicos devem criar alternativas que minimizem a vulnerabilidade masculina e ampliem a realização profissional feminina, sem perder de vista que a mãe, como referência moral, é uma parceira muito importante no processo educativo de crianças pobres.

Madeira (1997), por sua vez, problematiza o melhor desempenho escolar feminino, assinalando que esse sucesso é relativo, pois se insere na problemática mais ampla referente ao fracasso do ensino público junto a ambos os sexos. A autora credita esses índices de insucesso ao caráter autoritário e homogeneizador do ensino, centrado em modelos de alunos idealizados. Segundo ela

> *não é só o trabalho que afasta a criança da escola, mas a escola, ao expulsar a criança, colabora decisivamente na trajetória de colocá-la seja no mercado de trabalho (sobretudo os meninos), seja no trabalho doméstico (as meninas)*. (Madeira, 1997:90)

A compreensão dessa problemática precisa levar em conta ainda as inter-relações dos roteiros de gênero e as diferenças de desempenho escolar entre rapazes e moças. O ambiente escolar pode ser um espaço de interesse, principalmente para as meninas, devido à maior liberdade social dos homens. Nas palavras de Madeira, (1997:66): “a escola era vivida pelas adolescentes dos setores populares como respiradouro, um lugar de trocas sociais, um espaço de convívio entre pares”. Quer dizer, para as meninas a escola pode representar um espaço mais estimulante pela possibilidade de ampliar o contato e a convivência para além do mundo privado.

Outro ponto salientado pela autora diz respeito ao problema de se associar a evasão escolar apenas à pobreza e ao trabalho infanto-juvenil. A literatura demonstra que, entre crianças de camadas populares, o trabalho não é contraposto ao estudo, relacionando-se à socialização e à “expectativa de reciprocidade e solidariedade na dinâmica familiar” (Madeira, 1997:103). No caso do adolescente, a motivação para o trabalho está associada às ofertas do mercado, ao sentido de liberdade, à autonomia e à mobilização para o ‘consumo de símbolos juvenis’. Justificar a incidência da evasão escolar entre camadas populares apenas pela necessidade de contribuir para a subsistência familiar é adotar uma visão reducionista.

Tal perspectiva vem ao encontro dos depoimentos dos(as) entrevistados(as). Todos foram unânimes em afirmar a importância dos estudos para aprender a ler e escrever, “ser alguém na vida”, ter um emprego mais qualificado e obter reconhecimento social:

> no jornal (...) qualquer trabalho tem que ter o 2º grau completo. (Lucas, 17 anos)
>
> você pode até escolher a profissão que quer. (Mônica, 16 anos)
>
> eu ganho muito, frente aos meus colegas que não estudaram, eles me respeitam pelas coisas que eu falo, porque eu tenho escolaridade. (Rodrigo, 18 anos)

Todavia, segundo os próprios jovens, as interrupções e o abandono do ensino formal ocorrem devido ao desestímulo (ausência de professores ou de vagas nos cursos noturnos). Entre os homens predominou o "desejo" ou "necessidade" de trabalhar (para ajudar em casa, se divertir e adquirir roupas e 'tênis de marca'); entre as mulheres, prevaleceu a ocupação com tarefas domésticas, problemas familiares e gravidez.

Em suma, constata-se que a formação escolar nas camadas populares tem um valor de garantia da não exclusão social e de aumento das perspectivas de ascensão social. A importância do investimento na educação formal não é excludente do valor do trabalho para aquisição de bens de consumo e autonomia. Busca-se combinar a freqüência à escola com uma atividade remunerada. Os cursos noturnos facilitam essa conjugação. Todavia, o cansaço e o desestímulo com o sistema de ensino levam à definição de escolha. Entre os rapazes, prevalece a opção por uma função capaz de gerar recursos financeiros. No caso das meninas solteiras, foi observado que a maioria tende a compatibilizar o estudo com as tarefas domésticas, entretanto, aquelas com vida conjugal não se mantiveram na escola.

É interessante registrar um ponto de vista complementar em que o valor social do ensino formal em termos de aprendizagem, acesso à informação e formação de valores é posto em questão. Segundo um jovem entrevistado, o investimento na escolarização não garante necessariamente a ascensão social. Sua biografia espelha a coerência do seu raciocínio. Mesmo tendo parado de estudar na 5ª série, o conhecimento adquirido no campo da leitura, da escrita e da matemática foi suficiente para ele obter uma renda expressiva por meio de atividades do tráfico ilegal de drogas. Sua condição 'privilegiada' opõe-se à realidade daqueles assalariados que completaram o ensino médio e exercem funções que, na concepção dele, não deveriam exigir esse grau de escolarização:

> Cozinheiro tão pedindo 2º grau [ensino médio] (...). Ué, pra que precisa ter 2º grau? Não dá pra entender, nego com 2º grau varrendo rua e nego que nem tem a 7ª série tá com carro, (...) é gerente de supermercado. (Pedro,18 anos)

Embora não seja possível generalizar essa visão, nota-se que as experiências do fracasso escolar, o estímulo para consumir bens de consumo, a dificuldade de ascensão social (atestada na trajetória de familiares e das pessoas da comunidade), o *status* e poder proporcionados pelo comércio ilegal permitem o entendimento dos motivos pelos quais o ensino formal é percebido, por alguns, apenas como um meio capaz de viabilizar o domínio básico da leitura, da escrita e da matemática. A aquisição deste saber elementar gera alternativas de remuneração fora do mercado de trabalho formal, em que as opções para jovens de setores populares são restritas e, em geral, não oferecem perspectivas de mudança de padrão de vida. Segundo um líder comunitário, os principais chefes do tráfico de Vigário, antes de entrarem para esta atividade, concluíram parte da educação formal e se inseriram no mercado de trabalho com carteira assinada e salário mínimo.

Ainda sobre as relações entre freqüência à escola e comércio ilegal de drogas, é importante acrescentar as reflexões de Guimarães (1998). Segundo a autora, o tráfico impõe a sua lógica nas escolas situadas em locais estratégicos, visando ao controle da área e dos grupos sociais e, desta forma, provoca o rompimento das funções das instituições de ensino de transmissão de valores representativos da ordem legal e social e de acesso à 'cultura letrada'. Tal subordinação se dá dentro de um contexto de fragilidade do poder legal público, quando o poder paralelo torna-se a referência de autoridade, isto é, ocorre:

> *na malha frouxa da ação do Estado, não só no nível das políticas sociais diluídas no caldo de interesses particularistas, mas na incapacidade demonstrada por esse mesmo Estado de incorporar aos padrões da cidadania as diferentes regiões e os diferentes segmentos sociais*. (Guimarães, 1998:221)

A percepção e a trajetória escolar do grupo pesquisado revelam que o fracasso escolar entre setores populares não pode ser reduzido aos 'problemas' individuais dos alunos. É preciso considerar as conseqüências das deficiências das políticas públicas no campo da educação e os aspectos relacionados aos valores culturais, como as diferenças assinaladas entre a experiência social feminina e masculina. Visando a avançar nessa ampla discussão, no próximo capítulo, será realizada uma análise cotejada das trajetórias de gênero dos jovens.

4

Experiência Social do Gênero e Sexualidade

Com base nos relatos do grupo de jovens pesquisado, serão descritas as trajetórias femininas e masculinas, bem como suas experiências relativas à iniciação e às práticas sexuais. Por meio do enfoque nas representações e práticas relativas à sexualidade e ao gênero, objetiva-se identificar os valores predominantes nessa população e pensar suas conseqüências para o controle da epidemia de HIV/Aids, cuja principal via de transmissão é a relação sexual.

Trajetórias femininas

Manutenção no espaço doméstico: esposa e mãe

Na trajetória feminina, a nostalgia da liberdade do período da infância, quando se ocupava o espaço público (a rua) sem receio ou 'vergonha', assinala que constrangimentos sociais vão inserindo as meninas no espaço doméstico (a casa).

As boas e saudosas recordações das brincadeiras na rua com os(as) colegas – em contraste com as lembranças negativas (controle familiar, surras e os tiroteios) – revelam esse ponto de vista:

> Eu brincava muito na rua, agora tudo mudou, eu cresci, eu hoje tenho vergonha daquelas coisas que eu brincava de correr, de pique-esconde. (Irene, 14 anos)

> Tenho 14 anos, sou mocinha, aí não posso ficar brincando na rua. (Verônica, 14 anos)

Observou-se a presença feminina no mundo privado nas atividades do cotidiano. A maioria das entrevistadas revelou assumir, total ou parcialmente, as tarefas do lar (cozinhar, lavar, arrumar) e os cuidados com irmãos/filhos, mesmo no caso daquelas que estavam estudando. Grande parte já esteve envolvida em trabalhos remunerados, em período integral (operária, vendedora, costureira, doméstica, babá), mas foi demitida ou abandonou o emprego. Uma das entrevistadas afirmou: "Parei porque eles adoram explorar gente de menor". Todas as três que saíram da escola para trabalhar não continuaram nos empregos e retomaram os estudos. No momento da entrevista, nenhuma das meninas estava empregada.

Tais fatos ganham relevância quando articulados com a recorrência do casamento e da maternidade em idade precoce. A vida conjugal e os filhos parecem viabilizar o projeto de constituição de uma vida familiar harmoniosa e feliz, capaz de fornecer apoio, segurança e companhia.[23]

Casamento e maternidade aparecem como valores centrais em seus projetos de vida. Sandra, 15 anos, recorda que, quando sua mãe tem filhos, mesmo em situações adversas (estando sem marido e já tendo gêmeos), "ela fica feliz". Letícia, 18 anos, afirma que, se perder o marido, que "é uma pessoa de valor, muito importante", tudo acaba para ela. O relato de Júlia, 15 anos, também é ilustrativo:

> Agora [o filho] vai representar um pouco de alegria na minha vida, mas eu ainda fico pensando muito em tirar e agora eu penso em ter para ter alegrias e não me sentir sozinha.

A interrupção de um investimento continuado na formação escolar no universo feminino em foco relaciona-se às inadequações e aos problemas do ensino público, assim como à ausência de um ambiente que favoreça a dedicação aos estudos. A falta da disponibilidade de livros e publicações diversas no ambiente doméstico e na comunidade – gibis e revistas foram as leituras mais citadas entre aquelas que afirmam gostar de ler – e de um acompanhamento das atividades escolares pelos familiares são exemplos do contexto pouco estimulante em termos da educação formal.

As condições objetivas e o ideal tradicional de identidade feminina fazem com que as perspectivas de construção de uma carreira profissional capaz de gerar ascensão social e satisfação pessoal sejam limitadas na população investigada. Vale acrescentar que as funções femininas tendem a ser associadas ao mundo doméstico, a despeito da maior participação da mulher no mercado de trabalho e do crescente número de mulheres chefes de família.

---

[23] Ver o estudo de Salém (1981) sobre a expectativa de mulheres de camadas populares em relação à retribuição dos filhos em termos de amparo e assistência econômica e afetiva.

As atividades remuneradas das mulheres, embora possam gerar renda, em geral são consideradas complementares ao rendimento do marido, sendo somadas às tarefas do lar e à responsabilidade pela educação da prole. No próximo capítulo, trata-se, de maneira mais detalhada, do papel feminino na vida familiar. De qualquer modo, convém destacar o atributo social do homem como principal responsável pela fonte de subsistência da família.

O amparo financeiro ao grupo doméstico sugere nexos entre o significado de proteção e a função masculina de provedor. O relato de um rapaz de 16 anos, durante a observação de uma conversa entre um grupo de moradores, fornece mais uma confirmação desse ponto de vista. Após se relacionar sexualmente com uma menina virgem, ele foi chamado pela mãe da moça para assumir as despesas relativas a ela. Para 'se livrar' da situação, ele convenceu a menina de que estava interessado em outra pessoa. Vale salientar o tom de ironia do relato, indicando uma visão crítica do garoto em relação à expectativa da mãe para que ele passasse a cuidar da menina, ou seja, assumisse a sua proteção e subsistência.

Todas as entrevistadas com vida conjugal (quatro no total) eram sustentadas pelos maridos, jovens entre 19 e 23 anos. Vale registrar que a tendência de o casamento legal ou união consensual ocorrer entre moças mais novas e homens mais velhos tem sido confirmada pelos estudos demográficos.

Segundo Berquó (1998), na faixa de 15 a 19 anos, 15,6% das moças e 3,1% dos rapazes declaram-se casados. Neste mesmo período etário, 50% das garotas casam-se com homens de cinco a dez anos mais velhos; esta disposição se mantém na faixa de 20-24. Em suma, a diferença de idade na formação do par demonstra a expectativa social de que o homem usufrua uma posição mais estabilizada como provedor (Bozon, 1995; Bourdieu, 1995).

Para complementar, cabe citar a conexão entre a maior precocidade da união conjugal e o menor nível de escolaridade. Na faixa de 15 a 19 anos, o percentual de mulheres casadas sem instrução é de 23,9%, enquanto o percentual daquelas com escolaridade superior é de 4,4%. Entre os homens de 15-19 anos, a relação é de 3,7% para os sem instrução e de 1,6% para aqueles com escolaridade superior (Berquó, 1998).

Vale ressaltar que o baixo nível de escolarização do grupo contrasta com o ideal profissional relatado pelas entrevistadas. A maioria citou carreiras que demandam longos investimentos na educação formal como direito, medicina e informática. O valor social da escolarização como um bem simbólico e as dificuldades de realização de projetos escolares e profissionais permitem a compreensão deste aparente paradoxo.

As representações sociais relativas ao significado da situação marital e da maternidade também colaboram para a interrupção dos estudos. Tais elementos ilustram as inter-relações entre condições de existência, representações, estilos e trajetórias de vida, auxiliando o entendimento da manutenção de mulheres de grupos populares no espaço privado, conforme indica o processo de formação do núcleo doméstico das moças de Vigário Geral.

A saída da casa dos pais – decorrente da iniciação da vida conjugal, com ou sem filhos, ou da falta de apoio familiar, no caso da adolescente mãe solteira – tende a definir a entrada da moça na vida adulta. Esta suposição tem como base a aquisição da independência do controle familiar pela garota e as novas funções que ela passa a ocupar na 'sua' casa.

A despeito de as atividades guardarem semelhanças, haja vista que as tarefas exercidas na casa dos pais não são diferentes daquelas realizadas no seu lar – lavar, cozinhar, arrumar, cuidar das crianças (irmãos menores ou filhos) –, tais compromissos adquirem um novo significado. Como esposa e/ou de mãe, a garota altera o *status* social de filha e torna realidade o ideal do casamento e da maternidade. As funções assumidas estimulam o abandono da escola com mínimas perspectivas de retorno e inibem atividades de lazer como idas a bailes, restringindo, dessa forma, a circulação da mulher no âmbito público.

Para as jovens, a saída do lar devido ao casamento e/ou à maternidade permite a independência do grupo familiar, a realização de um ideal e a aquisição de novas funções sociais, quais sejam, mãe e/ou esposa. A menina torna-se mulher. Essa passagem não está associada à autonomia financeira resultante da profissionalização, comum na realidade feminina das camadas médias e altas (Lavinas, 1997), e sim à reprodução do papel feminino tradicional, identificado com a manutenção da mulher no espaço doméstico e com a atribuição masculina de subsistência.

Um segundo padrão observado nas trajetórias biográficas das jovens desse segmento social refere-se aos casos em que a gestação e/ou maternidade não são acompanhadas da convivência marital e da independência dos pais, ou seja, a menina se mantém na casa dos familiares, que compartilham ou assumem a criação do bebê.

Nessa circunstância, a passagem para a vida adulta não é tão nítida. O filho tende a se tornar meio-irmão. O mais provável é que os estudos sejam interrompidos, mas há possibilidade de retorno. As mudanças no cotidiano, nas atividades de lazer e nas funções sociais, dentro e fora do lar, tendem a ser menos significativas.

Há casos em que a vida conjugal se inicia na casa dos familiares, mas, com base no relato de informantes, a expectativa de o marido (homem) assumir o papel de provedor se mantém. Quando esse papel não é cumprido, os familiares cobram do rapaz, podendo até expulsá-lo da casa.

Relações com o comércio ilegal de drogas

O abandono do lar, em decorrência de problemas com os pais (agressão doméstica, alcoolismo, descuido), também configura uma terceira maneira de marcar a independência do grupo familiar das meninas.[24] Observaram-se elementos comuns nas trajetórias das moças entrevistadas que saíram de casa em função de conflitos familiares.

Com base na biografia de seis, entre as dezoito jovens pesquisadas, foi possível notar um nexo entre as situações de desorganização do grupo doméstico – agressões, abuso sexual, abandono e uma tendência à aproximação com o comércio ilegal de drogas. A inserção nesta atividade gera autonomia financeira, independência do grupo familiar e formas de defesa (acesso a armas e respeito), apresentando-se como uma aventura e/ou saída diante das dificuldades da vida. Os depoimentos são reveladores:

> Fui morar com umas amigas (...) me divertia bastante (...) eu era meio doida, aí eu levava a carga e todo final de semana eu recebia cem reais. [25] (...) Um dia, quando eu voltei daqui, aí fui pra lá, encontrei os irmãos das minhas colegas morto. Aí eu fiquei com medo e pedi pra minha mãe pra voltar. (Valéria, 17 anos)

> Teve hora na minha vida que eu passei muitas dificuldades, entrei para o tráfico, depois eu vi que não estava dando certo, que ia acabar morrendo. Aí eu saí e coloquei a minha cabeça no lugar (...) muitas vezes eu estava dentro do carro e o carro foi metralhado, [aconteceu] de eu rezar e nenhuma bala pegar em mim, de ver o cara que tava do meu lado morrer. (Letícia, 18 anos)

No universo do tráfico, em que predomina o *ethos* masculino (Zaluar, 1985;1994), as mulheres ocupam diferentes papéis: consumidora, esposa de traficante e profissional. Como consumidoras dependentes, submetem-se a favores diversos, que incluem sexo, carregamento de armas e drogas ilícitas. Nessa posição, perdem os vínculos familiares,

---

[24] Esses problemas não estão restritos aos setores populares urbanos, acontecendo em todas as classes sociais. Todavia, as análises acerca da violência doméstica (Heilborn, 1996; Soares, 1996; Brandão, 1998) chamam atenção para as singularidades do seu significado entre os diferentes segmentos sociais.

[25] O valor do salário mínimo no Brasil, em outubro de 2001, era de R$ 181, cerca de U$ 67.

não conseguem cuidar dos filhos, morrem em ações arriscadas ou acabam presas. Um dos jovens entrevistados envolvidos no tráfico relatou:

> várias se vendem também por cocaína (...) elas esquecem [o uso da camisinha], só quer saber da ambição do pó da cocaína (...). Agora o homem não, o homem já pensa logo. (Pedro, 18 anos)

No papel de namorada ou esposa 'oficial', 'menina de fé' dos líderes, as moças desfrutam do acesso aos bens de consumo valorizados socialmente (vestuário, perfumes), ganham *status*, respeito e uma certa proteção na comunidade. O uso do prestígio da posição de 'viúva de bandido' no jogo de sedução com os rapazes ilustra este ponto de vista. O vínculo amoroso com pessoas 'envolvidas no movimento'[26] tem seu preço. O companheiro tende a morrer cedo ou ser preso; além disso, há o risco de vingança de policiais e de traficantes inimigos. Todavia, os benefícios materiais e simbólicos, combinados com a assimetria de gênero, que caracteriza a cultura viril do comércio ilegal das drogas, dificultam o rompimento dessas meninas com o universo do tráfico.

> *A garota da favela hoje escolhe, ou vira mulher de alguém ou trabalha pro tráfico (...) as que trabalham não duram muito porque ficam sabendo demais. Quando vira 'mulher de fé' é melhor porque todo mundo respeita (...) Tá vendo este anel é igual a cartão de crédito, com ele faço compra na venda e pego quanto pó eu quiser na boca. Todo mundo sabe quem sou eu.* (*Jornal do Brasil*, 16/08/1998)

> As meninas são seduzidas por homens mais velhos, geralmente pessoas que elas admiram, [por exemplo,] o professor, mas predomina o bandido. Estar com ele significa poder, ganhar roupas, ir ao cabeleireiro, eles compram as meninas, elas ficam com uma dívida, ou seja, tem que ficar disponível para eles. (líder comunitário)

É interessante comentar que os casos amorosos com pessoas 'envolvidas', citadas pelas jovens entrevistadas, mesmo resultando em morte ou prisão do namorado, são lembrados como grandes paixões que não foram esquecidas.

Ainda que de forma vaga, esse dado aponta para uma possível romantização do papel de bandido que faz justiça com as próprias mãos, é capaz de impor respeito e realizar o sonho de consumo de 'suas' mulheres. Apesar de a maioria do grupo pesquisado condenar as atividades dos traficantes devido à violência, à busca de dinheiro fácil e ao acesso à 'mulé', frente à visão negativa da polícia, à ineficácia das instituições judiciárias e ao descaso do poder público, o bandido assume o papel de benfeitor e protetor.

---

[26] A expressão "envolvida no movimento" refere-se à participação no comércio ilegal de drogas.

Como profissionais do tráfico, na maioria dos casos, as garotas ocupam posições inferiores como 'fogueteira' (solta fogos quando a polícia chega) e 'avião' (leva a droga). Um líder comunitário relatou:

> O papel da mulher no crime é de segunda categoria, é raro ver uma mulher armada, geralmente elas jogam 'pisa' [roubam e escondem debaixo da saia], fazem 'chorra' [roubar sem que perceba] e fazem mula [levar a droga].

Uma recente pesquisa sobre a população carcerária feminina do estado do Rio de Janeiro (Soares et al., 2001) fornece uma caracterização complementar deste fenômeno. A investigação atestou o crescimento do número de mulheres presas por envolvimento com o tráfico de drogas, que passou de 32%, em 1988, para 56% em 2000.

A maioria das encarceradas por esse delito (78,4%) revela que sua prisão ocorreu por estar presente em uma situação que envolvia outras prisões ('bucha'), por uso de drogas ou pela participação em cargos subalternos no tráfico ('mula', 'avião', 'vapor'). Uma minoria se referiu a funções mais hierárquicas como: "abastecedora/distribuidora, traficante, gerente, dona de boca ou caixa/contabilidade" (Soares et al., 2001:26-27).[27]

Diante da identidade social feminina associada à noção de fragilidade – expressa pela fala de um rapaz "mulher não agüenta pancada se for pega (...) é fofoqueira" (*Jornal do Brasil*, 16/6/98) – as meninas que se profissionalizam tendem a acionar o modelo masculino, agressivo e heróico, vestindo-se e falando como homens para serem respeitadas e aceitas naquele grupo. Segundo a mesma reportagem, em uma instituição de recuperação, uma mãe levou cuecas para a filha, a outra mãe se referia à filha pela versão masculina do seu nome.

As descrições apresentadas revelam semelhanças com a análise de Zaluar (1994) sobre o papel feminino em um cenário ordenado pelo tráfico. A autora destaca: a função secundária da mulher na atividade profissional; a exposição ao estupro daquelas próximas ao ambiente dos bandidos e com grande número de parceiros e/ou com práticas homoeróticas; a cumplicidade da esposa oficial do bandido; a força moral da mãe; a reprodução do papel tradicional (dona-de-casa, esposa e mãe) e a incorporação dos atributos masculinos por uma minoria que ingressa nesse universo viril.

---

[27] Segundo Soares et al. (2001), o número de mulheres presas é muito pequeno quando comparado ao contingente de homens encarcerados. Pondera-se que o aumento da participação feminina em crimes não pode ser interpretado como uma adesão expressiva à criminalidade, é preciso levar em conta uma possível diminuição dos níveis de condescendência da justiça criminal com as mulheres infratoras e as mudanças nas políticas de segurança pública na década de 90 no Rio de Janeiro.

Ao adotar um comportamento masculino, visando ao respeito e à proteção, a menina nega a identidade feminina tradicional. Negando a condição de mulher, ela não deixa de afirmar que a feminilidade deve ser exercida no âmbito doméstico. De qualquer modo, é possível supor que a entrada das meninas no mercado 'profissional' do poder ilegal não permite mudanças na visão tradicional do papel feminino, tendo em vista o fenômeno da masculinização, a não permanência (transitoriedade) das mulheres nessa atividade e os limites da ascensão feminina a determinados postos hierárquicos nessa área.

As seis entrevistadas que afirmaram ter trabalhado para o tráfico exerciam funções periféricas. Diante dos riscos de morte, prisão e perda de amigos e namorados, elas decidiram sair e constituir uma família (casamento e maternidade). Assim como a posição de mulher de traficante, tal movimento sugere a atualização e a reprodução dos papéis sociais masculinos e femininos, em uma perspectiva assimétrica, que também se expressa no significado de proteção por meio de uma oposição complementar.

O universo masculino se conecta com a força física, o sustento econômico pela atividade remunerada e o domínio do espaço público, ao passo que o universo feminino ocupa o mundo doméstico, organiza o lar, cuida da prole e fornece esteio moral.

Cabe, por fim, citar que a descrição dos papéis masculinos e femininos, assinalados até então, guarda semelhanças com o estudo de Maher (1997) sobre as diferenças de gênero na estruturação do mercado informal nas economias capitalistas pós-industriais. Com base na análise do mercado ilegal de drogas e na experiência de trabalho com usuárias de droga, a autora demonstra que as mulheres ainda tendem a assumir funções femininas e a receber menos que os homens, particularmente entre os grupos mais empobrecidos e marginalizados.

Trajetórias masculinas

Ocupação do espaço público: profissional e provedor

A trajetória masculina é distinta da feminina e a ela complementar. Alguns garotos disseram que ainda se sentiam crianças, sugerindo que o adiamento da entrada na vida conjugal – entre os quatorze entrevistados nenhum estava casado – e a permanência no âmbito público podem gerar um prolongamento da percepção da infância no universo masculino; mesmo sendo acompanhada da conscientização de novos compromissos e do abandono do ensino formal.

Não obstante a aproximação com o relato do grupo feminino sobre as lembranças boas e ruins (surras e tiroteio) da infância, observaram-se variações de gênero relativas às formas de ocupação do espaço público. A riqueza das citações das brincadeiras de rua (futebol, bola de gude, pião, pegar doce e pipa) e o valor atribuído ao trabalho exemplificam o diferencial de gênero.

Entre os rapazes, observa-se que a saída da infância não corresponde à limitação da ocupação do mundo público e sim a alterações na percepção desse espaço, devido às pressões sociais para assumir atos e compromissos e à entrada no mercado de trabalho. O início da vida adulta masculina guarda, assim, uma relação com a mudança de significado da rua. Mesmo mantendo o significado de lazer (futebol, baile), o espaço público passa a representar a concepção de local de trabalho, de responsabilidade e de busca da atividade remunerada – "quando a gente começa a trabalhar deixa de ser criança".

A expressão 'pegar responsabilidade' sugere a internalização da expectativa social da função masculina, referente ao compromisso pela subsistência da família, assim como a citação do termo 'ser mais cabeça' – registrado em outros estudos sobre grupos populares – incorpora "uma forte conotação moral positiva, abrigando os significados de responsabilidade, inteligência e conduta moral" (Heilborn, 1997:308).

Tais qualidades são requisitos importantes para o papel social de provedor e protetor da mulher e se opõem ao descompromisso (molecagem, 'ficar zoando') dos tempos de criança. Isto significa dizer que a falta de investimento na educação formal e a não participação nas tarefas domésticas são percebidas pelo grupo como tendências 'naturais' da trajetória masculina, reproduzidas e atualizadas (Bourdieu, 1995).

Ainda que presente nos relatos das meninas, a importância do trabalho – para ajudar nas despesas da casa e adquirir bens de consumo – aparece de forma mais recorrente entre os homens. No momento da entrevista, além de estarem mais ausentes da escola do que as garotas, vários, em contraste com apenas duas meninas, recebiam remuneração. Entre as atividades, prevalecia o trabalho ou a participação nas organizações comunitárias locais; alguns recebiam auxílio-desemprego ou atuavam no comércio ilegal de drogas.

As experiências profissionais se diferenciam daquelas das meninas pela função, mas se aproximam pela variedade (mecânico, engraxate, gráfico, flanelinha, feirante). Realizadas em tempo integral, não geram vínculos, qualificações ou estímulo, com exceção da profissionalização em informática, proporcionada pela organização co-

munitária local. Entre aqueles que assumiram funções de coordenação nas instituições não-governamentais locais, foi enfatizado o papel do trabalho na transformação social. Eles acreditam que suas atividades podem mudar a imagem da favela e melhorar a vida dos moradores.

> Eu sou o coordenador desse Centro Cultural, é um trabalho social, é uma responsabilidade muito grande fazer projetos para trazer pra aqui. (...) Acho que [a organização] está conscientizando um pouco a galera, tem meninos que andavam descalços [e] agora andam de chinelo, passam a se cuidar mais. (Rodrigo, 18 anos)

Novaes reflete sobre os efeitos da ação de mediadores – organizações civis e igreja, entre outros – na trajetória social de jovens de camadas populares urbanas. Para a autora, movimentos (como Viva Rio e GerAção) e organizações (como a Casa da Paz e o Grupo Afro-Reggae), orientados pela idéia de cidadania e solidariedade, têm contribuído para a ampliação de alternativas de vida de alguns jovens moradores em termos de "ressocializar, reconverter trajetórias, reafirmar valores" (Novaes, 1997:150), reduzindo os efeitos perversos da 'cultura do medo'. Conquanto reconheça as restrições, conclui:

> *Podemos dizer que esses jovens aportam um capital simbólico para toda a comunidade (...) e, em conseqüência, são questionados os limites que interiorizam (e tornam naturais) os mecanismos de exclusão e segmentação social. Parte deles se torna 'profissionais dos Projetos' adquirem uma competência específica para um outro tipo de mediação entre os jovens das áreas pobres e as instituições externas.* (Novaes, 1997:153)

Duarte et al. (1993) apresentam uma visão menos otimista sobre a intervenção de organizações voltadas para a promoção social de classes populares, referindo-se ao fato de que elas se comprometem com um projeto de conversão à cidadania pela via da racionalização. Segundo os autores,

> *a ordem liberal-individualista não pode prescindir da construção do Estado (...) a 'conversão' pela racionalização nunca é suficiente para a produção de 'cidadãos': impõe-se a reprodução pela disciplinarização.* (Duarte et al.,1993:17)

As análises de Novaes e Duarte et al. estimulam uma discussão sobre o papel de mediação das organizações comunitárias na trajetória de jovens de camadas populares. Tal empreendimento demandaria um exame dos fundamentos das propostas e de suas repercussões na realidade em questão a partir da caracterização de seus desdobramentos futuros e dos diferentes impactos entre os gêneros, estando além do escopo do presente estudo.

Considerando, no entanto, que 27 (entre os 32 rapazes e moças) participam ou participaram de alguma atividade nas instituições comunitárias locais, vale registrar impressões gerais colhidas durante o trabalho de campo:

- as motivações dos(as) jovens para entrar nessas instituições são diversas: curiosidade, 'pra matar o tempo', 'preencher a mente', 'ganhar um troco', adquirir uma qualificação; mesmo aqueles que nunca participaram – alegando falta de tempo, desinteresse, 'preguiça' – têm uma visão positiva das iniciativas e admitem possibilidade de participação futura;
- a diferença mais destacada entre aqueles que freqüenta(ra)m em relação aos que nunca participaram refere-se ao gênero: os homens criam mais vínculos nas organizações e são mais atingidos pelas propostas de profissionalização, sugerindo, mais uma vez, o maior envolvimento masculino com o trabalho remunerado;
- o recurso financeiro oferecido pelas organizações é dividido entre as despesas da casa e os gastos pessoais (vestuário, lazer); essa evidência corrobora o argumento já apresentado sobre a relação entre motivação para a atividade remunerada e investimento em bens de consumo. Convém citar que o vídeo-documentário *Formou o Bonde* (1994) sobre sexualidade e Aids, realizado na favela de Vigário Geral, registra os cuidados de rapazes e moças com a aparência durante a produção para o baile, como ida ao cabeleireiro, passar creme no corpo, escolha da roupa e do tênis etc.;
- as atividades não geram necessariamente qualificação, inserção profissional e/ou mudança no padrão de vida; no entanto, há casos de possibilidades concretas de profissionalização, evidenciadas nas atividades no campo da informática, da indústria de lazer e de coordenação de programas na organização comunitária;
- os profissionais que atuam em serviços de assistência questionam a não adesão dos moradores aos programas oferecidos e a acomodação e vitimização dos mesmos; tais dados sugerem o conflito de lógicas e valores já apontado na literatura (Leal, 1995; Duarte et al., 1993);
- a comunidade tem um visão positiva das organizações comunitárias pelo fato de elas contribuírem para mudança da imagem negativa da favela e oferecerem alternativas: "Vigário Geral sempre teve a fama de ser violento e agora eles [a organização] transmitem que tem cultura aqui dentro", afirma um dos entrevistados;

- os líderes do tráfico local se informam sobre o funcionamento das organizações comunitárias e convocam seus coordenadores para conversar, desta forma fomentam a caracterização de benfeitor do traficante, reforçando o papel masculino de dominação, controle e proteção da área. Vale dizer que, segundo relatos, os coordenadores das instituições não aceitam o dinheiro do tráfico.

É interessante pensar que um dos motivos para a tolerância e a cordialidade entre instituições com princípios tão diversos pode ser decorrente da não interferência das organizações comunitárias na ação do comércio ilegal de drogas. Isso significa dizer que as instituições da sociedade civil pretendem ser uma alternativa ao tráfico. Mesmo permitindo mudanças na trajetória de alguns jovens, suas ações parecem não enfraquecer de forma significativa o sistema de funcionamento das atividades ilegais, que se amplia e envolve pessoas cada vez mais jovens.

A compreensão das repercussões das organizações voltadas para educação, saúde e cultura de comunidades populares urbanas e das suas relações com o tráfico é um tema amplo e complexo, levantado apenas com base em relatos e impressões. Este rápido registro pretende estimular desdobramentos e debates futuros.

A sedução do tráfico

Ainda no campo das atividades remuneradas, é preciso considerar os apelos do comércio ilegal de drogas. Em um universo de baixo nível socioeconômico, a participação nessa atividade pode significar poder de consumo, acesso às estratégias de defesa pessoal e aquisição de *status* social.

Quer dizer, o garoto de família pobre, sem recursos e perspectivas de mudança de padrão de vida torna-se uma pessoa temida e respeitada com condições de consumir os produtos das classes abastadas, conquistar o objeto de desejo feminino, enfrentar a polícia, presentear e apoiar a sua comunidade. A força moral, bélica e financeira proporcionada pelo tráfico representa, assim, uma forma de 'proteção' contra a escassez dos bens materiais e simbólicos da cultura dominante, inacessíveis aos segmentos populares.[28]

[28] Na entrada para o universo do crime deve-se também considerar a importância das idéias de honra, hierarquia e reciprocidade. Tal ponto de vista não será abordado no presente trabalho, mas pode ser confirmado pela análise de Alvito (2001) acerca da trajetória de vida de chefes do comércio de drogas de Acari e de dados da literatura sobre outras favelas.

A adesão de parte do grupo ao tráfico de drogas sugere que, em termos de profissionalização e mobilidade social, a geração adulta não representa um modelo positivo a ser seguido. Zaluar (1994; 1997), ao analisar essa temática, ressalta que existe um conflito entre a valorização de uma ética do trabalhador, que é moralmente superior à do bandido, percebido como vagabundo, e à visão negativa do trabalho, concebido como escravidão ou coisa de 'otário', devido à intensa carga horária, aos baixos salários e à submissão aos mandos dos patrões.

A autora sustenta que nesse universo há uma interpenetração de lógicas culturais, na qual a matriz holista vem sendo confrontada com a matriz moderna. Informada por uma reflexão crítica das teorias sobre violência urbana, destaca que o crescimento do mercado ilegal de drogas expressa o rompimento dos laços sociais. Nas suas palavras:

> *A fragmentação das organizações vicinais e familiares facilitou o domínio dos grupos de traficantes no poder local, que, por sua vez, aprofundou a ruptura dos laços sociais dentro da família e entre as famílias da vizinhança, acentuando o isolamento, a atomização, o individualismo.* (Zaluar, 1997:41)

Em uma abordagem similar, Velho (1996) argumenta que as desigualdades sociais do mundo moderno associadas à massificação de costumes, à incapacidade das instâncias governamentais para mediar e promover o bem-estar da população e à crise de valores que orientam as relações sociais, em especial as expectativas de reciprocidade, têm influenciado a combinação de lógicas diversas. Para o autor, a participação de jovens de classes trabalhadoras urbanas no tráfico ilustra este ponto de vista.

> *Certamente, o crescimento e a difusão de valores individualistas na sociedade brasileira não significaram o fim da hierarquia. Encontramos coexistência e combinações das duas visões de mundo, com matizes e nuanças (...) no próprio mundo do crime registram-se atitudes e comportamentos que podem estar reproduzindo mecanismos de patronagem, ao lado de manifestações de um individualismo frenético.* (Velho, 1996:18)

A questão da interpenetração de lógicas culturais, ou melhor, a apropriação do ideário moderno pelos segmentos populares urbanos está presente na reflexão de Vaitsman (1997; 1998) sobre as alterações na família e nas relações de gênero entre mulheres de baixa renda a partir do processo de modernização. Em seu ponto de vista, as mudanças na esfera da cultura – decorrentes de transformações no âmbito econômico, institucional e político – produzem impactos diferenciados nos variados grupos sociais. Simultaneamente, estas modificações geram similarida-

des na medida em que os novos contextos são, mesmo que em parte, compartilhados pelos diversos segmentos. A autora explica:

> *Da perspectiva do sujeito, a participação em distintos contextos e jogos discursivos implica simultaneamente em produção de similaridade e diferença, pois ele atua em novos universos comuns, dos quais ao mesmo tempo se diferencia. Sobretudo na cena urbana, ele toma parte simultaneamente de mundos diferentes que, no entanto, se interpenetram.* (Vaitsman, 1997:307)

As reflexões em torno da interpenetração das lógicas culturais revelam o caráter dinâmico, plural, produtor de (re)arranjos diversos da vida em sociedade, principalmente no espaço urbano contemporâneo permeado pela coexistência de discursos e práticas de segmentos variados que se renovam continuamente (Velho, 1994).

De acordo com Giddens (1991), uma das características das "condições de modernidade" refere-se às implicações da reflexividade da vida social, haja vista a dimensão de renovação, instabilidade e revisão do conhecimento e das práticas sociais, contraposta ao sentido de permanência e de resistência à mudança das sociedades tradicionais.

Ao buscar elos de conexão entre tal pressuposto e os dados das trajetórias de rapazes e moças de Vigário Geral, observa-se a presença, pouco expressiva, de relatos identificados com o ideário moderno. Prevalecem nas falas e nos dados das biografias evidências da atualização de traços do ideário tradicional como o valor da rede de parentesco, vizinhança e localidade e a assimetria dos gêneros na construção da identidade social desses jovens.

Existe uma tendência em concordar com o argumento da predominância de um caráter holista na população investigada, conforme proposição de Duarte (1988). O que não significa negar as repercussões do ideário moderno entre as camadas populares – já que a noção de predomínio não implica exclusão ou impossibilidade de convivência entre lógicas diversas – nem desconsiderar indicações de mudança no valor do trabalho entre a população investigada, particularmente entre os jovens envolvidos no tráfico.

Casamento e paternidade: um projeto adiado

A paternidade e a criação de um núcleo familiar harmônico também integram o projeto de vida dos rapazes, mas, em comparação com as meninas, são mais tardios. Os casos de gravidez não planejada não aceleram, necessariamente, o convívio conjugal:

> Eu tenho um filho, eu engravidei uma menina (...) ela resolveu ter o filho, eu preferia que ela tivesse tirado. [Já ocorreu com você outros casos em que a mulher engravidou?] Já e as pessoas tiraram ou perdeu o filho. (Álvaro, 18 anos)

> Rolou, aí ela tomou remédio e tentou tirar. Ficou tudo resolvido, tiraram e nunca tive filhos. (Rodrigo, 18 anos)

Quando a gestação é mantida e não há vínculo amoroso, na visão masculina, a mulher tenderá a assumir sozinha a criação do(a) filho(a). Alguns rapazes citaram o compromisso com a criança: "vou tá ali cumprindo com a minha obrigação, mas ela vai pra um lado e eu pro meu, né" (Pedro, 18 anos). Não foi notado qualquer tipo de constrangimento social provocado pela gravidez não planejada. Deve-se considerar que a concepção é um sinal de afirmação da virilidade frente a si mesmo e aos pares, bem como de realização do papel de reprodutor no grupo doméstico.

Em sua pesquisa com homens de 17 a 45 anos com baixo poder aquisitivo, Villa (1998) aprofunda esta discussão, assinalando dilemas na construção da identidade masculina relacionados à prática sexual e à paternidade. O autor destaca a contradição entre o incentivo ao exercício de sexualidade autônoma, que motiva a regulação da fecundidade no momento de constituição da união conjugal e o valor social e cultural da paternidade (papel de reprodutor) no âmbito doméstico. O controle da sexualidade e da reprodução por parte dos homens também entra em conflito com a percepção do poder feminino em relação à regulação da gravidez.

É interessante justapor a visão masculina à experiência feminina. De acordo com as entrevistadas, a interrupção da gravidez significou tristeza, sofrimento, abandono e medo da infertilidade:

> Ele me largou eu tinha quatro meses de gravidez, eu sofri muito com ele, ele me batia, eu grávida apanhava muito. (Maria, 15 anos)

> A pessoa vai tirando uma porção de vezes, o útero vai ficando fraco, aí quando quiser ter filho mesmo não vai ter. (Helena, 19 anos)

> No início eu contei pra ele e ele falou que o filho não era dele, (...) quase sempre o homem não quer o filho, mas tem homem que gosta. (Júlia, 15 anos)

Ambos os sexos admitem que uma criança pode unir o casal, contudo, observam que ela não garante a continuidade do vínculo conjugal se não houver interesse dos dois: "acho que gravidez não prende o homem, não" (Teresa, 18 anos); "tem uns que gostam; outros ficam duvidando se o filho é seu" (José, 15 anos).

Leal & Lewgoy (1995) enriquecem essa discussão ao concluírem que garotas de grupos populares, diante de um sinal como atraso da menstruação, tendem a tomar chás ou remédios abortivos para a regra descer, caso não identifiquem condições familiares, morais e materiais favoráveis à geração de uma criança. As medidas adotadas não são percebidas como abortivas, pois não se chega a reconhecer a gravidez, mas um tipo de desordem. Isto é, "sem o reconhecimento social da gestação não há embrião, nem feto e nem ao menos gravidez" (Leal & Lewgoy, 1995:70). O reconhecimento social da gravidez geralmente ocorre quando se avalia a viabilidade de assumir o projeto de formação de uma nova família.

Roteiros sexuais: o contraste entre os gêneros

Gagnon (1990) analisa as fontes sociais do processo de aprendizagem da conduta sexual, introduzindo a concepção de cenário sexual. Salienta a importância da identificação e da compreensão das narrativas culturais implícitas e explícitas que estruturam as práticas sexuais, bem como dos elementos objetivos e subjetivos que integram a experiência sexual, como gênero, faixa etária, espaço, expectativas, sentimentos, relações de poder, entre outros. A apreensão de tais aspectos, no entanto, impõe uma série de desafios metodológicos, assinalados por Parker et al. (1995) e Lhomond (1996).

Para minimizar as dificuldades impostas pela temática e pelo fato de a entrevista ter sido conduzida por uma pessoa 'de fora', a aproximação com o universo investigado foi feita com intermédio de mediadores da própria comunidade. Os encontros foram realizados nos locais definidos por eles(as) e complementados com observações de contextos de sociabilidade e reuniões com jovens moradores. Procurou-se estabelecer ligações com elementos do espaço 'conhecido' (de dentro, familiar), visando a alguma identificação com as expressões culturais locais.

Apesar de os(as) entrevistados(as) terem manifestado cooperação e interesse – a maioria assinalou a oportunidade de aprender e falar de assuntos da vida sobre os quais eles/elas não têm com quem compartilhar – cabe registrar a ocorrência de certas reações de surpresa e constrangimento em relação a questões sobre sexo.

Esta impressão foi confirmada pelo relato de alguns depoentes. Tal fato sugere que a ênfase no diálogo e na problematização da sexualidade – presente no discurso moderno sobre direitos sexuais e reprodutivos e (des)igualdade dos gêneros – não é comum nessa realidade. De qualquer modo, segundo indicam as falas a seguir, observa-se que, no encontro, foi

possível estabelecer algumas conexões relacionadas a representações do sentido de proteção, como confiança para expressar idéias e sentimentos, além de uma associação com laços de vizinhança.

> As coisas que falei acho que não teria *coragem de falar* com uma pessoa que já conheço há um tempão. (Otávio,19 anos) (grifo meu)
>
> Pelo menos a gente tem uma pessoa que faz umas perguntas e eu desabafo, a gente não vai contar isso pra ninguém... As coisas que eu não pude conversar com ninguém eu conversei contigo. (Valéria,17 anos)
>
> Nunca tive esse tipo de conversa com ninguém. (Verônica,14 anos)
>
> Fez pergunta sem maldade. (Denise, 13 anos)
>
> Você foi perguntando as coisas *como se fosse uma pessoa muito minha amiga* e eu fui relaxando, contando e tirando o sufoco de dentro de mim. (Maria, 15 anos) (grifo meu)

Apesar das restrições apontadas, as informações obtidas permitiram a apreensão de aspectos da atividade sexual, capazes de orientar reflexões sobre as políticas preventivas e de estimular investigações futuras.

Iniciação sexual

Das 18 entrevistadas (a maioria de 14 a 18 anos), 8 declararam ser virgens. Seus namoros envolvem beijos, abraços e passeios. Alguns relatos apontaram para a associação da figura masculina com a noção de domínio e iniciativa em relação ao sexo: "quando a gente namora na casa deles, eles querem mandar na gente" (Denise, 13 anos); "a gente conversa, mas ele nunca me forçou, já tem sete meses que a gente namora" (Verônica, 14 anos).

Na busca de indicadores que sugerissem características comuns na trajetória desse grupo, diferenciando-o do grupo de meninas com experiência sexual, foi possível identificar alguns pontos semelhantes que se tornaram expressivos quando analisados de maneira integrada. No grupo das sem experiência, há maior controle e preocupação das mães. Duas situações exemplificam essa afirmação: ao ser avisada de que não poderia participar da entrevista, uma mãe indicou desconforto, comentando: "é segredo, é?"; outra mãe pediu que eu aconselhasse sua filha e comentasse seus comportamentos e dúvidas após a entrevista.

A permanência na escola se constitui um fator recorrente neste grupo, sendo ilustrada na seguinte fala: “tem várias garotas que eu conheço de 15 anos, tudo grávida em vez de estar estudando, curtindo a

vida" (Irene, 14 anos). O não envolvimento com o tráfico de drogas, a menor freqüência aos bailes e a maior participação em atividades recreativas ligadas ao mundo infantil e ao esporte – como pique, queimado, bicicleta e futebol – foram elementos que também prevaleceram entre as meninas que afirmaram ser virgens.

Não foram observadas diferenças importantes na faixa etária e no desenvolvimento físico do grupo sem e com iniciação sexual, com exceção de uma garota virgem que, além de ter porte miúdo e seios pequenos, tinha o hábito de chupar o dedo. Chama a atenção que a idade da iniciação sexual do grupo pesquisado (prevalece a faixa de 13 a 15 anos) está abaixo da média do país: 16,7 entre os homens e 19,5 entre as mulheres,[29] sugerindo estudos subseqüentes capazes de identificar a idade do início da vida sexual nos diferentes grupos sociais.

Os argumentos apresentados indicam que tais investigações devem enfocar a inter-relação entre adiamento do início da vida sexual, estrutura e controle do grupo familiar, local de moradia, escolaridade e espaços de interação social. Ainda que não se tenha incluído uma etnografia dos bailes, com base na literatura,[30] é possível sugerir que o baile – espaço de convivência e sociabilidade, caracterizado pela ausência da vigilância familiar e da comunidade, pela exposição de coreografias e estéticas corporais e pela grande concentração de jovens – favorece o relacionamento entre os pares e a experimentação sexual.

O baile foi a atividade de lazer mais citada entre meninos e meninas com experiência sexual. Conforme mencionado, entre as moças 'virgens', as atividades recreativas, em geral, ocorrem dentro da comunidade. O contato com outros cenários se dá por meio da escola, que é próxima ao local de moradia. Mesmo que as unidades de ensino estimulem a convivência social, tais espaços também geram uma forma de controle social, 'protegendo' da interação com os demais universos. Em suma, o baile representa a esfera da 'rua' (descontrole, anonimato, 'sexo arriscado') e se contrapõe à proteção da casa/comunidade (conhecido, familiar, 'sexo sem risco').

---

[29] No grupo feminino, a análise por coorte aponta para uma diminuição pequena na idade mediana da iniciação sexual: 18,8 no grupo de 20-24 e 20,7 no grupo de 45-49. Com relação à escolarização, na faixa de 20-24, a idade média da primeira relação do grupo sem nenhuma instrução foi de 15,6 e no grupo com 1 a 3 anos de instrução de 17,9. A idade média entre as mulheres de 20-49 anos sem nenhuma instrução é de 17,6 e com 12 anos ou mais é de 22,4 (Benfam,1996:77).

[30] Ver Vianna (1988), Cecchetto (1997), Souto (1997), Cunha (1997). Os(as) autores(as) tendem a destacar as diferenças entre os bailes. Na definição de Ceccheto (1997:99-100), no baile de 'embate', há menor controle das brigas; no baile normal, a briga é organizada e no baile da comunidade, não existe confronto.

Em concordância com essa descrição, sugere-se que a interação limitada com outros espaços sociais da cidade – potencializada pela geografia da favela[31] e pela vigilância da rede familiar e de vizinhança – integra os fatores de controle do comportamento feminino que colaboram para o adiamento da iniciação sexual.

Tal pressuposto poderia ser enriquecido por investigações posteriores, em uma abordagem comparativa da experiência sexual e de gênero de jovens que não estão sujeitos a redes pessoais de controle e socialização, como é o caso daqueles que sobrevivem a maior parte do tempo na rua e/ou moram em abrigos.

Para complementar essa reflexão, caberia ainda um estudo no campo da sexualidade e das relações de gênero entre jovens de camadas populares que ingressaram no mercado de trabalho da indústria do lazer, tendo em vista que essas atividades têm possibilitado o aumento do padrão de vida e um maior acesso e interação com realidades diferenciadas.[32]

É válido acrescentar outros aspectos que perpassam a iniciação sexual feminina. Há valorização do vínculo conjugal e da maternidade, jogo de sedução, desejo e curiosidade – uma menina virgem perguntou: "Pode acontecer de durante o beijo ficar molhada?, Qual o prazer do homem no sexo?, Como é a primeira vez?" – e uma cultura de exibição de corpos – garotas passeiam de short colante e bustiê, adolescentes grávidas exibem suas barrigas, garotos passeiam de calções com o torso nu. Em contrapartida, existe pouco diálogo, dúvidas, controle familiar, medo da gravidez não planejada e da perda de um bem, a virgindade, que mantém um valor no mercado matrimonial nessa realidade.

Ao analisar a iniciação sexual e amorosa no Brasil e na França, Bozon & Heilborn (1996) salientam que a expressividade corporal brasileira, contraposta à valorização da troca verbal na realidade francesa, insere-se em um universo social controlador que tem origem na herança de uma organização relacional e hierárquica da vida social, na qual os papéis de gênero são claramente delimitados.

Considerando que os contatos físicos conjugais movimentam-se em um sistema social potencialmente rígido, compreende-se por que tais práticas não aceleram a passagem para o ato sexual. Esse ponto de

[31] Ver comentário de Cunha (1997) sobre visão de moradores de uma favela do subúrbio e outra da Zona Sul carioca.

[32] Para uma análise do papel dos movimentos musicais, como os bailes *funk*, na criação de oportunidades de trabalho e ampliação de alternativas de vida para jovens de comunidades carentes, ver Souto (1997). Com relação à realidade de Vigário Geral, vale citar que os jovens integrantes da banda musical local (Banda Afro Reggae), profissionalizaram-se e têm feito apresentações dentro e fora do país.

vista oferece uma explicação para a permanência (ainda que tenha havido uma redução) do valor moral e social da virgindade feminina, como uma passagem essencial que leva à mudança no *status* social feminino. Exemplificando essa perspectiva, duas meninas responderam que a virgindade era o que elas tinham de maior valor na vida.

Na trajetória dos rapazes, ao invés da virgindade, valoriza-se a experiência sexual. De acordo com o argumento proposto por Bozon & Heilborn (1996), nota-se que a iniciação sexual está relacionada à aquisição da masculinidade, isto é, a constituição da identidade masculina se dá por meio da afirmação da virilidade. Nesse universo, a iniciação amorosa conjugal e a aprendizagem sexual são fenômenos distintos, não fazem parte do mesmo calendário, conforme expressa a diferenciação entre a namorada (moça direita, de família) e a 'outra' (safada, vadia, fácil).

No grupo em estudo, apenas dois declararam ser virgens, o mais novo deles, com 14 anos, e outro com forte adesão ao discurso religioso católico. Para este, o ato sexual deve estar associado ao vínculo amoroso e à sintonia entre corpo e mente e não à pressão social. De preferência, o sexo deve ocorrer após o casamento, segundo recomenda a Igreja católica, mas ele admite que pode acontecer antes. O jovem canta na banda da igreja, não freqüenta baile *funk* e é criticado por ficar dentro de casa. A importância da religião na sua vida aparece em vários momentos da entrevista:

> Antigamente brigava com as pessoas, depois que entrei pra banda da igreja (...) fiquei um pouco mais calmo, até mesmo deixei de xingar palavrão (...) mudei. (...) Quando Deus achar que eu devo arrumar família e casar, aí eu caso. (Marcelo, 16 anos)

A despeito de tais evidências sugerirem uma vinculação entre o adiamento da iniciação sexual e a prática religiosa, tal associação não foi observada entre as meninas.

De acordo com a descrição das meninas que se declaram virgens, nos namoros prevalecem beijos, abraços e passeios. Outras atitudes como carícias dos órgãos genitais, seios e sexo oral não foram citadas, sugerindo que tais práticas seriam posteriores à primeira penetração e não caracterizariam a iniciação sexual.

Todavia, nos encontros em grupo, os rapazes afirmaram que com a namorada virgem 'rolam' carícias e 'sexo nas coxas'. Na visão deles, isso não é sexo, sexo é penetração. A preocupação das garotas com os riscos do 'sexo na coxa', com os efeitos do 'remédio pra tirar o neném' e com a perda da virgindade – "Pode transar e continuar com a pelinha?" – indica a presença destes comportamentos e ilustra os conflitos e dúvidas do processo de iniciação sexual feminino assinalado anteriormente.

Masturbação

Não é surpreendente registrar que a masturbação é mais recorrente e aceita entre os homens.[33] Seis garotos declararam que a praticaram; dois deles, além de duas meninas, continuavam a fazê-lo. Houve aqueles que disseram que era uma questão de escolha pessoal – "quem quer faz". Contudo, prevaleceram as visões críticas, nas quais as práticas auto-eróticas eram associadas à falta ou ao problema com um(a) parceiro(a). Algumas meninas relataram: "é estranho"; "não é legal, por que fazer sozinho se tem uma pessoa [com quem] você pode fazer o mesmo?"

Os comentários masculinos também apontam nessa direção:

> O cara que faz isso tá com falta de mulher mesmo, ou meio tarado, ou a mulher dele não está satisfazendo ele dentro de casa. Eu acho que não é uma coisa legal. (Álvaro, 18 anos)
>
> Pô, tem cara que, né, pra ele se contentar, só fazendo isso mesmo, né, porque agredindo não pega bem também, então o cara mesmo só, ele se masturbando mesmo. (Pedro, 18 anos)

Convém acrescentar que, durante a entrevista coletiva, a masturbação foi definida como um 'recurso' diante da dificuldade de transar com a namorada, devido à repressão da mãe da menina e/ou receio da moça de ficar com 'fama negativa'. Com base nos comentários dos rapazes, observa-se que a prática auto-erótica é percebida como uma etapa da trajetória masculina relacionada à experimentação do sexo – "hoje não tem nada a ver, quando era pequeno fazia (Antônio, 16 anos); "normalmente com 13, 15 anos, depois que arruma parceiro, não faz mais" (Otávio, 19 anos) –, mas não está relacionada a uma afirmação da virilidade.

De qualquer modo, a maior familiaridade e aceitação dos rapazes com a masturbação e uma menor experimentação das moças reflete a aceitação social do exercício sexual masculino de forma mais autônoma, isto é, desvinculada da reprodução e das relações estáveis. As restrições à masturbação indicam que a visão moderna de valorização da descoberta e de exploração do prazer sexual individual ou compartilhado para além da penetração – presente no discurso preventivo sobre sexo mais seguro – não tem repercussão nesse universo.

---

[33] Na população francesa, Bozon (1995) evidenciou que, embora o percentual de homens, que afirmam masturbar-se ser bem maior do que o das mulheres, esta prática aumentou significativamente no grupo feminino (19%, em 1971 e 71%, em 1992), em parte, devido às transformações na sociedade e ao maior diálogo sobre sexualidade. Estas alterações apresentam variações entre grupos sociais da mesma sociedade e de contextos diversos. A percepção do grupo em foco ilustra este ponto de vista.

Sexo vaginal, anal e oral

A primeira relação sexual das meninas – associada por elas ao coito vaginal, ou melhor, à perda da virgindade – ocorreu em torno dos 14 anos, em geral, com o namorado de uma faixa etária mais alta (por volta dos 20 anos), indicando a relação entre sexo e vínculo amoroso. As motivações inserem-se em contextos diversos (desejo, curiosidade, afirmação frente ao grupo, conflitos familiares). Contudo, parecem ter em comum o valor simbólico de uma passagem para uma nova condição. As falas exemplificam:

> Ele falava que eu não tinha nada a perder, que eu tinha que tirar minha virgindade. Na hora eu fiquei com medo, mas depois o medo passou. (Valéria, 17 anos)
>
> Estava querendo aprender, fazer o que as outras faziam. (Maria, 15 anos)
>
> Foi uma situação de revoltamento que eu era moça e minha mãe falava que eu era mulher, aí eu peguei e pratiquei. (Letícia, 18 anos)

Grande parte das meninas entrevistadas sentiu dor ou medo; das dez garotas com experiência sexual, três (duas com 13 e uma com 15 anos) engravidaram na primeira relação, mas relataram ter perdido os bebês. A maioria sabia dos riscos ("nem pensei", "confiava nele"), mas apenas uma usou preservativo.

Na iniciação sexual dos meninos, prevaleceu o ocasional e o inesperado – "rolou um clima", desejo, convite, "salada mista",[34] curiosidade –, ocorrendo por volta dos 13 anos com a namorada, colega ou caso. Em contraste com a realidade feminina, o vínculo amoroso foi menos relevante. Nenhum deles usou qualquer método.

Pesquisas no campo da prevenção da Aids, dirigidas a jovens brasileiros (Santos, 1992; Mérchan-Hamann, 1996; Paiva, 1996b), somadas ao número de casos de Aids e de gravidez precoce, sugerem a baixa freqüência do uso regular de camisinha entre adolescentes.

Dados da Secretaria Municipal da Saúde do Rio de Janeiro revelam que a proporção de nascidos-vivos de mães adolescentes residentes é de 18,69%. O Ministério da Saúde divulgou que 23,44% dos partos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em 1995, foram feitos em

[34] Salada mista é uma brincadeira de sorteio, na qual cada fruta (pera, uva, maçã) corresponde a uma situação (beijo no rosto, abraço e aperto de mão), sendo que a salada mista é beijo na boca.

gestantes faixa de 15-19 anos (Brasil, 1996).[35] Em 2000, o SUS realizou 645 mil partos de adolescentes entre 15 a 19 anos em todo o país.

As respostas às questões 'O que é sexo? Você já fez sexo? Como e quando foi a sua primeira vez?' revelam que, para ambos, a iniciação sexual está relacionada ao primeiro coito vaginal e que o conceito de sexo está associado à penetração. A pergunta 'Que tipo de sexo você faz?' indica o predomínio do sexo vaginal denominado de "comum", "normal",[36] "pela frente", "cobra com aranha"; "vaginal", "na vagina". A expressão "vaginal" ou "na vagina" e as denominações dos órgãos genitais[37] (vagina e pênis foram os mais citados) indicam a presença da terminologia científica (médica). Além disso, sugerem uma diferenciação em relação às demais práticas sexuais (sexo oral e anal), seja para negá-las, seja para ampliar as opções nesse campo.

Os meninos admitem um repertório sexual mais amplo do que as meninas. Entre as variações, aparecem o sexo oral (apontado por alguns como a prática sexual preferida) e combinações de ações diversas. Diante da não-caracterização das mesmas – "pratico todos os tipos" (Letícia, 18 anos); "faço tudo com mulé" (João, 19 anos); "tudo, não tenho preferência" (Vítor, 16 anos) –, não foi possível averiguar quais as práticas sexuais referidas.

O sexo anal foi citado por uma minoria. Uma menina (Teresa, 18 anos) disse que tentou mas não gostou. Para um rapaz (Maurício, 15 anos), "depende da mulé (...) a vontade tem que ser dela, ela que tem que falar". Com base nessa afirmação, pode-se supor que o sexo anal é um sexo especial, que depende de uma negociação com a mulher. Os demais relatos o associam à "nojeira" e a sexo com mulher "vadia": "Pro homem não é muito bom não, agora pra mulher é bom (...) a mulher fazer no homem, né. (...) o contrário é nojento" (Pedro, 18 anos).

Esta frase sugere que o sexo pode significar a penetração ou a felação. De acordo com o estudo de Paiva (1996a), 81% dos estudantes do ensino fundamental da rede pública do sexo feminino nunca tinham praticado sexo anal; entre as universitárias da USP o percentual caía

---

[35] Segundo Camarano (1998), entre as razões alegadas por jovens brasileiras para não utilizar métodos na primeira relação, mais de 40% declararam não esperar ter relações naquele momento; cerca de 30% afirmaram desconhecer métodos e 6% alegaram desejo de ter filhos.

[36] Para um menino, “normal é quando a menina aceita fazer o que os dois querem”, sugerindo referências ou experiências relacionadas à imposição do parceiro masculino.

[37] Em menor proporção, apareceu xereca, xoxota, xana, cocota, urina, caixinha, Bráulio, peru; duas meninas não quiseram falar e um menino afirmou “como dizem os livros”.

para 52,1%. No universo dos homens, tal diferença opõe-se: o sexo anal não foi praticado por 59,1% dos universitários e por 39,6% dos alunos do ensino fundamental. Tais dados podem indicar que o sexo anal é menos praticado por mulheres de camadas populares.

Todos os jovens entrevistados, de ambos os sexos, afirmaram que tiveram experiências heterossexuais, não havendo relatos de homoerotismo. As opiniões acerca da homossexualidade apontam para duas vertentes opostas: uma, contrária à discriminação, é centrada no direito das escolhas e gostos pessoais: "cada um sabe de si"; "faz o que quer da vida", "tem seu gosto"; a outra, crítica e mais comum entre as mulheres, predomina a concepção de desvio e pecado: "esquisito"; "nojento"; "semvergonhice"; "errado, Deus fez o homem para a mulher".

Há registros de menor tolerância com as mulheres que transam com mulheres. Tais opiniões revelam visões ambíguas da homossexualidade: está longe da experiência pessoal dos jovens, mas presente em seu cotidiano por meio do contato com conhecidos, amigos ou familiares; é algo estranho, mas, ao mesmo tempo, deve ser tolerado em respeito às escolhas individuais.

A partir de um levantamento com 602 estudantes, a maioria do ensino fundamental da rede pública de quatro municípios brasileiros, Monteiro (1995) identificou que os adjetivos mais citados para caracterizar pessoas que preferem ter relações com pessoas do mesmo sexo foram: corajosas (45%), infelizes (37,5%) e loucas (35,1%). Os dados sugerem que as práticas homossexuais são vistas como um enfrentamento da ordem social e sinal de descontentamento e desequilíbrio, refletindo a noção de desvio. As concepções sobre práticas homoeróticas foram aprofundadas por Costa (1992) e Parker (1989).

Segundo um líder comunitário de 29 anos, na sua época, era comum os meninos se iniciarem sexualmente com *gays* e profissionais do sexo, apesar de seus amigos muitas vezes não admitirem. A ausência dessa situação nas entrevistas pode ter ocorrido pelo constrangimento decorrente do preconceito social em torno do tema e/ou pelo aumento da aceitação social do sexo entre adolescentes e da forte associação entre homossexualidade e transmissão do vírus da Aids.

Embora grande parte do grupo pesquisado tenha ressaltado a importância da camisinha na prevenção de doenças e da gravidez não planejada, e que praticamente todos soubessem onde consegui-la gratuitamente, apenas uma minoria afirmou usá-la com regularidade. No capítulo seguinte, será apresentada uma discussão sobre a lógica do uso e do não-uso do preservativo.

As diferenças entre os gêneros ficam evidenciadas no maior repertório sexual dos homens e no maior número de parceiras. As meninas afirmam que fazem sexo com o namorado/marido em média duas vezes por semana – há práticas (quase) diárias, principalmente entre as casadas –; os meninos comentam que transam com parceiras diversas (namorada, "outras", "biscate") com freqüências variadas de um a todos os dias da semana.

A iniciativa, em geral, é do homem. Não obstante a maioria afirmar que os(as) meninos(as) têm o direito de dizer não na prática sexual, os relatos confirmam o papel do homem como protagonista, sempre disposto e interessado em sexo. Para algumas moças, os homens não têm controle, são instintivos e têm mais apetite sexual. No universo masculino, há concordâncias quanto a este ponto de vista, condenação da expressão do desejo sexual feminino e afirmação da dominação masculina (o homem é visto como o provedor, aquele que "banca", o dono, o que tem poder). O relato de Pedro, 18 anos, é ilustrativo:

> Pô, mentalidade de homem é botar filho no mundo e sempre tá ali com a obrigação dele trabalhando pra poder sustentar. A mentalidade da mulher não, a mentalidade da mulher é ficar em casa né, tomando conta do filho, fazendo comida, lavando, passando (...) tem mulher que tenta fazer o que o homem faz aí acaba virando sapatão (...) quando eu falo quero, tem que ser o que eu quero, né. Porque se for a pessoa que eu tô ali, que eu sempre *tô bancando*, então *tem que ser o que eu quero*, né. (...) Então se aquilo é nosso, aquilo tem que continuar sendo nosso. (Grifo meu)

Contudo, um deles argumentou que "mulher tem mais vontade" (João, 19 anos); outro questionou o peso do reconhecimento do apetite sexual masculino devido às cobranças de desempenho e disponibilidade constante. Álvaro, de 18 anos, esclarece:

> O homem é mais assediado que a mulher, a mulher consegue se controlar. Quando ela quer dizer não, ela diz. (...) O homem não, sempre tem que dizer sim, aquela situação de machismo. (...) Se o homem fala que não tá a fim, a mulher já acha que ele tá com outra na rua.

As descrições das características dos gêneros mostram a presença da perspectiva hierárquica na percepção do grupo. Para as garotas, os homens são "safados", "imediatistas", gostam de briga, têm mais liberdade e devem trabalhar. Em contraposição, as mulheres são definidas como "sofredoras", "esforçadas", "possessivas", "medrosas", "lentas" e pertencentes ao mundo doméstico. A classificação dos garotos reafirma esta visão. Essas opiniões se refletem na educação familiar, ambos os sexos

admitem que a menina é mais controlada e 'presa', ao passo que o menino é mais livre e 'solto'. A gravidez precoce dissociada da vida conjugal é uma das razões para o controle feminino. Um rapaz declarou: "[com] os meninos os pais não têm tanta dor de cabeça de pegar barriga, já as meninas podem arrumar namorado que não presta" (Álvaro, 18 anos).

Em seu estudo com mulheres de baixo poder aquisitivo, Guimarães (1996) oferece um ponto de vista complementar, argumentando que a sexualidade nesse universo se insere no modelo da hierarquia e da reciprocidade do meio familiar. Dessa forma, diferencia-se dos valores do modelo individualista moderno que informam a sexualidade das camadas sociais médias. Nas suas palavras: "é o valor atribuído à família que constitui a referência axial da identidade da mulher, bem como norteia a ética e moralidade que lhe é própria" (Guimarães, 1996:296). No ideário moderno, a sexualidade não está subordinada ao sistema de gênero, tem um valor em si, fenômeno conectado com a concepção moderna de indivíduo, que sustenta a igualdade e a simetria dos sexos (Fry, 1982).

Com base nos dados das trajetórias do grupo pesquisado apresentados até então, foi possível identificar ligações de densidade simbólica nas quais o valor da proteção do universo masculino se conecta com o trabalho no âmbito público, sustento financeiro, força física e bélica, enquanto as expectativas sociais em relação ao mundo feminino referem-se aos cuidados com os filhos, ao esteio moral e à ocupação e à organização do espaço doméstico.

No terreno das manifestações sexuais, o sentido de proteção apóia-se na lógica das esferas de significação da 'casa' e da 'rua'. Os laços de parentesco e de vizinhança ('conhecido') acionam a percepção de segurança e de confiança, justificando a prática sexual desprotegida. Em oposição, o estranho à comunidade ('desconhecido') representa o perigo e o sexo arriscado, estimulando a adoção de práticas preventivas. Isso significa dizer que o "familiar tende a proteger", ao passo que o 'de fora' é percebido como ameaçador.

Observou-se que os núcleos simbólicos de proteção do grupo estudado estão ancorados nas condições materiais e nas representações e práticas, configuradoras das relações de gênero e sexualidade, tais como: a força moral, econômica e bélica do poder ilegal, a deficiência do poder público e a divisão tradicional dos atributos femininos e masculinos.

Com intuito de aprofundar a reflexão sobre a caracterização de um sistema cultural de proteção, em seguida será analisada a percepção dos jovens em foco relativa aos cuidados de saúde, em especial, à prevenção do HIV e às ameaças do dia-a-dia.

5

A Lógica da Proteção

Partindo do pressuposto da existência de uma lógica de proteção, que aglutina núcleos simbólicos diversos em relação à saúde e aos perigos do dia-a-dia, o objetivo deste capítulo será caracterizar as esferas de significação, modeladoras do significado e das práticas de proteção do grupo pesquisado. A hipótese de que certas representações conformam um sistema cultural de proteção será analisada à luz das reflexões sobre o perfil relacional da sociedade brasileira (DaMatta, 1991) e a presença do ideário holista nas camadas populares (Duarte, 1988).

A discussão foi organizada em quatro tópicos. Focaliza-se, no primeiro, o processo de internalização e de reprodução do modo de vida e a "naturalização" das práticas acerca de cuidados com a saúde. No segundo, apresenta-se um desdobramento desse ponto de vista a partir das opiniões e práticas do grupo em relação à Aids. Trata-se de uma análise de por que essa epidemia é percebida como a doença mais ameaçadora, a despeito de a maioria afirmar não conviver com tal realidade. Tematiza-se, no terceiro tópico, a falta de convergência entre o discurso referente à prática preventiva e os comportamentos adotados, já que apenas uma minoria afirma usar o preservativo regularmente. No quarto item, priorizam-se as noções de proteção adotadas diante de situações ameaçadoras, decorrentes da moradia nessa comunidade e da trajetória de vida do grupo, com vistas a estabelecer nexos entre a lógica das diversas práticas sobre os cuidados com a saúde e a vida.

Concepções sobre os dos cuidados com a saúde

A literatura acerca das construções metafóricas criadas em torno de algumas doenças – os casos da tuberculose, câncer, sífilis (Carrara, 1996) e da Aids (Sontag, 1989) são exemplares – tem demonstrado em que

medida tais representações orientam o modo de vida das pessoas doentes e os comportamentos preventivos adotados pela população em geral.

As informações provenientes do discurso científico sobre a transmissão e os agravos provocados por uma doença constituem apenas uma parcela do conteúdo das representações que modelam a percepção da gravidade e as ações de cuidado. As atitudes de prevenção são informadas por narrativas e metáforas que associam certos males a outros, bem como a características morais da pessoa doente e constituem igualmente a 'realidade' da doença para os diferentes grupos sociais. A condição de acesso a informações precisas, o capital cultural disponível para compreendê-las e a possibilidade do uso de serviços médicos configuram as atitudes diante do fenômeno.

Para identificar as visões do grupo em foco sobre os cuidados de saúde, introduziram-se as seguintes questões: "Como você sabe que está doente? Qual foi a última vez que você ficou doente? Como você se tratou?". As respostas demonstram que a percepção dos problemas de saúde do grupo relaciona-se ao aparecimento de algum incômodo como fraqueza, sonolência, dor de cabeça, inapetência ou perda de peso. A preocupação com a saúde tende a estar associada às manifestações de desconforto ou a sensações diferentes das habituais. Na busca do alívio do sintoma, recorre-se tanto a remédios e a consultas com profissionais de saúde quanto a simpatias, chás e promessas. Assim, tanto o aparato do tratamento médico quanto aquele associado aos sistemas alternativos de cura são acionados (Boltanski, 1979; Loyola, 1984; Ropa & Duarte, 1985).

Dando continuidade à descrição da percepção do grupo sobre as doenças, cabe mencionar que, nas respostas para a questão "qual foi a última vez que você ficou doente? ", observa-se a recorrência de resfriados e gripes, seguidos da "dor de estômago", dengue, pneumonia e rubéola. Tais males – conjugados com bronquite, diarréia, gonorréia, catapora e dor de dente, entre outros – também foram citados nas respostas da pergunta: "quais as doenças mais comuns (visíveis) na comunidade?".

Um levantamento nos postos de saúde e hospitais próximos à favela e um estudo das crenças e práticas populares[38] no campo da saúde e doença forneceriam um quadro mais completo da percepção, diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde da localidade do ponto de vista médico e dos moradores. Tal tarefa implicaria uma investigação que foge ao objetivo desse estudo.

[38] Sobre práticas populares em saúde entre estudantes e professores da rede pública no Rio de Janeiro, ver Sousa et al. (1998).

Ainda assim, a descrição da ocorrência de infecções viróticas e de parasitoses coincide, em termos epidemiológicos, com as características do contexto pesquisado no que se refere à faixa etária e às condições sociais, econômicas e ambientais; isto é, os males apontados são esperados em populações com o perfil semelhante ao do grupo em foco conforme a perspectiva médica dominante.[39]

Os entrevistados de ambos os sexos, em geral, afirmam não adotar cuidados específicos para se prevenir das doenças referidas. Mesmo as poucas precauções descritas – como não pegar sereno ou poeira – não são consideradas. Não se observou a predominância de uma preocupação ou atenção especial com o corpo, ou seja, a percepção da saúde como um bem.

Segundo os relatos, o cuidado com a saúde tende a se manifestar mediante o aparecimento de algum incômodo e não da adoção de práticas preventivas particulares. Tais considerações objetivam ressaltar que os comportamentos preventivos resultam da internalização e da reprodução de concepções, remetendo-nos para a importância da identificação dos sistemas culturais orientadores da lógica das ações e da contextualização da fala na compreensão das representações e práticas.

Deve-se considerar que os comportamentos do cotidiano, inclusive no campo da saúde, são percebidos como "naturais" (Williams, 1995). Na maioria das vezes, as ações não resultam de um planejamento racional, mas refletem a reprodução de comportamentos aprendidos e internalizados, conforme sugere o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (1994a). Se o comportamento rotineiro, em geral, é percebido como uma forma natural de sentir, pensar, agir e se localizar no mundo, é preciso investigar a lógica das práticas para avaliar as possíveis alterações e/ou adequação das mesmas, visando à adoção de ações de proteção. Este olhar assinala as limitações das políticas preventivas centradas apenas na responsabilidade dos sujeitos.

Observa-se que os agravos experimentados pelo grupo são percebidos como situações transitórias, reversíveis, que não geram sentido de ameaça e não estimulam cuidados específicos. Convém ressaltar que a pouca preocupação com situações de risco, nesse período etário, deve levar em conta que a morte está mais distanciada dos jovens devido ao ciclo biológico.

Não se verificou uma associação entre os problemas de saúde dos(as) entrevistados(as) e as práticas voltadas para evitá-los ou preveni-los. Os males identificados (resfriado, "dor de estômago", pneumonia,

[39] A análise de Travassos & Lebrão (1998) sobre morbidade hospitalar oferece um panorama da realidade nacional das doenças mais recorrentes nessa faixa etária.

dengue) promovem algum tipo de alteração no cotidiano ("fico mole", "fraco", "não como"), no entanto, não trazem mudanças significativas nas trajetórias de vida.

Tratadas por meio de remédios e chás, tais doenças não promovem transformações visíveis (como rápido emagrecimento, perda de cabelo, manchas[40] etc), capazes de despertar reações de repulsa e isolamento social, como as marcas de certos estágios de determinadas doenças como a hanseníase ou a Aids. Os tipos de agravos sofridos pelo grupo não imprimiram uma marca física e moral, apreensível pelo olhar do outro, capaz de estabelecer uma diferenciação entre a pessoa doente e a pessoa "sadia" que, como salienta Goffman (1982), é o suporte físico para o processo de estigmatização. O estigma social da Aids tem sido abordado por diversos estudos, conforme indicam os trabalhos de Seffner (1995) e Knauth, (1995), comentados anteriormente.

As experiências e cuidados do grupo frente a situações de adoecimento, somados às representações sobre a infecção do HIV – sofrimento, discriminação, isolamento, morte lenta e desfiguração ("fica magro"; "perde os cabelos") – fornecem pistas para se compreender por que a Aids aparece como a doença mais ameaçadora, embora a maioria do grupo tenha afirmado não conviver com a síndrome em termos pessoais, sociais ou de visibilidade na comunidade.

Em proporções menores, também foram citadas outras doenças associadas a estigmas como câncer e tuberculose. Considerando que eles afirmam não conhecer casos concretos de pessoas com HIV/Aids que integrem suas redes de sociabilidade, supõe-se que tais visões da epidemia estão relacionadas às representações divulgadas pela mídia.[41] Uma das implicações dessa percepção para as práticas preventivas será discutida no próximo item, a partir dos dados sobre o uso do principal meio de prevenção, no caso transmissão via relação sexual, a camisinha.

Preservativo: a lógica do (não) uso

Grande parte do grupo pesquisado ressaltou a importância da camisinha na prevenção de doenças e da gravidez não planejada, e quase todos sabiam onde conseguir o preservativo gratuitamente, disponível numa organização local. Todavia, as respostas revelam que apenas uma

---

[40] Os problemas de pele (relativamente discretos) observados nos moradores não pareciam chamar a atenção das pessoas,devido, provavelmente, à freqüência e aos valores sociais naquele contexto.

[41] Ver: Carrara & Moraes (1986); Wellings (1988); Herzlich (1989); Galvão (1992).

minoria (4 em 22, uma moça e três rapazes) afirma usar sempre. Em suma, apesar de boa parte concordar que sexo sem risco é sexo com camisinha, poucos fazem uso do preservativo com regularidade. As razões são diversas, além do desconforto e do incômodo, eles(as) alegam confiar no(a) parceiro(a) 'conhecido(a)' e/ou nas relações estáveis com vínculo amoroso.[42] Convém acrescentar que a percepção do sexo como uma atividade que necessariamente implica risco contribui para que o uso da camisinha possa ser visto como algo que não elimina o risco da prática sexual. Colaboram, ainda, para o não uso, o valor simbólico da maternidade, particularmente entre as mulheres, traduzidos no desejo feminino de engravidar, e as construções em torno da noção de infertilidade.

No universo feminino das jovens de Vigário Geral, nota-se que o não uso do preservativo guarda relação com o valor da gravidez como um bem simbólico. Nos casos em que há o desejo, explícito ou não, da maternidade e/ou uma percepção da dificuldade de engravidar ('pegar filho') não se adota nenhum método.

> Eu achava que nunca eu ia ter filho, porque nunca peguei filho com meu marido. Só descobri que estava grávida com cinco meses de gravidez, estava engordando, aí que fui saber (...). Porque eu achava que eu era muito nervosa. [Alguém te disse isso?] Não, ninguém, eu sabia que era uma pessoa muito *nervosa*, era *agressiva*. (Helena, 19 anos) (grifos meus)[43]

O número de gravidezes nesse pequeno universo confirma esse ponto de vista. Das dez garotas com atividade sexual, quatro estavam grávidas, uma já era mãe e duas perderam seus bebês; ou seja, das dez, sete experimentaram a concepção. As parceiras (antigas e atuais) de seis dos doze rapazes com experiência sexual também engravidaram. Isso resultou no fato de um já ser pai, outro estar em vias de ser e as ex-namoradas de cinco terem tido abortos espontâneos ou provocados.

A idealização da maternidade e da paternidade exprime o seu valor simbólico, contribuindo para a compreensão da recorrência dessas situações entre as entrevistadas. Para o grupo pesquisado, os filhos têm um

---

[42] De acordo com Guimarães (1996a) a percepção de proteção ao HIV entre mulheres de baixa renda está associada à noção de familiaridade e conhecimento. Tal percepção, embora não seja limitada a este grupo, deve ser compreendida a partir da identidade social e sexual, ordenada pelo modelo da hierarquia e reciprocidade do meio familiar.

[43] A categoria 'nervoso' tem, no âmbito da cultura das classes trabalhadoras urbanas, um sentido de perturbação do regime ideal de funcionamento da pessoa seja no seu corpo ou no modo de travar relações sociais. Nesse trecho, 'nervoso' era uma característica incompatível ao gênero feminino: a agressividade (Duarte, 1988). Essa inadequação de gênero sustenta a crença de não pegar filho.

significado muito positivo (“alegria”, “paz”, “doação”, união, continuidade) e representam a esperança de realizar seus ideais de vida. Entre as mulheres, o filho adquire um peso diferenciado ainda maior, pois se confunde com a própria vida –“é tudo pra mim” (Helena, 19 anos) –, além de ser uma companhia capaz de evitar a solidão. Tal aspecto foi analisado por Salem (1981).

Constata-se, portanto, que o preservativo está associado à proteção da gravidez e de doenças, mas há restrições à utilização do método que revelam semelhanças e singularidades de gênero. Respondentes de ambos sexos assinalaram a opção pelo uso da pílula nos relacionamentos estáveis devido à confiança no(a) namorado(a) e em razão da preferência pela não diminuição do prazer: “se ela pedir eu uso (...), mas eu prefiro sem” (José, 15 anos); “não achei legal” (David, 16 anos); “É melhor sem” (Liliane, 13 anos). Em menor proporção, foi registrada uma certa repulsa à camisinha – “Acho esquisito, cheio de óleo” (Valéria, 17 anos) – e dúvidas sobre sua eficácia: “não é muito seguro” (Mônica, 16 anos); “dizem que não protege muito” (Marcelo, 16 anos).

A percepção do sexo como uma atividade que sempre envolve risco foi observada nos depoimentos sobre o que é arriscado de fazer, mas é gostoso. A prática sexual predominou nas respostas do grupo; alguns especificaram sexo sem camisinha ou com parceira desconhecida. Ir ao baile, namorar na rua escondido ou com a namorada dos outros também é considerado um risco gostoso.

Para os meninos, o principal risco do sexo com parceiras ‘conhecidas’ é a gravidez. No entanto, a concepção contém uma dimensão positiva relativa à afirmação da virilidade. Além disso, apresenta-se como passível de ser revertida por meio do aborto ou da não assunção da paternidade, podendo também ser evitada pelo uso da pílula. Com a ‘desconhecida’, existe a preocupação com a doença: “doença já é um problema, não tem jeito de tirar” (David, 16 anos), sendo mais comum o uso do preservativo. O relato “não tem jeito de tirar” sugere uma hierarquia de riscos e evidencia como a gravidez da parceira é, de certo modo, um problema relativamente exterior ao rapaz.

Deve-se notar que a percepção do preservativo, como algo desconfortável que diminui o prazer, somada à resistência ao uso, por parte do(a) parceiro(a), levam a freqüentes avaliações sobre uma hierarquia/gradiente de risco conforme o contexto.

De acordo com os meninos, diante de algumas situações (falta da camisinha, problema na negociação), eles cedem e não utilizam: “tento convencer, se eu não conseguir vai sem” (Vítor, 16 anos); mas, em certos

casos eles não abrem mão do uso. João, de 19 anos, diz que no baile *funk* "a gente não sabe como é as coisas, aí usa (...) se [a menina] não quiser não faz, ela pode estar contaminada". Entre as meninas, vale destacar a escassez de diálogo sobre o uso da camisinha e a prevalência da visão masculina.

> Eu tinha falado com ele para ele usar camisinha e ele não quis, aí eu engravidei. (Júlia,19 anos)

> Tenho medo, mas não uso [camisinha]. Não dá prazer e meu namorado acha que é ruim também, aí eu corro o risco. (Maria,15 anos)

Nota-se que o (não) uso do preservativo é definido em função da percepção que se tem do parceiro(a). Tendencialmente, usa-se a camisinha nos relacionamentos ocasionais "biscates" e/ou com pessoas desconhecidas que não geram confiança. "Conhecer" é saber onde mora, com quem anda, com quem saiu e qual a família. A lógica que aproxima o conhecido/familiar da noção de proteção e vincula o desconhecido/estranho a uma perspectiva ameaçadora pode ser entendida a partir da interpretação de DaMatta (1991) para a sociedade brasileira, organizada nas categorias sociológicas 'casa', 'outro mundo' e 'rua'. Segundo o autor, tais categorias não expressam apenas

> *espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados* (...) *capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas*. (DaMatta, 1991:17)

De acordo com o antropólogo brasileiro, as visões de mundo e a ética das pessoas tendem a ser diferenciadas e complementares nos espaços da 'casa', da 'rua' e do 'outro mundo' (universo do sobrenatural, dos mortos), tendo em vista a especificidade do significado social de cada um.

O universo da 'casa' vincula-se ao *locus* das relações afetivas e amorosas, da harmonia, da hospitalidade, da calmaria e da segurança. Em contraposição, a 'rua' é associada à individualidade, à indiferença, ao anonimato, à luta, ao trabalho, ao perigo, ao movimento, à malandragem e à imposição legal. Tais noções se aproximam das concepções causais de certas doenças, percebidas como algo desconhecido, de fora, ameaçador, capazes de provocar o caos e a desordem social (Detienne, 1994). No 'outro mundo', predominam as noções de eternidade, conciliação, relatividade e igualdade moral.

A despeito de serem contrastivas, tais categorias apresentam propriedades relacionais, pois contemplam éticas sociais diversas de forma complementar, por vezes totalizantes. Essa perspectiva se

contrapõe à das sociedades orientadas por uma ética, resultante de uma 'revolução individualista', na qual o valor não está nas relações (na pessoa) e sim no cidadão (indivíduo).[44] Embora afirme que na teoria não exista hegemonia entre os três códigos descritos, DaMatta (1991:54) reconhece que na prática as camadas populares "tendem a usar como fonte para sua visão de mundo a linguagem da casa".

Esta perspectiva aproxima-se da análise de Duarte (1988) referente à presença do ideário holista centrado no valor das relações pessoais e familiares nas classes trabalhadoras. Apesar de as abordagens dos autores apresentarem singularidades, ambas analisam as implicações do perfil tradicional do universo brasileiro e as repercussões do ideário individualista nessa realidade e, dessa forma, fornecem subsídios para a interpretação das práticas sociais nesses segmentos.

Os argumentos masculinos acerca do universo feminino revelam em que medida o sistema de relações pessoais centrado no valor da pessoa (presente no mundo da 'casa'), contraposto às leis impessoais, universais e racionais (característico do universo da 'rua'), pode ser identificado na lógica da proteção do grupo em estudo. De acordo com a perspectiva masculina, as mulheres pertencem a categorias distintas – mulher da casa (namorada, moça de família, 'quieta') e mulher da rua (profissionais; vadias, biscate, safada). Essa classificação orienta as práticas adotadas pelos garotos. Um dos entrevistados ilustra bem essa visão:

> dependendo da parceira, se for uma garota que eu nem conheço eu coloco[o preservativo], se não eu vou sem. Se você sabe que a garota é *mais quieta*, *não é tão safada*, aí tudo bem. (Vítor, 16 anos) (grifo meu)

A conexão entre a categorização da parceira e a conduta assumida fica explicitada na seguinte equação: com a 'mulher da casa', os jovens praticam sexo vaginal, envolvem-se afetivamente e sugerem que elas façam o uso da pílula. Com 'mulher da rua', tende-se a estabelecer contatos ocasionais, usar camisinha e/ou praticar sexo oral "por grilo (...) com esse negócio da Aids" (Pedro, 18 anos). A hierarquia de risco entre sexo oral e vaginal, centrada na lógica que associa familiaridade à proteção e desconhecimento à ameaça, diferencia-se da lógica hierárquica do risco entre sexo anal e vaginal, analisada nos estudos epidemiológicos.

---

[44] Em seu estudo sobre o jeitinho brasileiro, Barbosa (1992) apresenta um desdobramento da abordagem de DaMatta e, desta forma, contribui para a caracterização das particularidades das práticas sociais contemporâneas em nosso país no que se refere às formas de atualização e de apropriação da ideologia individualista e do ideário hierárquico.

Quando a 'mulher da casa' é virgem, os garotos procuraram as "outras". Segundo um rapaz, a 'mulher da rua' é mais experiente e o sexo é mais prazeroso, mas não dá para namorá-la porque ela é "mais velha e saí[a] com outras pessoas" (João, 19 anos). A desvinculação entre prazer sexual e envolvimento amoroso marca a descrição da trajetória sexual masculina. Nos relatos das meninas também se observa a lógica da familiaridade (proteção) em contraposição ao desconhecido (perigo) nas práticas sexuais. Em geral, com o namorado elas tomam a pílula freqüentemente por sugestão dele, mas utilizam a camisinha nas relações com as pessoas "desconhecidas" (parceiros ocasionais).

Os trabalhos de Santos (1992;1995) sobre práticas sexuais entre estudantes no município do Rio de Janeiro revelam semelhanças com vários aspectos aqui assinalados, como a evidência da maior adesão ao uso do preservativo nas relações entre parceiros que não compartilham uma identidade e uma estética comum. Com base nos resultados, a autora sustenta a necessidade de se considerar a construção de disposições e o contexto das práticas na estruturação de propostas preventivas.

A constatação de que poucos jovens definiram corretamente a diferença entre o uso da pílula anticoncepcional e do preservativo indica que a escolha do método foi feita não tanto pelo conhecimento de suas funções, mas pelas representações que associam a camisinha às práticas sexuais extraconjugais/casuais e à diminuição do prazer – "é igual a chupar bala com papel". As discussões sobre a decisão do uso da pílula ou da camisinha só podem ser entendidas em um quadro complexo de valores. O valor social da gravidez, a percepção de que sexo implica sempre risco e as relações assimétricas entre os gêneros exemplificam essa perspectiva. Tais representações têm sido um dos desafios das campanhas de prevenção do HIV/Aids.

Ademais, embora não tenham sido evocadas pelo grupo, vale citar algumas particularidades do consumo da pílula que também podem interferir na decisão do seu uso: o planejamento e disciplina devido à ingestão diária dos comprimidos; a não interferência na dinâmica do ato sexual; os efeitos negativos do hormônio para a saúde da mulher, presente no imaginário social e a não explicitação de uma negociação sobre o uso, que torna a pílula 'invisível' na relação. A camisinha, em contraposição, não apresenta efeitos colaterais e apenas é utilizada na hora do ato; todavia, está associada à diminuição do prazer o que implica negociação do seu uso com o(a) parceiro(a).

O trabalho de Giami & Shiltz (1996) sobre a lógica do uso do preservativo entre diversos segmentos sociais lança luzes sobre este tema. Referendados por um amplo levantamento da literatura, os autores identificaram que o *status* atribuído ao parceiro(a), a natureza das relações

em tempos de Aids e as representações da sexualidade informam a adoção de práticas sexuais (des)protegidas. O estudo indicou que existe uma tendência de se praticar sexo sem camisinha nos relacionamentos com vínculo amoroso e/ou estáveis, com parceiro "conhecido" e quando há crença na fidelidade conjugal.

Os trabalhadores sexuais masculinos, em geral, não usam preservativo com os clientes conhecidos e de boa aparência; entre as profissionais do sexo feminino,[45] os critérios para o não uso são: vínculo amoroso, intimidade, não pagamento do ato sexual. Para jovens de áreas de risco, a percepção de proteção se associa à noção de vizinhança, honestidade e limpeza; jovens *gays* masculinos tendem a fazer sexo desprotegido com os jovens considerados românticos, ao passo que os *gays* adultos tendem a não adotar métodos preventivos nos relacionamento longos.

Conclui-se, assim, que a classificação dos parceiros de acordo com os critérios de caráter sentimental (envolvimento amoroso x não envolvimento); conhecimento (pessoa familiar x desconhecido); distância social (ser da vizinhança, da rede de relações x estranho à comunidade); aparência (visual bonito, limpo, honesto x visual feio, sujo, imoral) e a natureza da relação (longa, íntima, estável x casual, paga, profissional) orienta o uso ou não uso de métodos preventivos (camisinha) nas práticas sexuais.

De acordo com essa lógica, nota-se que as relações afetivo-amorosas tendem a ser regidas por uma ordem mágica e idealizada, perpassada pela noção de descontrole e irracionalidade, destoante do discurso preventivo. Tais categorizações encontram pontos de convergência com as esferas sociais da 'casa' e da 'rua', estabelecidas como referências para a sociedade brasileira, com relação à oposição entre um mundo familiar protetor (a 'casa') contraposto ao universo desconhecido e perigoso (a 'rua'). Dito de outro modo, os dados de realidades sociais diversas sobre a lógica da prevenção sugerem a universalidade da noção de que o familiar protege. Aqui, busca-se salientar que na realidade pesquisada tal percepção ganha relevância.

Segundo Giami & Schiltz (1996), os critérios utilizados pelos indivíduos não são sempre determinados por uma racionalidade que visa à proteção do HIV, refletindo a adaptação de critérios tradicionais de seleção de parceiros, reformulados pela linguagem da prevenção.

---

[45] A conexão entre familiaridade, intimidade e proteção pode ser ilustrada pelo fato das profissionais de sexo terem aumentado o uso do preservativo com seus clientes, mas manterem práticas sexuais desprotegidas nas relações com vínculo amoroso, segundo relato da coordenadora da organização não-governamental PIM (RJ).

Em concordância com esse raciocínio, Bozon (1998) afirma que a emergência da epidemia de HIV/Aids não gerou mudanças no comportamento sexual da maioria da população. Afinal, tais práticas estão associadas a sistemas de relações de gênero, cujas alterações – conforme qualquer comportamento arraigado associado ou não às representações do gênero – ocorrem de forma lenta. Para o autor, as recomendações no campo da prevenção devem ser orientadas pelo conhecimento das práticas sexuais e pela adequação de uma certa lógica racional de prevenção utilizada pelo sujeitos, visando a adaptar os comportamentos já existentes. Nas suas palavras: "mais do que recomendar o uso do preservativo na relação 'oficial', o que parece difícil, o incentivo ao uso sistemático nas relações esporádicas parece mais apropriado" (Bozon, 1998:7).

Complementando os argumentos acerca dos limites das políticas preventivas limitadas à informação técnica, cabe descrever o conhecimento do grupo, sobre a Aids, adquirido na escola, na televisão, nos livros, nas palestras, nos folhetos e, mais eventualmente, por meio de familiares e organizações comunitárias locais.

Os(as) jovens demonstraram um nível satisfatório de informação das vias de transmissão do HIV. Praticamente todos disseram que o vírus da Aids "passa" por meio do sexo e do sangue. Notou-se, entretanto, que existe uma falta de entendimento entre a diferença de risco pelo sexo anal e sexo vaginal. Segundo uma menina, que já havia recebido treinamento nessa área, o sexo vaginal tem mais risco porque contamina o útero. Tais observações atestam que a informação correta acerca da transmissão do HIV via relação sexual, além de não assegurar o entendimento da diferenciação dos riscos de infecção via anal e vaginal, não garante a adoção de comportamentos preventivos.

Em síntese, para compreender a não convergência entre o discurso (a maioria associa a camisinha à prevenção da Aids) e a prática (apenas uma minoria afirma que usa regularmente o preservativo), é preciso problematizar os seus fundamentos, acesso e formas de divulgação e os ambiciosos objetivos de mudança a curto prazo, principalmente em se tratando de comportamentos arraigados no campo da sexualidade e das relações de gênero.

É necessário também conhecer a lógica das práticas da população, objeto da ação preventiva. Nessa direção, é oportuno citar que, com base na visão de 12.612 mulheres e 2.949 homens, na faixa de 15-49 anos, Badiani et al. (1997) concluem que o bom nível de conhecimento não se reflete, necessariamente, na adoção de práticas preventivas. Múltiplas

lógicas, crenças e valores e as próprias condições de vida interferem na auto-avaliação do risco, determinando, muitas vezes, percepções calcadas em pressupostos significativos para os sujeitos concretos, mas enviesados em termos de condições reais de vulnerabilidade.

Significados da Proteção

Os dados apresentados até então indicaram nexos entre o sentido de proteção e o significado social do mundo conhecido (familiar; da 'casa', ordem) em contraposição às ameaças do universo desconhecido (estranho; da 'rua', desordem). Tal perspectiva não foi evidenciada apenas na lógica dos(as) jovens entrevistados(as) em relação aos riscos do HIV, mas também nos critérios utilizados por diferentes grupos sociais em relação ao uso do preservativo.

Com base nessa constatação e nos dados sobre a experiência social do gênero e da sexualidade, objetiva-se identificar elos de conexão entre a lógica do cuidado com a saúde (da Aids em particular) e a lógica de proteção frente às ameaças da vida cotidiana do grupo de moradores da favela de Vigário Geral. Pretende-se refletir sobre as conseqüências do perfil relacional da sociedade brasileira na construção do sentido de proteção de jovens de camadas populares urbanas, visando a observar em que medida a vinculação entre familiaridade e proteção apresenta alguma especificidade no contexto estudado.

Visão da comunidade

O imaginário social construído em torno do conceito de favela define esse espaço como um local perigoso, desordenado e violento (Zaluar & Alvito, 1998). Freqüentemente atualizada pelos meios de comunicação de massa, tal visão predomina entre os segmentos mais abastados da sociedade e fomenta a tensão e a exclusão – retratada na expressão "cidade partida" de Ventura (1994) – em um contexto marcado por fortes desigualdades sociais.

Assim, as notícias sobre a chacina na favela de Vigário Geral e os demais confrontos entre policiais e traficantes, amplamente divulgados na mídia, colaboraram para alimentar e difundir a percepção dessa favela como um local violento e perigoso do Rio de Janeiro. Vale dizer que, na maioria das vezes, as pessoas reagiam com surpresa quando tomavam conhecimento do meu estudo na favela de Vigário Geral, devido à sua fama de lugar 'perigoso e violento'.

Os(as) jovens moradores(as), no entanto, não compartilham essa visão. Vários identificam aspectos positivos na sua comunidade, relacionados aos vínculos de amizade e solidariedade, demonstrando o valor que as formas de interação social e da rede de vizinhança detêm entre segmentos populares (Duarte, 1988).

> já fiz simpatia com todo mundo. (Denise,13 anos)
>
> aqui todo mundo ajuda, o pessoal aqui é muito humilde, maioria. (Teresa,18 anos)
>
> pobre, quero dizer todo mundo mal de vida, aí um ajuda o outro, pede emprestado, eu acho legal aqui. (Maurício,15 anos)

O lugar também é valorizado pelas atividades compartilhadas, como esporte (futebol, queimado) e lazer (churrasco, festas, bater papo, andar de bicicleta). A presença de organizações comunitárias, o 'respeito' entre as pessoas do local, a tranqüilidade e a segurança contra assaltos complementam os aspectos positivos da vida na favela. Metade do grupo afirmou que não deseja morar em outro lugar, justificando que "lá fora tem muita violência" (Sílvio, 14 anos) ou que na favela há "liberdade, pode[-se] correr, anda[r] tranqüilo" (Otávio, 19 anos) e mais segurança para os idosos – "Essas pessoas os policiais não encostam a mão, lá fora encostam a mão em qualquer um" (Álvaro, 18 anos). Também é possível "deixar bicicleta do lado de casa, o chinelo do lado de fora do portão" (Rodrigo, 18 anos).

Além do valor dos laços de vizinhança e da troca, algumas características geográficas contribuem para a aproximação e a integração dos moradores no contexto pesquisado. Localizada em uma área que concentra populações de baixa renda, a favela de Vigário Geral tem quatro passarelas e apenas uma permite a entrada de carros pela favela vizinha – "o que é bom aqui é que não passa carro toda hora" (David, 16 anos). Tais características restringem a interação e a convivência com outros espaços sociais da cidade. As casas são bastante próximas, com lugar limitado para o quintal e dividem o espaço com os estabelecimentos locais (pequenas vendas, cabeleireiro, farmácia, botequim, entre outros). Como já disse, não fosse a presença ostensiva da polícia, Vigário Geral, em alguma medida, lembraria uma cidade pequena do interior.

Conforme tem sido apontado ao longo do trabalho, o surgimento do comércio ilegal de drogas gerou repercussões diversas na vida dos moradores das favelas cariocas, como mudanças na percepção do lugar.

Os tiroteios decorrentes dos conflitos armados entre policiais e traficantes foi o aspecto negativo mais recorrente nas falas, além da morte

de amigos e/ou parentes, violência e agressão dos policiais; contrastando com a pouca expressividade das demais críticas à localidade: falta de lazer, 'fofocas' e problemas de saneamento – "É que não tem água, nem luz, tem que carregar" (Fátima,17 anos).

É importante ressaltar que a implementação do sistema de coleta de lixo, antes realizado pelos traficantes, e o início das obras do projeto de reurbanização das favelas, denominado Favela-Bairro, apontam perspectivas de melhora da precária infra-estrutura de saneamento da localidade.

Os dados sugerem que um dos aspectos da construção da identidade social desses jovens se relaciona com a localidade não apenas em termos do bairro como um espaço físico, mas também pelo conjunto de relações de vizinhança que situam os sujeitos num grupo maior, o que indica a predominância do caráter holista da visão de mundo do grupo.

Convém salientar que a violência (tiros, mortes) provocada pela presença do poder ilegal nessa comunidade, em alguma medida, tem repercutido na percepção dos moradores em relação ao sentido de segurança da localidade, conforme sugere a discussão a seguir.

Polícia e traficante: quem protege e quem ameaça?

No quadro de uma política pública voltada para a desestrututaração do comércio ilegal de drogas nas favelas cariocas, Vigário Geral foi ocupada pela polícia desde outubro de 1996 e não há previsão de saída. Alguns moradores revelaram que a presença da polícia é positiva pois acabou com os tiroteios, trazendo maior tranqüilidade para a comunidade: "As crianças podem brincar na rua"; "A gente não vive mais de sobressalto".

Para um informante, a ocupação policial aumentou a ociosidade dos jovens e a prática de vídeo game e trouxe prejuízos para a economia local, diminuindo o comércio e a circulação de dinheiro com uma parcial desarticulação do tráfico de entorpecentes. Um comerciante concorda, mas afirma preferir menos movimento e mais paz. Segundo uma outra informante, que trabalha na favela, depois de um certo período alguns policiais fizeram acordos com os traficantes (na percepção dela cada vez mais jovens) que têm viabilizado a continuidade do comércio ilegal apesar da ocupação.

Contudo, para a maioria dos(as) entrevistados(as), a política de ocupação permanente da polícia na favela trouxe como benefício o fim dos freqüentes tiroteios; contudo há várias críticas relacionadas à diminuição das atividades de lazer e às agressões e extorsão de policiais, principalmente militares, dirigidas aos adolescentes. O paradoxo fica claro nos depoimentos dos jovens:

> Por um lado acho bom, pois só assim evita tiroteio, de outro lado, acho que eles [policiais] *são os próprios bandidos daqui*. (Júlia, 15 anos)

> Antes a gente tinha lazer total, podia sair à vontade e hoje o que eu não gosto é esses policiais aqui, tiram o sossego da gente, ficam se metendo na vida dos outros, em coisas que não é pra eles se meterem. (...) Bom, por um lado é bom que não tem esse negócio de tiroteio, gente morrendo direto e, por outro lado, é ruim porque eles não respeitam ninguém, eu mesmo já levei muita porrada, muita pancada desses policiais, tapa na cara.(...) *tem uns policiais aqui, em vez de dar segurança, dão insegurança*. (Álvaro, 18 anos)

> Quando os bandidos estavam aqui, aí havia troca de tiros, aí eu não gostava (...). Preferia quando eles [policiais] não estavam porque hoje a qualquer hora esses policiais entram na casa da gente. (Maria,15 anos) (grifos meus)

O tráfico de drogas é percebido como ameaçador por gerar violência e mortes, mas também é visto como protetor. Essa aparente ambigüidade (protege, mas ameaça) revela que a construção das opiniões sobre o comércio ilegal é influenciada pelo benefícios que a atividade gera para a comunidade e pelas incoerências da ação policial. As falas são representativas:

> Ele [traficante] protege porque *não deixa ninguém estranho entrar aqui* e ameaça porque eles estando aqui vai ter sempre polícia aqui, confusão. (Antônio, 16 anos)

> [O traficante] Protege, *não deixa faltar nada na comunidade*, se cai um barraco eles dão dinheiro para construir e ameaça também porque mata as pessoas. (Otávio, 19 anos)

> De ruim é que tem gente viciada que não eram e começaram a viciar, e de bom é que a gente *sente uma proteção deles* com isso. (Helena, 19 anos) (grifos meus)

Os depoimentos indicam que o significado de ameaça e de proteção nessa realidade é influenciado pela percepção do papel desses dois atores sociais: o 'traficante/bandido' é considerado perigoso e violento, contraposto ao trabalhador honesto. Entretanto, também é visto como um integrante da comunidade (familiar, conhecido), protetor do local, benfeitor; com poder de estabelecer regras, fazer justiça, impor respeito e promover atividades de lazer (festas, bailes).

O 'policial' é um elemento externo à comunidade (de fora, desconhecido). Deveria proteger, mas muitas vezes ameaça, desrespeita e agride os moradores; é corrupto, tem as características negativas do bandido,

mata – vale lembrar que a polícia foi responsabilizada pelas mortes dos moradores da Chacina de 1993 –, limita as opções de lazer, liberdade e sociabilidade dentro da favela.

Estudos pioneiros nesse campo, como os de Zaluar (1985;1994), já haviam atestado visões semelhantes sobre o poder legal e o ilegal. Em uma pesquisa em um bairro popular de Porto Alegre, Fonseca (1993) também registrou a admiração dos moradores pelos traficantes locais. Identificados como pessoas generosas (fornecem alimento, terra, promovem festas), que impõem ordem na comunidade e se 'misturam' com os moradores, tais personagens não são vistos como bandidos, pois não roubam os pobres, mas os ricos.[46] Essa visão heróica do traficante ganha relevância quando contraposta aos abusos, à indiferença e ao desrespeito da polícia – "são marginais legalizados" – e às deficiências da ação do poder público. Nas palavras da autora:

> *A mitificação dos heróis só pode ser bem compreendida quando comparada com a insuficiência das forças da ordem. Os heróis velam pelo bem-estar de velhos e fracos – o que o governo não faz*. (Fonseca, 1993:77)

Para reiterar esse ponto de vista, vale apresentar o depoimento de um líder comunitário de Vigário Geral:

> O bandido se legitima muito, mas não é por causa da arma que ele usa não, ele se legitima muito mais pela forma de relação que ele tem com a comunidade, pelo que ele oferece de bom à comunidade, de bem-estar. Geralmente, o cara só é tratado como herói em favela – não é pela arma que ele tem ou por quantos crimes ou assaltos que ele cometeu, não é isso, não. Duas coisas que o legitima é quanto mais ele aparece na imprensa, isso dá um *status* do caramba pra ele (...) aí também tira ele da realidade da favela, porque (...) vira um mito (...). A outra coisa é essa relação que ele tem de assistência com a favela, principalmente com a parte do lazer, a parte da sedução, do prazer, da festa. Todo bandido que se preze, pra querer ser um herói, ele trabalha muito com a festa, com o baile *funk*, do pagode, do carnaval, ele patrocina (...). É uma maneira dele poder também limpar a sua imagem, ele vai ter uma outra relação. A partir do momento que eu faço festa, que eu dou bicicleta, faço um São Cosme São Damião, que faço um Natal, dia das crianças, baile *funk* e tal, eu tenho um tipo de relação com a comunidade que passa a ser dúbia, não é um papel só de criminoso, é um papel de herói também.

---

[46] Segundo a autora, o acesso a produtos de valor de procedência duvidosa e as colaborações diversas da população local com o comércio ilegal de drogas indicam uma não delimitação clara entre atividade legal e ilegal.

As repercussões dos eventos festivos e de interação social promovidos pelo traficante podem ser mais bem compreendidas a partir do argumento de DaMatta (1991) sobre o papel das festividades na construção de uma unidade temporária das três éticas sociais (‘casa’, ‘rua’ e ‘outro mundo’). Segundo o autor, na realidade brasileira a

> *festa, o cerimonial, o ritual e o momento solene são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social* (...) *é um mecanismo básico por meio do qual uma sociedade feita de três espaços pode tentar refazer sua unidade*. (DaMatta, 1991:67)

Conclui-se, assim, que o confronto armado entre policiais e traficantes, além de potencializar os riscos de bala perdida, limitou a ocupação do espaço público – *locus* de sociabilidade e lazer – e deixou a população mais vulnerável à repressão policial. Vários jovens, principalmente os meninos, relataram agressões verbais e físicas, invasões domiciliares e desrespeito por parte dos agentes do poder público, cujo papel é justamente garantir a segurança da população e a manutenção da ordem social.

Essas experiências, associadas às ações paternalistas dos traficantes e a uma certa cumplicidade dos moradores com o comércio ilegal de drogas – alguns dos entrevistados têm familiares ou namorados integrantes do tráfico de drogas; outros já prestaram serviços (levar drogas, recados, armas, tomar conta da carga), mas diante dos riscos decidiram sair – reproduzem o significado social de proteção da ‘casa’; ou seja, o conhecido tende a proteger ao passo que o desconhecido (a ‘rua’) é ameaçador.

A conjugação entre o comportamento da polícia e do traficante em relação aos moradores atualiza o valor de proteção dos laços pessoais (familiar), contrapondo-se à concepção moderna de cidadania, centrada na noção de direito individual, na qual a questão da segurança é realizada pelas instituições sociais que representam o poder público como a polícia.[47]

As possibilidades de acordo e de colaboração entre moradores e traficantes e os benefícios concretos oferecidos pelos líderes do comércio ilegal, em termos de infra-estrutura e de lazer da comunidade, iluminam o entendimento do sentido de proteção associado ao tráfico. Tal significado ganha relevância diante do comprometimento do poder

[47] No estudo sobre a suspensão da queixa policial de mulheres em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), Brandão (1998) identifica que esse grupo não partilha do ideário feminista e das noções de justiça e direito penal. Entretanto, recursos oferecidos pela denúncia policial – como a carta para comparecimento na delegacia – são utilizados nas negociações privadas entre a vítima e o agressor, transformando-se num mecanismo de defesa frente a novas agressões.

público legal, responsável pela segurança da população (abusos da polícia; corrupção) com as atividades ilícitas, e as explicações dos entrevistados para o envolvimento das pessoas no comércio ilegal.

Apesar de os moradores entrevistados afirmarem que as pessoas entram para o mundo da criminalidade por ambição pessoal – acesso a dinheiro, mulher, consumo, "safadeza", "pra curtir", "vida fácil", ou fraqueza, "não sabem encarar a vida do jeito que ela é, não tem vontade de pegar batente, tem cabeça fraca", vício de drogas –, existe também um reconhecimento que tal envolvimento decorre das dificuldades sociais e econômicas – "revolta", falta de emprego, fome, não tem como viver, ou problemas – briga com os pais, pressão do grupo.

Enquanto a primeira explicação centra-se nas críticas à pessoa, a segunda justifica a participação devido aos problemas sociais. A localização de causas externas ao indivíduo somada aos benefícios citados minimizam as críticas negativas e aproximam a comunidade do tráfico. Nesse cenário marcado pela ausência do papel do Estado, em que o poder público mais atuante está identificado com a noção de injustiça e desrespeito, pode-se supor que, comparativamente, o papel da polícia é considerado mais perverso e difícil de tolerar do que o papel do traficante. O relato de um líder comunitário novamente é esclarecedor:

> Primeiro o Estado não existe, Estado só existe pra matar mesmo, pra dá porrada, entendeu... o Estado está sendo muito inconseqüente. Primeiro que ele bota o policial, a coisa mais perversa que tem no Brasil é botar os dois "pês" pra ir à favela: o policial e o professor. São os dois únicos braços do Estado que vai à favela, é o professor primário, aquele que ... vai poder dar a educação básica que vai catequizar o jovem, e o policial, que vai dá porrada. Um vai tentar prevenir com muito pouco recurso e o outro com muito mais recurso e com muita autoridade, que é o policial, que já chega dando porrada.

As incoerências do poder legal – "tem uns policiais aqui que, em vez de dar segurança, dão insegurança" – e as precárias condições de vida acabam legitimando o poder ilegal – "protege porque não deixa ninguém estranho entrar aqui" – nessa realidade. Tal fato não implica uma visão linearmente positiva do comércio de entorpecentes e da criminalidade.

Os(as) jovens se dão conta dos prejuízos e das conseqüências perversas dessas atividades, como a morte de parentes e amigos e o acesso às drogas ilícitas, e apontam para uma fronteira que diferencia a visão positiva do trabalhador da visão negativa do bandido – "gente comprometida", "envolvida"–, conforme apontado no capítulo 4.

O reconhecimento dos males promovidos pelo tráfico somado à violência – morte, briga, vingança, assalto, abusos da polícia, tiroteio – demonstra as repercussões do comércio ilegal de drogas e da criminalidade no modo de vida e na percepção de ameaça do grupo entrevistado, sugerindo que o sentido de desproteção, nesse contexto, também está associado às situações decorrentes da presença do tráfico na comunidade e aos perigos da rua, principalmente durante o período noturno.

Na perspectiva dos moradores, as ações da polícia (o elemento de fora, ordenador do espaço da rua) representam uma invasão do lugar, da ordem e da proteção ('a casa'), isto é, o poder legal introduz um elemento estranho no espaço familiar, 'desorganizando' as formas de ocupação desse espaço social pelos membros da comunidade.

Nesse contexto, o traficante (um elemento de dentro) torna-se uma figura de intermediação, ao mesmo tempo em que gera violência, cria uma cumplicidade com os moradores – sustentada pelo amparo moral e social –, confronta e até negocia com representantes do poder legal. É válido lembrar as denúncias recorrentes de corrupção envolvendo policiais e bandidos, ou seja, além das desigualdades sociais, os problemas das instituições responsáveis pela segurança pública (falta de preparo e recursos, baixos soldos, entre outros) enfraquecem a imagem do poder público legal e colaboram para a disseminação da corrupção, insegurança e aumento da violência na sociedade.

Por fim, vale, mais uma vez, citar que as trajetórias dos(as) entrevistados(as), que participaram ou participam do tráfico, encontram pontos de aproximação com as análises de Zaluar (1985;1994) e as descrições de Ventura (1994) e Lins (1997), em relação ao poder de sedução do mundo da criminalidade devido ao acesso ao dinheiro, armas de fogo e bens de consumo; à conquista de *status*; ao respeito e afirmação da masculinidade. Em oposição, as motivações para o não envolvimento ou desligamento desse universo são: os grandes riscos de vida – muitos morrem precocemente –, o receio do encarceramento, a condenação moral e familiar e determinadas perspectivas de trabalho.

O que protege?

O sentido de proteção dos laços familiares é expresso nos conselhos e ensinamentos maternos, nos cuidados com a alimentação e a saúde, na doação de afeto, defesa pessoal e apoio moral – "briga por mim".

Nos depoimentos femininos, a mãe aparece de forma recorrente como referência de proteção; a família (avó, marido) e os amigos também são mencionados. Tais elementos, articulados à identificação da casa como o local mais seguro – a despeito das invasões e tiroteios – vêm

novamente atestar o nexo entre o significado de proteção e o universo da 'casa'. Em outras palavras, é no âmbito das relações familiares e do espaço doméstico que o sentido de proteção ganha significado. Isso é coerente com a idéia de Duarte (1988) sobre a configuração holista das camadas populares, na qual o pertencimento a um grupo modela fortemente a concepção da pessoa. A teia de relações engloba a 'individualidade'.

Entre os meninos, o significado de proteção da mãe, da família e dos amigos encontra pontos de aproximação com a visão feminina. No entanto, há diferenciações, na realidade masculina, indicadas na maior visibilidade do papel do tráfico na segurança pessoal dos garotos. Se o rapaz ocupa o lugar do traficante, essa proteção se traduz na presença de "soldado do lado" e nos tiros com a polícia. Aqueles que se tornam "amigos" ou "têm conhecimento" com as pessoas envolvidas no comércio ilegal também recorrem à força bélica e moral dos bandidos em situações de ameaça de membros da própria comunidade ou de fora.

> Tem alguns colegas meus que *me protegem* (...) eles são traficantes (...) não tenho vacilação com eles não (...). Eles falam que quando tiver algum problema pode recorrer. (...) Recorri, já avisei já. (João,19 anos) (grifo meu)

Em menor escala, as meninas revelam apelar para esse recurso. Porém, conforme abordado no capítulo anterior, sabe-se que, no papel de namorada ou mulher das lideranças do tráfico, elas recebem uma 'proteção' especial (Zaluar, 1994).

Não mexer com desconhecidos – "evitar maus colegas"; "[estar] em paz com todo mundo" – e ter documentação também foram apontados como ações de proteção pelos rapazes. As intervenções levianas da polícia[48] permitem compreender a função do documento como prova da identidade de trabalhador, contraposto ao bandido. Mais uma vez, o depoimento do líder comunitário é elucidativo.

> aí o policial (...) meteu a arma na minha cara (...) e já saiu rasgando a bolsa, tava chovendo,... jogou meu celular... na água, a roupa... no chão, pegou as coisas minhas todas e jogou no chão. Cara, aquilo me deu uma revolta... 'Meu amigo, por que você tá fazendo isso?', eu perguntei, (...) ele falou: 'cala a boca' e quebrou meu guarda-chuva: 'eu tô na chuva, você também tem que tá'. (...) Eu me senti

[48] As imagens das cenas de violência policial, em Diadema (SP) e na Cidade de Deus (RJ), divulgadas na mídia, no primeiro semestre de 1997, explicitaram a leviandade da ação de determinados policiais, principalmente contra pobres, negros e jovens, fomentando a discussão sobre a necessidade de revisões nas políticas de repressão ao crime, particularmente aquelas voltadas para as populações menos favorecidas.

> tão revoltado... Ele tava com o revólver puxado pra trás, o cão, né, da pistola (...). Falei assim: 'esse cara vai me matar aqui e eu fiz o máximo pra não argumentar, evitar confronto'. Era as 4 horas da tarde... Ele tava muito nervoso. Depois eu descobri que ele trocou tiro com os bandidos, tal... Os policiais, todo mundo encapuzado, né, (...). Eu me senti tão inseguro que eu não tive nem coragem de falar nada com o cara... qualquer coisa ele disparava (...) me deu um desespero ver tudo aquilo no chão – papel, documento, artigo, coisas minhas, disquete, estragou o disquete... Aquilo me deu uma revolta... porra, como é que você não vale nada? (...) Eu não fiz nada com o cara, eu subi a passarela, (...) eu achava que eu tinha respeito que não sei o que tal, que eu sabia me defender (...). Fui falar com ele (...) ele ficou muito mais agressivo, zoneando: 'pô, só tem roupa de marca na favela quem é bandido. Tu ganha a vida como? Como é que tu tem celular?'. (...) umas coisas grosseiras! Eu me senti muito inseguro, (...) você não tem referência, não tem a quem recorrer.

No universo do tráfico de drogas e da criminalidade, em que polícia e bandido se confundem e a arma de fogo é utilizada para resolver desafetos e traições, a lei do silêncio e da discrição é uma forma de proteção da vida. Nesse cenário, as organizações comunitárias locais, em alguns casos, tornam-se uma referência de proteção no sentido de mediar conflitos, defender os direitos e oferecer atividades que identificam o morador de forma positiva.

A maior vulnerabilidade dos meninos em relação à violência policial e a ênfase na independência masculina – alguns garotos disseram que eles eram responsáveis pela sua própria proteção – na ocupação do espaço público, em contraposição ao valor do espaço doméstico para o universo feminino, podem explicar as diferenças entre os gêneros.

O valor da educação formal como indicador do sentido de proteção da vida e da saúde apresenta semelhanças entre os gêneros. Para as meninas, a proteção da escola está relacionada ao acesso ao conhecimento – "fica mais inteligente", "traz muita coisa boa pra cabeça da criança" –, à autonomia – "ser alguém na vida" – e ao domínio da escrita e leitura. Além de ensinar a "ter educação, de não ficar xingando palavrão", sendo uma boa ocupação do tempo – "estudando a gente se sente mais presa com obrigação", "pra não ficar à toa na rua". Nas respostas dos meninos, a escola não ocupa um lugar tão destacado; o ensino formal também tem a função de ocupar o tempo de maneira mais produtiva (correta, positiva), evitando desvios (envolvimento) para o mundo do poder ilegal, ampliando as perspectivas de emprego e preparando para a vida.

Conclui-se, assim, que o valor de proteção da escolarização formal para o grupo está associado à perspectiva da não exclusão social,

pois permite a aquisição de uma identidade (ser estudante, conseguir um emprego), acesso a bens sociais (informação, conhecimento, domínio leitura e escrita) e um distanciamento do universo da criminalidade, cujo poder material e simbólico muitas vezes torna-se sedutor diante do estímulo ao consumo, do baixo poder aquisitivo e da possibilidade de melhoria no padrão de vida. Aqui foi enfatizada a questão da função da escola em termos do significado da proteção, mas evidentemente o papel do ensino formal se conjuga com outras variáveis, citadas no capítulo 3.

Com base nos depoimentos dos meninos e meninas, observa-se que, no âmbito das relações amorosas e sexuais, a percepção de proteção tem como bases a crença na exclusividade sexual, o vínculo amoroso e o "conhecimento" do parceiro, isto é, disposições e afinidades estéticas (Santos, 1992). O valor da rede de amigos e dos laços de vizinhança aponta na mesma direção, reforçando a percepção de que o familiar tende a proteger.

A crença na proteção divina foi bastante mencionada, sendo dominante nos relatos masculinos e muito expressiva no universo feminino. Todos os rapazes e moças afirmaram acreditar em Deus; um terço se considera católico; outros citaram filiações religiosas diversas (Universal, Pentecostal, da Liberdade, Presbiteriana e Assembléia) e alguns disseram não ter religião. Poucos freqüentam as igrejas regularmente.

O sentido da proteção divina foi observado nas concepções sobre Deus e de sua influência na vida dos entrevistados. Este foi definido como um ser "supremo", poderoso e onipotente, capaz de proporcionar vida, esperança, "tranqüilidade", ajuda, "orientação", "definir o certo do errado", apaziguar a dor e oferecer conforto. Na visão do grupo, Deus é o criador, o salvador e está acima de tudo e de todos. DaMatta (1991), ao descrever as esferas de significação da 'casa', da 'rua' e do 'outro mundo' e suas múltiplas expressões no universo relacional brasileiro, salienta que o espaço do 'outro mundo' é o lugar da eternidade, relatividade, esperança, desejo, síntese e igualdade. Segundo o autor é :

> *em contato com o outro mundo é que somos capazes de construir as compensações que muitas vezes não conseguimos realizar quando nos confrontamos com o conflito e o dilema 'deste mundo' de casas e de ruas, de amigos e de leis impessoais, de desejos individuais e demandas morais coletivas.* (DaMatta, 1991:163)

O significado de proteção do poder divino não parece estar condicionado à adesão ao discurso ou à prática de uma religião particular. Com exceção do depoimento de um garoto, cuja prática está orientada

pelos preceitos do catolicismo, não foram observados comportamentos ou relatos definidos pela adesão a uma filiação religiosa específica, mesmo entre aqueles que afirmam ter uma religião. Prevalecem visões mais genéricas nas quais Deus é identificado com uma força exterior e soberana, capaz de orientá-los e protegê-los, fornecendo recursos explicativos para os acontecimentos da vida cotidiana. De acordo com uma moradora, que intermediou vários contatos com os jovens entrevistados e forneceu dados sobre diversos aspectos da vida na favela, Deus define as coisas: "Quem decide é Deus, se ele quiser que eu passe fome eu vou passar, Deus é que sabe". Ela não freqüenta a igreja e diz não ter religião, mas sempre reza para pedir ou agradecer algo; é uma pessoa muito empreendedora e com esforço e determinação transformou sua casa numa próspera pensão. Há pouco envolvimento e motivação da população investigada nas atividades e cultos religiosos.

> Eu comecei a namorar um garoto, aí fui esquecendo Deus (...). Sempre tem um que vem e desvia você fora da igreja. (Júlia, 15 anos)
>
> Pô, a igreja é importante, mas eu fui pro mundo, pra mim conhecer o mundo (...). Não é colocando a culpa em ninguém não, mas um certo tempo eu vi, pô, assim, pastor saindo da igreja pra cheirar, conhecer o mundo, né. Aqui também tem uns dois também que entrou pra igreja e saiu, entrou pro mundo. Aí eu: 'ah, vou entrar pro mundo, pra vê qual é desse mundo'. (Pedro, 18 anos)

Mesmo não havendo uma participação regular nas cerimônias e atividades relacionadas à prática religiosa, a imagem de Deus como uma força suprema se mantém e é alimentada, conforme mostram as falas sobre as 'comprovações' do poder divino:

> Uma vez eu estava doente de cama e pedi para Deus me ajudar e eu melhorei. (Angélica,15 anos)
>
> Uma vez, num assalto, ele pegou as coisas de todo mundo e menos o meu, porque na hora eu pedi para Deus me ajudar. (Lucas, 17 anos)

As experiências no campo das práticas religiosas, visando à busca de apoio, conforto e referência para as aflições da vida cotidiana também apontam, nessa direção, o significado protetor do poder divino. Além de revelar a possibilidade de se conjugar diferentes credos, os relatos sugerem variadas formas de aproximação e diálogo com a visão religiosa:

> Eu sou católica, freqüento várias igrejas, uma delas ela é Assembléia de Deus porque eu acho que ainda não achei a igreja certa. (Angélica, 15 anos)

> Eu gosto de ler a Bíblia, eu não tenho amiga, aí fico conversando com Deus nas minhas horas de dor (...) aí a dor vai embora. (Letícia, 18 anos)

> Já fui de quase todas, Universal (...) achei mais legal a católica. Universal fica pedindo dinheiro toda hora. (João, 19 anos)

> Vou a tudo que é lugar, igreja, macumba, em todo lugar eu vou. (Maurício, 15 anos)

Em um mundo marcado por injustiças sociais, receios e dúvidas, Deus simboliza a esperança, a possibilidade de conforto – "[Deus] Me faz agüentar várias coisas ruins, mas não influencia na minha vida, não" (David, 16 anos). Representa, assim, uma força externa justa e generosa acima da vida humana, capaz de explicar a origem e a dinâmica da vida na terra e ajudar a lidar e confortar o sofrimento e o medo. O poder divino torna-se, dessa forma, um dos recursos explicativos da vida, capaz de alimentar os sonhos, auxiliar na convivência, na compreensão dos problemas e nos receios do cotidiano.

A importância dada às forças exteriores supremas na definição da vida não significa necessariamente a ausência do reconhecimento do valor do esforço pessoal e do peso das condições de existência.

Vinte, dos trinta e dois entrevistados, sem distinção de gênero, disseram que o destino "está traçado" e que existem aspectos da vida difíceis de serem mudados (hora da morte, jeito de ser, futuro, sofrimento, felicidade, amor dos pais, sexo). Segundo uma menina, "Se a gente pudesse mudar o destino, a gente não sofria".

Entretanto, há aqueles que discordaram da existência do destino e destacam o potencial de construção das trajetórias pessoais, minimizando uma determinação superior – "a gente pode interferir lutando, tem que levar as coisas pelo seu sonho"; "se quero, corro atrás". Vale dizer que, entre aqueles que negam a existência do destino, há visões sobre a determinação de certos aspectos da vida que escapam ao domínio pessoal, como a hora da morte.

Alguns dos que crêem no destino admitiram a possibilidade de a pessoa mudar o curso de sua vida a partir do esforço próprio – "bandido pode sair do crime"; "é só querer"; "pode melhorar e crescer".

Em suma, as opiniões sugerem que a noção de destino é significativa, abarcando visões mais fatalistas – "tô deixando o barco correr"; "não posso interferir em nada, o que tem que acontecer vai acontecer" –, mas não exclui a crença na transformação e na construção da vida por meio da luta – "só ter força de vontade própria".

O fato de o grupo em foco ser de uma faixa etária jovem, na qual as perspectivas de mudança e as esperanças tendem a ser maiores em relação aos adultos, possivelmente contribui para a crença nas transformações. Em função da etapa do ciclo de vida em que se encontram, as perspectivas de um futuro que ainda não foi vivido difere das trajetórias marcadas pela desilusão.

Em seu estudo com mulheres de um bairro popular carioca, Salem (1981) argumenta que a falta de correspondência entre o esforço (luta) e melhoria nas condições de existência colabora para uma maior recorrência de explicações mágicas, centradas na sorte, no acaso ou no destino, entre populações de baixa renda quando comparada às camadas com maior poder aquisitivo. Nas palavras da autora:

> *Parece inadequado interpretar a indeterminação e suas conseqüências nas instâncias cognitivas e explicativas como sintoma de um pretenso fatalismo inerente à população dos baixos estratos. Pelo contrário, esse tipo de expediente remete a uma percepção bastante realista e fundamentada de sua situação,evidenciando a consciência das barreiras quase intransponíveis que devem ser enfrentadas em uma sociedade rigidamente estratificada*. (Salem, 1981:65)

Entre as entrevistadas mais jovens (a pesquisa de Salem abrangeu a faixa de 25 a 52 anos), dava-se maior destaque ao valor do esforço pessoal e da vontade na definição da vida cotidiana em oposição ao peso da indeterminação presente no grupo das mulheres mais velhas. Tais relatos encontram pontos de aproximação com a trajetória dos jovens de Vigário Geral. No entanto, as diferenças etárias e históricas entre os grupos indicam variações que limitam uma comparação mais aprofundada de determinados aspectos característicos da vida adulta como percurso profissional, histórico de vida conjugal e preenchimento de expectativas de vida.

Sociedade relacional e o significado de proteção

As visões descritas revelam que a lógica das representações e práticas do grupo entrevistado, relacionada ao significado de proteção e de ameaça nas diversas situações da vida cotidiana, é orientada por éticas sociais diversas, expressas na oposição entre o universo protetor e seguro da 'casa' e do 'outro mundo' e o espaço perigoso e arriscado da 'rua'. Essa classificação, originada em um ideário tradicional no qual prevalece o valor das relações pessoais foi observada nas representações sobre a própria favela, a família, a rede de amigos, as relações amorosas e sexuais e a prática religiosa.

As opiniões e experiências relativas ao poder legal e ao paralelo merecem atenção particular, tendo em vista que a principal ameaça foi relacionada às conseqüências do conflito armado entre policiais e traficantes. Notou-se que as opiniões negativas referentes ao papel da polícia decorrentes dos abusos e a precariedade das ações do poder público, somadas aos benefícios do comércio ilegal, tendem a atualizar o valor das relações pessoais em detrimento da concepção moderna de cidadania, centrada na noção de direito individual.

Como existe o reconhecimento dos prejuízos do tráfico, registra-se a presença de opiniões aparentemente paradoxais em que um mesmo ator ocupa o lugar daquele que ameaça e daquele que protege, como no caso do bandido e do policial. A dimensão situacional das esferas de significação que ordenam a experiência social brasileira (DaMatta, 1991) elucida essa ambigüidade.

Nesse contexto, o surgimento das organizações comunitárias locais pode representar a presença de uma instância intermediária entre o poder legal e o paralelo, ocupando um lugar de mediação, valorização e visibilidade dos problemas dos moradores. Tal aspecto foi indicado nos depoimentos, mas precisaria ser analisado de forma mais aprofundada.

Conclui-se, assim, que o perfil relacional da sociedade brasileira, articulado à situação socioeconômica das camadas populares urbanas, imprime uma especificidade no significado de proteção pelo fato de atualizar e reforçar o valor das relações pessoais em oposição à noção de direitos do cidadão. Tal fato foi observado tanto na lógica dos cuidados com a saúde, mais especificamente na prevenção do HIV/Aids, quanto nas reações das ameaças percebidas no cotidiano.

Embora a percepção de que o familiar protege tenha um caráter universal no imaginário social, conforme revelam as análises de Giami & Shiltz (1996), em um contexto relacional marcado pela desigualdade social, pela violência e pelos abusos do poder legal, essa associação tende a ganhar maior relevância e significado.

As implicações das condições materiais e simbólicas de existência na formação e na reprodução da lógica de proteção de um determinado grupo social aproxima-se da perspectiva sócio-histórica, destacada nos argumentos de Douglas, Bourdieu e Giddens (capítulo 2) sobre a importância da identificação dos dispositivos e as representações que estruturam as práticas.

Conclusões

Por meio da análise da dimensão simbólica da proteção de jovens de segmentos populares, intencionou-se contribuir para a reflexão sobre as limitações e alcances de políticas de prevenção ao HIV/Aids, particularmente aquelas centradas na responsabilidade pessoal e na abordagem epidemiológica de risco.

Considerando que se devem pensar as propostas preventivas em função das possibilidades de mudar ou adequar os dispositivos que estruturam o comportamento, um primeiro ponto do estudo a ser ressaltado refere-se à importância da caracterização de uma dada população com um determinado perfil socioeconômico e com especificidades simbólicas.

A partir de um olhar etnográfico, mapearam-se aspectos da trajetória biográfica de um grupo de pessoas do mesmo universo etário e local de moradia, com poder aquisitivo semelhante e que compartilha dispositivos peculiares (*ethos*) relacionados à convivência com o tráfico de drogas e com estigmas sociais como pobreza e marginalidade.

A ênfase na experiência social do gênero e da sexualidade dessa população permitiu a identificação de valores culturais predominantes nesse contexto, favorecendo a compreensão dos sentidos atribuídos pelo grupo aos comportamentos do dia-a-dia que interferem na lógica da prevenção do HIV. Em outras palavras, ao privilegiar a dimensão simbólica das trajetórias femininas e masculinas – relativas a aspectos da vida cotidiana como escolaridade, profissionalização, relações de parentesco e de vizinhança, gênero, iniciação e experiência sexual – foi possível conhecer a visão de mundo e os comportamentos do grupo.

A trajetória dos rapazes revela a internalização de expectativas sociais em relação à função masculina tradicional de provedor, mediante a ocupação do espaço público. Verificou-se uma naturalização da não

participação dos homens nas tarefas domésticas e a importância do trabalho em detrimento do investimento no ensino formal. A maioria dos entrevistados realizava atividades remuneradas – incluídos aqui os casos de envolvimento com o tráfico de drogas – e, em comparação com as meninas, sentia-se mais atraída pelas perspectivas de profissionalização oferecidas pelas organizações comunitárias locais.

Na trajetória feminina, a manutenção das mulheres no espaço doméstico, em função das expectativas sociais do papel feminino de filha, esposa e/ou mãe contrapõe-se à ocupação masculina do espaço público, expressa no valor do trabalho e no adiamento da constituição do núcleo familiar. Mesmo aquelas que, devido a conflitos domésticos, saíram da casa dos pais e buscaram independência financeira e 'respeito' – por meio da participação no comércio ilegal de drogas – abandonaram essa atividade em função dos riscos e procuraram constituir uma família. Observa-se aqui a percepção da oposição entre o mundo protetor, seguro e ordenado da 'casa' e o mundo desordenado, perigoso da 'rua'.

Os relatos dos(as) jovens sobre a importância do ensino formal indicam o valor simbólico da formação escolar como garantia da não exclusão social. No entanto, os problemas do ensino público, articulados com traços simbólicos referentes ao gênero, colaboram para a evasão escolar.

No caso das meninas, a não profissionalização feminina fora do âmbito doméstico guarda relação com o valor social do casamento e da maternidade. Os rapazes, cuja inserção no ensino formal ainda é menor do que a das mulheres, abandonaram a escola, grande parte das vezes, em decorrência da intenção de realizar uma atividade remunerada para ajudar em casa e adquirir bens de consumo.

As trajetórias do grupo investigado revelam uma confluência, entre geração e gênero, de perfil tradicional. *Grosso modo*, pode-se dizer que rapazes e moças saem da casa para o mundo público por meio da escolarização, atividade remunerada e/ou violência doméstica. Devido à conjugação de valores sociais e de condições materiais, as meninas retornam ao mundo da casa; ao passo que a atribuição de provedor contribui para a manutenção e dominação dos homens no universo público.

A experiência sexual do grupo pesquisado revelou diferenças entre valores e práticas femininas e masculinas, apontando para as inter-relações entre gênero e sexualidade. As percepções dos(as) entrevistados(as), referentes ao universo feminino, indicam mecanismos de controle da conduta sexual feminina, valorização da virgindade e um nexo significativo entre sexo e vínculo amoroso.

Em contrapartida, as visões acerca do mundo dos homens falam de como a sexualidade está conectada à virilidade, manifestada na tomada de iniciativa, na sedução e na dominação assim como em uma distinção entre relação amorosa e aprendizagem sexual. Verificou-se que a ordenação de gênero se arma em termos hierárquicos e que os roteiros sexuais de rapazes e moças estão profundamente marcados por tais concepções.

A descrição da experiência social do gênero e da sexualidade pode iluminar as avaliações da repercussão das campanhas de prevenção das DST/Aids entre jovens de segmentos populares urbanos.

Nesse eixo de reflexão, vale salientar os contrastes entre o discurso preventivo moderno e os dados do contexto em foco. As campanhas educativas dominantes são centradas na concepção de igualdade de direitos individuais, conforme indicam as propostas de planejamento e negociação com o(a) parceiro(a) sobre a prática do sexo seguro, visando ao uso da camisinha e/ou ao sexo sem penetração.

No entanto, no universo investigado registrou-se que no contexto da primeira transa, em vez de um acordo prévio, prevaleceram motivações de naturezas diversas (confiança, vínculo amoroso, oportunidade, curiosidade) bem como a não utilização de métodos preventivos.

Na experiência sexual, predominam relações heterossexuais genitalizadas e desprotegidas. As críticas do grupo às práticas auto-eróticas como forma de satisfação individual, a recorrência dos casos de gravidez entre as jovens, a maternidade como um bem simbólico e a assimetria de gênero complementam as diferenças entre o discurso preventivo e a realidade da população investigada.

Nota-se, assim, o quão distante tal realidade está das propostas preventivas no campo do HIV/Aids, formadas pela concepção moderna de sexualidade e pela perspectiva racional e normativa das práticas. A falta de convergência entre o referencial cultural da população-alvo da ação educativa e o discurso preventivo indica que a maioria dos programas de prevenção da Aids não considera os resultados e os mecanismos de apreensão das informações transmitidas. Talvez essa seja uma das razões de tais ações, em geral, não alcançarem as metas esperadas.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que as condições materiais e simbólicas dos(as) jovens pesquisados(as) tendem a atualizar os valores tradicionais de gênero, isto é, elas demarcam de maneira exclusiva as esferas masculina e feminina e supõem uma supremacia da primeira sobre a segunda.

A coexistência de diferentes sistemas simbólicos (de feição individualista ou hierárquica), no interior de uma mesma sociedade

complexa, aponta para o fato de que, apesar de alguns deles serem dominantes, existe uma multiplicidade de códigos de leituras para os fenômenos sociais. Assim, mesmo com as mudanças introduzidas por tecnologias de comunicação de massa mais eficientes, as campanhas educativas portadoras de discursos mais ou menos comprometidos com o ideário moderno individualista são interpretadas e incorporadas de forma distinta pelos segmentos que compartilham do espaço social datado.

As reflexões sobre práticas e visões de mundo – tanto numa perspectiva sincrônica (indicada nos estudos comparativos de grupos sociais contemporâneos) quanto numa abordagem diacrônica – permitem a identificação da persistência ou da mudança de representações organizadoras da percepção de mundo dos diversos grupos sociais. A mencionada variação entre opiniões e atitudes de jovens de camadas populares e médias de centros urbanos, no que se refere a determinados domínios da cultura, exemplifica esse eixo de reflexão.

As conexões entre as modificações sociais decorrentes da modernidade e as representações dos grupos sociais são ilustradas no estudo de Bozon (1995). O autor reconhece mudanças importantes no comportamento sexual feminino, relacionando-as às transformações do papel e do lugar da mulher na sociedade, à liberação dos costumes e ao controle do ciclo reprodutivo. Todavia, chama a atenção para a persistência de determinadas representações sobre o papel social feminino e masculino que não alteraram

> *de modo profundo nem as representações, nem os lugares desiguais de homens e mulheres nesse domínio. Dependentes de um desejo masculino dominante, as mulheres são um objeto que se procura possuir. Os homens são vistos como sujeitos desejantes independentes.* (Bozon, 1995:132)

Esse ponto de vista assinala uma significativa resistência do plano simbólico mais profundo, o das representações, em se alterarem em ritmo similar àquele que opera os comportamentos. Isso indica as dificuldades de se adotar novas práticas, tendo em vista as visões de mundo construídas e internalizadas ao longo do tempo. Tal discussão é fundamental para avaliar as limitações das propostas no campo da prevenção, centradas na decisão racional individual, que não levam em conta a dificuldade de se modificar comportamentos arraigados, decorrentes de representações que orientam e organizam o cotidiano das pessoas.

A reflexão das repercussões das transformações sociais na modificação (a curto, médio e longo prazo) das representações e das práticas nos remete para um outro ponto, qual seja, as condições materiais de existência do grupo.

A trajetória dos pais/familiares do grupo entrevistado não indicou perspectivas de mudança no padrão de vida. No contexto atual, além da manutenção das desigualdades sociais e da deficiência das políticas públicas, tais jovens convivem com o forte apelo da indústria de consumo e com o enfraquecimento da redes de controle e socialização como a igreja e a família. Essa realidade pode explicar a penetração e o crescimento do comércio ilegal de drogas entre populações urbanas empobrecidas.

Tal cenário alimenta a contradição entre o forte estímulo ao consumo de bens e a incapacidade das populações de baixo poder aquisitivo de adquiri-los e, dessa forma, contribui para que uma parcela de adolescentes de camadas populares, principalmente do sexo masculino, siga trajetórias profissionais diferenciadas do modelo das gerações adultas, que assumem o trabalho como um valor. A adesão ao poder aquisitivo proporcionado pelo comércio ilegal de drogas se apresenta como uma alternativa sedutora. Conquanto prevaleçam traços do ideário tradicional, como a assimetria do gênero característica do *etho*s viril, nota-se que a ênfase no poder de consumo denota um enfraquecimento do valor de trabalho e de reciprocidade, indicando a especificidade das repercussões da modernização entre diferentes segmentos sociais.

Verificou-se que os projetos das organizações comunitárias procuram oferecer outras opções para essa população. Entretanto, é possível supor que tais iniciativas da sociedade civil têm um grande desafio a realizar e muitas vezes parecem ficar em desvantagem em relação ao poder aquisitivo e moral do poder ilegal. É importante não perder de vista que a reprodução e a modificação dos comportamentos são dependentes dos dispositivos que estruturam as práticas, quer dizer, da interação entre as condições sociais e simbólicas de existência.

As descrições das manifestações culturais dos jovens de Vigário Geral, referentes ao sistema de gênero e sistemas produtivos, isto é, de trabalho, convergem para as análises da literatura antropológica sobre segmentos populares urbanos, indicadas ao longo do trabalho.

Acredita-se que uma das colaborações do presente estudo é a possibilidade de um registro datado do modo de vida de um determinado segmento social com um perfil social e etário definido. Os resultados desta investigação podem servir de base para pesquisas comparativas a curto prazo com grupos diferenciados ou a médio prazo com a mesma população, visando à análise da mudança e/ou à persistência de representações e práticas das temáticas focalizadas e a sua inter-relação com as transformações na dinâmica social.

Uma outra contribuição desta pesquisa refere-se à ênfase na dimensão simbólica da proteção como uma alternativa de relativização do enfoque epidemiológico de risco. A reflexão sobre a existência de um sistema cultural de proteção teve por objetivo direcionar a discussão sobre os cuidados com a saúde, em particular a transmissão do HIV, para o âmbito simbólico das práticas do cotidiano. A realização de tal meta foi orientada pela caracterização das visões de mundo e de comportamento da população investigada, focalizando o sentido de proteção frente à percepção do grupo das ameaças da vida.

Os relatos e as observações das biografias indicaram que os núcleos simbólicos de proteção desses jovens estão conectados ao valor das relações pessoais, ao invés da noção de direitos individuais, expresso na oposição entre o universo protetor e seguro da 'casa' e do 'outro mundo' e o espaço perigoso e arriscado da 'rua'.

Isso significa dizer que, de acordo com a percepção do grupo pesquisado, a proteção está referida ao universo 'conhecido' – os amigos, o local de moradia, a rede de parentesco e de vizinhança e ainda o traficante (elemento de dentro) – que alude à esfera de significação da 'casa', bem como à força divina (expressa nas concepções de onipotência e supremacia de Deus) relativa aos elementos do 'outro mundo' (lugar de esperança e igualdade).

A ameaça está associada ao mundo 'desconhecido' (de fora, estranho à comunidade), à violência policial, ao baile, isto é, à esfera de significação da 'rua'. Ainda dentro dessa lógica, a dimensão simbólica da proteção apóia-se na divisão tradicional dos atributos femininos e masculinos, na qual as mulheres são identificadas com o esteio moral, e os homens com o sustento econômico e com a força moral e bélica do poder ilegal.

Convém salientar que as fronteiras entre a casa e a rua não são excludentes, mas relacionais e complementares. As opiniões sobre o poder legal e o poder paralelo, recorrentes nas discussões acerca do significado de proteção no contexto investigado, ilustram esse ponto de vista.

De acordo com o grupo, a polícia agride, é violenta e limita os espaços de sociabilidade, mas a sua ocupação na favela trouxe benefícios como o fim dos tiroteios. O traficante, por sua vez, gera violência, mortes e ganha dinheiro fácil, entretanto, oferece apoio social e moral para os moradores.

Quando se comparam os perigos associados ao elemento 'de fora' (a polícia) e o 'de dentro' (o traficante), registram-se visões aparentemente paradoxais, em que um mesmo ator (bandido ou policial) é identificado

com o sentido de ameaça e proteção. Todavia, essa suposta contradição é compatível com a dimensão relacional e complementar das esferas de significação que ordenam a experiência social brasileira (DaMatta, 1991).

Os núcleos simbólicos da proteção que organizam a visão de um grupo expressam a atualização do valor das relações pessoais e o enfraquecimento do papel das instituições públicas, responsáveis pela manutenção dos direitos e da segurança dos cidadãos. Tendo como pano de fundo a precariedade do poder público e os limites das condições materiais de existência, o sentido de proteção apóia-se nas relações de familiaridade, conhecimento e proximidade e até no poder do tráfico que personifica, no presente, uma das formas de clientelismo da sociedade brasileira.

Em contraposição, a ameaça localiza-se no desconhecido, no poder legal, naqueles elementos/instituições de fora, exteriores à comunidade. Essa visão de mundo contrasta com a hegemonia de uma única ética, centrada no valor dos direitos do cidadão, independentemente de sua condição social, raça, credo e família, comum ao ideário moderno.

A lógica de proteção, ancorada na combinação das categorias 'casa', 'outro mundo' e 'rua', também orienta os critérios sobre os cuidados com a saúde, em particular a transmissão do HIV. Nas relações sexuais exclusivas com a 'mulher da casa' (namorada, "moça quieta", moça de família) ou com o rapaz "conhecido", quando se usa algum método preventivo, recorre-se à pílula (previne-se a gravidez).

Nas relações sexuais com a 'mulher da rua' (profissional, "vadia","safada") ou com o homem "desconhecido" as possibilidades de uso da camisinha aumentam (previne-se a doença). Conforme já assinalado, embora apresente um caráter universal, a lógica de que o familiar protege ganha relevância no contexto em foco.

Com relação à definição do (não) uso do preservativo, também foi observada uma avaliação sobre a hierarquia de risco nas diferentes situações, orientada pela soma de elementos do universo da 'casa' e da 'rua' e pela concepção de que a atividade sexual é sempre arriscada. A camisinha torna-se indispensável apenas quando o sexo é percebido como muito perigoso, ou seja, remete-se aos significados da 'rua'. Nesses casos também se recorre ao sexo oral para evitar a Aids.

Quando essas visões são comparadas com a noção de sexo seguro, divulgada pelo discurso preventivo, e com a hierarquia epidemiológica de risco em relação ao sexo anal e vaginal, nota-se, mais uma vez, a distância entre o enfoque da prevenção e a realidade dos jovens estudados.

Tais dados iluminam a compreensão da falta de convergência entre o conhecimento dos meios de prevenção e os comportamentos adotados. O preservativo, embora seja reconhecido como o principal meio de prevenção da Aids e da gravidez não planejada e seja acessível ao grupo – por meio da distribuição gratuita de uma organização local –, é apenas utilizado com regularidade por uma minoria.

Com base nas trajetórias biográficas analisadas, pôde-se identificar, na realidade em foco, a conformação de um sistema cultural de proteção, estruturado por esferas de significação diversas e complementares, que se organizam a partir das categorias sociológicas da 'casa', do 'outro mundo' e da 'rua'.

Os núcleos simbólicos conectados à esfera da 'casa' e do 'outro mundo' incorporam o significado da proteção, enquanto aqueles associados ao universo da 'rua' abarcam o sentido de perigo e ameaça. Essa lógica perpassa as representações e as práticas de vários aspectos da vida cotidiana relacionados à função social da rede de parentesco e de vizinhança, a valores atribuídos ao gênero, a práticas sexuais e à visão da comunidade, assim como aos cuidados com a saúde, mais especificamente a prevenção do HIV.

Os nexos entre os núcleos simbólicos de proteção indicam a combinação de elementos de caráter social, simbólico e econômico que atuam de forma integrada na dinâmica social. A situação socioeconômica das camadas populares urbanas, os abusos do poder público, responsável pela manutenção da ordem e da segurança, a penetração e impacto do poder paralelo (o tráfico), articulados ao perfil relacional da sociedade brasileira, atualizam o valor das relações pessoais em oposição à noção de direitos do cidadão. É dentro desse quadro que se deve compreender a especificidade do significado de proteção, dependente da conjugação de elementos simbólicos e materiais que reforçam a percepção de que o familiar protege.

O olhar sobre o modo de vida de jovens de segmentos populares urbanos apontou para o desafio da prevenção em termos dos seus ambiciosos objetivos voltados para a mudança de comportamentos arraigados.

Admitir as dificuldades no campo da prevenção não significa, necessariamente, desistir da mesma, mas pensar em alternativas mais eficazes e adequadas às singularidades materiais e simbólicas dos variados segmentos sociais. Propõe-se, assim, que as políticas preventivas devam considerar as especificidades das estruturas objetivas e simbólicas da população-alvo do programa, relativizando o enfoque na responsabilidade individual pela manutenção da saúde, em particular à conexão entre exposição ao HIV e as condições de vida da população.

As tendências epidemiológicas globais, que apontam para o maior crescimento de casos de Aids nas populações empobrecidas e marginalizadas indicam que o controle da epidemia depende de investimentos, no âmbito macrossocial, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em termos de educação, saúde, moradia e aumento do poder aquisitivo.

É sabido que a diminuição das desigualdades sociais e econômicas é difícil de ser alcançada, dada a complexidade e a amplitude das estruturas sociais, políticas e econômicas que alimentam a manutenção dessa situação. Romper o perverso ciclo da pobreza tem sido uma das grandes dificuldades das políticas de saúde pública. Contudo, cabe insistir que as propostas de prevenção, dissociadas de mudanças na vulnerabilidade social e econômica, tendem a ser limitadas.

Compreende-se que a elaboração de programas de prevenção e as discussões sobre a eficácia das mesmas também dependem do reconhecimento da natureza simbólica das práticas dos sujeitos sociais. Tal ênfase nos remete para a dificuldade de tornar eficaz o intuito do discurso preventivo de alterar, em um curto período de tempo, práticas sociais internalizadas, reproduzidas e naturalizadas e que nem sempre são percebidas pelo sujeito como uma ameaça à saúde.

Mesmo nos casos em que um determinado comportamento é percebido como de risco não se pode esperar uma mudança imediata do mesmo, haja vista os vários fatores envolvidos na definição de uma prática que escapam do âmbito da decisão racional individual decorrente do acesso à informação. Uma comparação que pode ser feita diz respeito às campanhas antifumo. A descrição da lógica do (não) uso do preservativo ilustra as complicações da tarefa da prevenção. Conquanto seja um recurso disponível aos jovens pesquisados e reconhecido por eles como o principal meio da prevenção, a identificação da camisinha com os elementos do universo da 'rua', entre outras representações acerca da Aids e do valor simbólico da maternidade, dificulta a sua incorporação no mundo protetor da 'casa'.

Acredita-se que uma das possíveis contribuições do presente estudo, em relação à formulação de políticas voltadas para a diminuição da exposição ao HIV entre jovens de segmentos populares urbanos, seja o estabelecimento de um diálogo com as organizações comunitárias de Vigário Geral e com as instituições de ensino e saúde que atendem à população da favela (escolas e postos de saúde locais).

Dentro de uma ação mais focalizada – entendida como complementar às ações no âmbito macrossocial – tal iniciativa poderia fomentar o debate sobre o papel social dessas organizações como

mediadoras das necessidades da comunidade e do compromisso da sociedade civil e do poder público na implementação de políticas que ampliem as perspectivas de jovens de comunidades carentes no campo da educação, da profissionalização, do lazer e da cultura.

O trabalho de Novaes & Mafra (1998) sobre o relato de agentes que integram vinte e três projetos de organizações voltadas para a "capacitação profissional de jovens, educação para a cidadania e incentivo ao trabalho comunitário" fornecem pistas nessa direção. Segundo as autoras, os programas de intervenção social voltados para jovens de segmentos populares urbanos tendem a ampliar as "referências culturais e/ou profissionais" do grupo. Seria interessante saber quais as suas implicações para o significado de proteção da vida e da saúde desses jovens.

Para finalizar, a dificuldade de se mudar representações e práticas internalizadas e naturalizadas sugere que os caminhos da prevenção devem ser variados e complementares. As ações não devem ser isoladas, e sim integradas no sentido de melhorar as condições de vida dos setores socialmente excluídos. Estado e sociedade civil devem fazer parcerias e assumir responsabilidades na implementação de políticas sociais na área da educação, do emprego, da cultura e da saúde.[49] Alterar comportamentos arraigados é um tarefa longa, árdua e delicada, mas a confluência de ações individuais e sociopolíticas poderá favorecer a (re)construção e/ou adequação das práticas dos atores sociais, visando à adoção de ações preventivas.

[49] Sobre as diretrizes de políticas e programas de saúde dirigidas para adolescentes e seus entraves, ver Arilha & Calazans (1998).

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta Editora Página Aberta, 1994.

AIDS BULLETIM. *The 12th World Aids Conference*. Medical Research Council, 7(2), 1998.

ALTMAN, D. *Poder e Comunidade, Respostas Organizacionais e Culturais à Aids*. Rio de Janeiro: Abia, IMS/Uerj e Relume Dumará, 1995.

ALVES, E. *Representações sociais sobre Aids: um estudo etnográfico em atividades de prostituição*, 1994. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

ALVITO, M. *As Cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

AMARO, H. Love, sex and power: considering women's realities in HIV prevention. *American Psychologist*, 50(6):437-447, 1995.

AMIT-TALAI V. & WULFF, H. (Eds.) *Youth Cultures: a cross-cultural perspective*. Routledge: New York, 1995.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARILHA, M. & CALAZANS, G. Sexualidade na adolescência: o que há de novo. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 2.

AYRES, J. R. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. (Orgs.) *Sexualidades pelo Avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: IMS/UERJ/ Editora 34, 1999. p.49-72.

BADIANI. R.; QUENTAL, I. & SANTOS, E. *DST/Aids e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: uma análise do nível de conhecimento e comportamentos de vulnerabilização*. Rio de Janeiro: Benfam, 1997.

BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84:191-215, 1977.

BARBOSA, L. *O Jeitinho Brasileiro, a Arte de Ser Mais Igual que os Outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BASTOS, C. A política da produção do conhecimento e os movimentos da resposta à Sida. *Etnográfica*, II(1):15-53, 1998.

BASTOS, F. *Ruína e Reconstrução: Aids e drogas injetáveis na cena contemporânea*. Rio de Janeiro: Abia, IMS/Uerj & Relume Dumará, 1995.

BASTOS, F. & CARLINI-COTRINI, B. O consumo de substâncias psicoativas entre jovens brasileiros: dados, danos e algumas propostas. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 2. p. 645-670.

BECKER, M. The health belief model and personal health behavior. *Health Education Monographs*, 2(4):220-243, 1974.

BECKER, H. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar). *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro, 1996.

BERQUÓ, E. Quando, como e com quem se casam os jovens brasileiros. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas.* Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 1. p. 93-108.

BERREMAN, G. Por detrás de muitas máscaras. In: ZALUAR, A. (Org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p 123-174.

BLANCHET, A. & GOTAMN, A. *L'Enquête et ses Méthodes: l'entretien.* Paris: Nathan, 1992.

BLUMER, H. *Symbolic Interactionism Perspective and Method*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1969.

BOLTANSKI, L. *As Classes Sociais e o Corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOLTON, R. Aids and promiscuity: muddles in the models of HIV prevention. *Medical Anthropology*, 14(2-4):145-223, 1992.

BOURDIEU, P. Interest, habitus and rationality. In: BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. (Eds.) *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p. 115-140.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994a. p. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, P. Gostos de classes e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994b. p. 82-121. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994c. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, 20(2):133-184, 1995.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURGOIS, P. *In Search of Respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOZON, M. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Estudos Feministas*, 3(1):122-135, 1995.

BOZON, M. Comportamento sexual em tempos de Aids: mudanças ou adaptações? *Boletim Sexualidade, Gênero e Sociedade*, IMS/Uerj, 9 (jul.):1,4-7, 1998.

BOZON, M. & LERIDON, H. Les constructions sociales de la sexualité. *Population*, 5:1173-1196, 1993.

BOZON, M. & HEILBORN, M. L. Les caresses et les mots, initiation amoureuse à Rio de Janeiro et à Paris. *Terrais*, 27:37-58, 1996.

BRANDT, A. Behavior, disease and health in the twentieth-century United States: the moral valence of individual risk. In: BRANDT, A. & ROZIN, P. (Eds.) *Morality and Health, Interdisciplinary Perspectives*. New York: Routledge, 1993. p. 55-78.

BRANDÃO, E. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, B. & BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Orgs.) *Horizontes Plurais, Novos Estudos de Gênero no Brasil.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998. p. 51-84.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Materno-infantil. *Informe sobre o grau de cumprimento das metas da reunião de cúpula em favor da infância*, 1996. (Mimeo.)

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST/Aids. *Aids: Boletim Epidemiológico*, ano XIII (1). Semana Epidemiológica 49/99 a 22/00, dez./jun. 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Aids: Boletim Epidemiológico*, jan./mar. 2001.

CALHOUN, C. Habitus, field, and capital: the question of historical specificity. In: CALHOUN, C.; LIPUMA, E. & POSTONE, M. (Eds.) *Bourdieu: critical perspectives*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. p. 61-88.

CALVEZ, M. *Los Usos Sociales del Sida: elementos de análisis cultural del riesgo.* Editorial Universitaria, s.l./s.d.

CAMARANO, A. Fecundidade e contracepção da população jovem. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 1, p. 109-134.

CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARRARA, S. & MORAES, C. Um mal de folhetim? *Caderno do IMS,* 1(2), 1986.

CARRIER, J. & BOLTON, R. Anthropological perspectives on sexuality and HIV prevention. *Annual Review of Sex Research*, 2:49-77, 1991.

CASTIEL, L. D. *O Buraco e o Avestruz: a singularidade do adoecer humano*. São Paulo: Editora Papirus, 1994.

CASTILHO, E & SZWARCWALD, C. Mais uma pedra no meio do caminho dos jovens brasileiros: a Aids. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 1. p. 197-208.

CATANIA, J.; KELEGES, S. & COATES, T. Toward understanding of risk behavior: an Aids risk reduction model. *Health Education Quarterly*, 17:53-72, 1990.

CECCHETTO, F. As galeras *funk* cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, H. (Org.) *Galeras Cariocas.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 95-118.

CONNORS, M. Risk perception, risk taking and risk management among intravenous drug users: implications for Aids prevention. *Social Science and Medicine*, 34(6):591-601, 1992.

COSTA, J. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, J. *A Inocência e o Vício, Estudos sobre Homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

CUNHA, O. Conversando com Ice-T: violência e criminalização do *funk*. In: HERSCHMANN, M. (Org.) *Abalando os Anos 90,* Funk *e Hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 86-111.

DAMATTA, R. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DANIEL, H. & PARKER. R. *Aids a Terceira Epidemia*. São Paulo: Iglu, 1991.

DETIENNE. M. *Dioniso a Céu Aberto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DOUGLAS, M. *Risk and Blame: essays in cultural theory*. New York: Routledge, 1994.

DUARTE, L. F. Muita vergonha, pouca vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, J. S. (Org.) *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 203-226.

DUARTE, L. F. *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq, 1988.

DUARTE, L. F. et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 8(22):5-19, 1993.

EHRHARDT, A; YINGLING, S. & WARNE, P. Sexual behavior in the era of Aids: what has changed in the United States? *Annual Review of Sex Research*, 2:25-47, 1991.

FARMER, P. *Aids and Accusation Haiti and the Geography of Blame*. Berkeley: University of California Press, 1993.

FERNANDES, J. C. & MONTEIRO, J. Postos comunitários: uma alternativa para o sistema de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(1):127-135, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, C. Bandidos e mocinhos: antropologia da violência no cotidiano. *Humanas: Revista da IFCH*, 1(2):67-89, jul./dez., 1993.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, P. *Conscientização, Teoria e Prática da Libertação*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FRY, P. *Para Inglês Ver: identidade política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

GAGNON, J. The explicit and implicit use of the scripting perspective in sex research. *Annual Review of Sex Research*, 1:1-43, 1990.

GALVÃO, J. *Aids e a imprensa: um estudo de antropologia social*, 1992. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ.

GIAMI, A. & SCHILTZ, M. Representations of sexuality and relations between partners: sex research in France in the era of the Aids. *Annual Review of Sex Research,* 7:125-157, 1996.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDSTEIN, D. O lugar da mulher no discurso sobre Aids no Brasil. In: PARKER, R. & GALVÃO, J. (Orgs.) *Quebrando o Silêncio, Mulher e Aids no Brasil.* Rio de Janeiro: Abia/IMS/Uerj & Relume Dumará, 1996. p. 137-152.

GOUVEIA, P. *Uma 'mulher de verdade': estudo sobre identidade feminina entre grupos populares*, 1997. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPCIS), Uerj.

GREEN, E.; ZOKWE, B. & DUPREE, J. The experience of an Aids prevention program focused on South African traditional healers. *Social Science and Medicine*, 40(4):503-515, 1993.

GRIFFIN, C. *Representations of Youth, the Study of Youth and Adolescence in Britain and America*. Cambridge: Polity Press, 1995.

GUIMARÃES, C. D. Mais merece: o estigma da infecção sexual pelo HIV/Aids em mulheres. *Estudos Feministas*, 4(2):295-318, 1996.

GUIMARÃES, C. D. "Mas eu conheço ele": um método de prevenção do HIV/Aids. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. (Orgs.) *Quebrando o Silêncio: mulheres e Aids no Brasil.* Rio de Janeiro: Abia/IMS/Uerj & Relume Dumará: 1996a. p. 169-180.

GUIMARÃES, E. *Escola, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

HEILBORN, M. L. *Conversa de portão juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*, 1984. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.

HEILBORN, M. L. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas*, 1(1):50-82, 1993.

HEILBORN, M. L. Violência e mulher. In: VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 89-98.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares. In: MADEIRA, F. (Org.) *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre adolescentes pobres no Brasil*. São Paulo: Rosa dos Ventos/Unicef/Fundação Carlos Chagas, 1997. p. 291-342.

HELMAN, C. *Cultura, Saúde e Doença*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HERZLICH, C. & PIERRET, J. The construction on a social phenomenon: Aids in French Press. *Social Science and Medicine*, 9(11):235-1242, 1989.

HOMANS, H. & AGGLETON, P. (Eds.) *Social Aspects of Aids.* London: The Falmer Press, 1988. p. 1235-1242.

INGHAM, R; WOODCOCK & STENNER, K. The limitations of rational decision-making models as applied to young people's sexual behavior. In: AGGLETON, P; DAVIES, P. & HART G. (Eds.) *Aids: rights, risk and reason*. London: The Falmer Press, 1992. p. 163-173.

ISER (Instituto de Estudos da Religião). *Projeto eco-comunidade: diagnóstico ambiental do Parque Proletário de Vigário Geral*. Coordenação Geral Samyra Crespo, 1994. (Mimeo.)

JEOLÁS, L. *O jovem e o imaginário da Aids: o* bricoleur *de suas práticas e representações*, 1999. Tese de Doutorado em Antropologia Social, São Paulo: PUC.

JORNAL DO BRASIL. As meninas do tráfico. Rio de Janeiro, 16 jun. 1998. Caderno Cidade, p. 29.

JORNAL DO BRASIL. Sou HIV positivo na alma. Rio de Janeiro, 14 jan. 1998. Caderno Cidade, p.1- 20.

KANE, S. National discourse and the dynamics of risk: ethnography and Aids intervention. *Human Organization*, 52(2):224-228, 1993.

KANE, S. Aids quarantine, human rights and anthropology. *Anthropology Newsletter*, feb. 1994. p. 48.

KLEINMAN, A. *Patients and Healers in the Context of Culture*. Berkeley, L.A. & London: University of California Press, 1980.

KNAUTH, D. Um problema de família: a percepção da Aids entre mulheres soropositivas. In: LEAL, O. (Org.) *Corpo e Significado.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 379-390.

KNAUTH, D. O vírus procurado e o vírus adquirido. *Estudos Feministas*, 5(2):291-301, 1997.

KNAUTH, D.; VICTORIA, C.& LEAL, O. A banalização da Aids. *Horizontes Antropológicos*, 4(9):171-202, 1998.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA F. (Org.) *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre adolescentes pobres no Brasil*. São Paulo: Rosa dos Ventos/Unicef/Fundação Carlos Chagas, 1997. p. 11-44.

LEAL, O. Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: LEAL, O. (Org.) *Corpo e Significado*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 13-35.

LEAL, O. & LEWGOY, B. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, O. (Org.) *Corpo e Significado.* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 57-76.

LHOMOND, B. Qu'est-ce qu'un rapport sexuel? Remarques à propos des enquêtes sur les comportements sexuels. *Mots, le Language du Politique*, 49:107-115, 1996.

LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LONGRIGG, J. Epidemic, ideas and classical Athenian society. In: RANGER, T. & SLACK, P. (Eds.) *Epidemics and Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LOYOLA, M. A. *Médicos e Curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel, 1984.

LUZ, M. Relações entre adolescentes e a sociedade: instituição, violência e disciplina. Série *Estudos em Saúde Coletiva*. IMS/Uerj, 48, 1993.

MACGRAFT, J. et al. Cultural determinants of sexual risk behavior for Aids among Baganda woman. *Medical Anthopology Quartely*, 6(2):153-161, 1992.

MADEIRA, F. (Org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre adolescentes pobres no Brasil.* São Paulo: Rosa dos Ventos/Unicef/ Fundação Carlos Chagas, 1997.

MADEIRA, F. Recado dos jovens: mais qualificação. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 2. p. 427-496.

MAHER, L. *Sexed Work: gender, race, and resistance in Brooklyn drug market*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

MALINOWSKY, B. Objeto, métodos e alcance desta pesquisa. In: ZALUAR, A. (Org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 39-62.

MANN, J.; TARANTOLA, D. J. M. & NETTER, T. W. (Orgs.) *A Aids no Mundo*. Rio de Janeiro: Abia, IMS/UERJ e Relume Dumará, 1993.

MARSHALL, C. & ROSSMAM, G. (Eds.) *Designing Qualitative Research.* 2.ed. California: Sage, 1995.

McCALL, M. & BECKER, H. *Symbolic Interactions and Cultural Study.* Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

MÉRCHAN-HAMANN, E. *Adolescente pobre, escola e prisão: as práticas, representações e cenários culturais dos riscos de HIV/Aids*, 1996. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

MERTENS, T. E. & LOW-BEER, D. HIV and Aids: where is the epidemic going? *Bulletin of the World Health Organization*, 74(2):121-129, 1996.

MESQUITA, F. & BASTOS, F.I. (Orgs.) *Drogas e Aids*: *estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, M. C. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

MONTEIRO, S. *A Aids no contexto escolar: análise de um programa de prevenção*, 1995a. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, UERJ.

MONTEIRO, S. Projeto Viva a Vida: prevenindo a Aids na escola. In: CZERESNIA, D. et al. (Orgs.) *Aids, Pesquisa Social e Educação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995b. p. 122-136.

MONTEIRO, S. Aids prevention in Brazilian public schools: a partnership between governments and a non governmental organization. *Ciência e Cultura*, 50(5):319-328, 1998.

MONTEIRO, S. *Aids, sexualidade e gênero: a lógica da proteção entre jovens de um bairro popular carioca*, 1999. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

MONTEIRO, S.; CASTELLO BRANCO, C. & SANTOS, E. M. Projeto viva a vida. In: CASTELLO BRANCO, C.; SANTOS, E. M. & MONTEIRO, S. (Orgs.) *Aids Educação: um convite à prevenção*. Rio de Janeiro: Abia, 1996. p. 16-39.

MONTEIRO, S. & REBELLO, S. Desenvolvimento e avaliação de jogos educativos no campo da prevenção do HIV/Aids e do uso indevido de drogas. In: ACSELRAD, G. (Org.) *Avessos do Prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 215-232.

MONTEIRO, S.; REBELLO, S. & SCHALL, V. An educational game about Aids for children. *Hygie International Journal of Health Education*, X(4):32-35, 1991.

MONTEIRO, S.; REBELLO, S. & SCHALL, V. Jogando e aprendendo a viver: uma abordagem da Aids e das drogas através de recursos educativos. In: MESQUITA, F. & BASTOS, F. (Orgs.) *Drogas e Aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec/Iepas, 1994. p. 133-146.

NATIONS, M. Epidemiological research on infectious disease: quantitative rigor or rigormortis? Insights from ethnomedicine. In: JANES, C.; STALL, R.; & GIFFORD, S. (Eds.) *Anthropology and Epidemiology*. Holland: D. Reidel Publishing Company, 1986. p. 97-123.

NEWMAN, L; ZIERLER, S. & CHEUNG, D. Epidemiological and ethnographic methods for research in high-risk behavior: integrated approaches to acceptability and intervention. In: WASSERHEIT, J.; ARAL, S. & HOLMES, K. (Eds.) *Research Issues in Human Behavior and Sexually Transmitted Disease in the Aids Era*. Washington, D.C.: American Society of Microbiology, 1991. p. 258-266.

NORDSTROM, C. & ROBBEN, A. (Eds.) *Fieldwork under Fire Contemporary Studies of Violence and Survival*. Berkeley, Los Angeles & Oxford: University of California Press, 1995.

NOVAES, R. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, H. (Org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 119-160.

NOVAES, R. & MAFRA, C. Juventude conflito social e solidariedade. *Comunicações do Iser*, 50(17), 1998.

OPPENHEIMER, G. Causes, cases and cohorts: the role of epidemiology in the historical construction of Aids. In: FEE, E. & FOX, D. (Eds.) *Aids the Making of a Chronic Disease*. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 49-83.

ORTIZ, R. Introdução. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu.* São Paulo: Ática, 1994. p. 7-29. (Coleções Grandes Cientistas Sociais, 39).

PACKARD, R & EPSTEIN, P. Medical research on Aids in Africa: a historical perspective. In: FEE, E. & FOX, D. (Eds.) *Aids the Making of a Chronic Disease*. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 346-376.

PAICHELER, G. General population and HIV prevention strategies: from risk to action. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(supl. 2):93-105, 1999.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIVA, V. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. (Orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996a. p. 213-234.

PAIVA, V. *Fazendo arte com a camisinha: a história de um projeto de prevenção da Aids para jovens*, 1996b. Tese de Doutorado, São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

PARKER, R. Youth, identity and homosexuality: the changing shape of sexual life in contemporary Brazil. *Journal of Homosexuality*, 17(3-4):269-282, 1989.

PARKER, R. *Bodies, Pleasures and Passions*. Boston: Beacon Press, 1991.

PARKER, R. Empowerment, community mobilization and social change in the face of HIV/Aids. *Aids*, 10(suppl. 3):S27-S23, 1996.

PARKER, R. Teorias de intervenção e prevenção do HIV/Aids. In: PARKER, R. & TERTO, V. (Orgs.) *Entre Homens: homossexualidade e Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Abia, 1998. p. 101-109.

PARKER, R. & CAMARGO Jr., K. Pobreza e HIV/Aids: aspectos antropológicos e sociológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(supl. 1):89-102, 2000.

PARKER, R.; HERDT, G. & CARBALLO, M. Cultura sexual, transmissão do HIV e pesquisas sobre Aids. In: CZERESNIA, D. et al. (Orgs.) *Aids, Pesquisa Social e Educação*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/ Abrasco, 1995. p. 17- 45.

PARKER, R. et al. (Orgs.). *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Abia, IMS/Uerj e Relume Dumará, 1994.

PATTON, C. *Sex and Germs: the politics of Aids*. Boston: South end Press, 1985.

PATTON, C. *Fatal Advice: how safe-sex education went wrong*. United States of America: Duke University Press, 1996.

PATTON, M. Q. *Qualitative Evaluation and Research Methods*. California: Sage, 1990.

PETTERSON, P. *Risco sob risco: prostituição e Aids*, 1994. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

PROCHASKA, J. et al. The transtheoretical model of change and HIV prevention: a review. *Health Education Quarterly*. 21(4):471- 486, 1994.

REBELLO, S; MONTEIRO, S. & VARGAS, E. A visão dos escolares sobre drogas no uso de um jogo educativo. *Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação,* 8:75-88, 2001.

RIO DE JANEIRO. Secretaria do Estado de Saúde. *Boletim Epidemiológico DST & Aids,* 2001.

ROPA, D. & DUARTE, L. F. Considerações teóricas sobre a questão do "atendimento psicológico" às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, S. (Org.) *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 179-201.

SALEM, T. Mulheres faveladas: 'Com a venda nos olhos'. In: FRANCHETO, B.; CAVALCANTI, M. L. & HEILBORN, M. L. (Orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SALEM, T. Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente. *Boletim do Museu Nacional*, 54: 1-27, 1985.

SANSONE, L. A Internacionalização da cultura negra: uma comparação entre jovens de classe baixa no Brasil e na Holanda. *Novos Estudos Cebrap*, 56: 111-136, 2000.

SANTOS, E. M. *Aids related knowledge and sexual practices among two groups of adolescents of Rio de Janeiro, Brazil: a contribution to HIV/Aids prevention programs*, 1992. Tese de Doutorado, Illinois: University of Illinois, Urbana-Champaign.

SANTOS, E. M. Comportamentos sexuais, práticas sexuais, habitus, trabalho erótico: uma contribuição ao estudo das sexualidades. In: CZERESNIA, D. et al. (Orgs.) *Aids, Ética e Biotecnologia*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995. p.77-100.

SARTI, C. *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores associados, 1996.

SANTOS FILHO, E. T. Ecos da XIII Conferência Mundial de Aids em um país do chamado mundo em desenvolvimento. *Boletim DST/Aids*, out., 2000.

SCHALL, V. et al. Educação no contexto da epidemia de HIV/Aids: teorias e tendências pedagógicas. In: CZERESNIA, D. et al. (Orgs.) *Aids, Ética e Biotecnologia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995. p. 84-105.

SCHALL, V. et al. Evaluation of the Zig-Zaids game, a playful-educative resource for HIV/Aids prevention. *Cadernos de Saúde Pública,* 1999. (Suplemento Temático).

SCHEPER-HUGUES, N. *Death without Weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1993.

SCHEPER-HUGUES, N. Aids and the social body. *Social Science and Medicine*, 39(7):991-1003, 1994.

SCHOEPF, B. Aids, sex and condoms: African healers and the reinvention of tradition in Zaire. *Medical Anthropology*, 14(2-4), 1992.

SEEGER, A. *Os Índios e Nós: estudos sobre sociedade tribais*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SEFFNER, F. Aids, estigma e corpo. In: LEAL, O. (Org.) *Corpo e Significado*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p. 391-415.

SHILTS, R. *And the Band Played on, People and the Aids Epidemic*. New York: St. Martin's, 1987.

SHUTZ, A. *Fenomenología del Mundo Social*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

SILVA, H. & MILITO, C. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

SIMÕES BARBOSA, R. *Aids e gênero: as mulheres de uma comunidade favela*, 1994. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

SINGER, M. et al. Aids and the drug user: the local context in prevention efforts. *Medical Anthropology*, 14(2-4), 1992.

SLACK, P. Introduction. In: RANGER, T. & SLACK, P. (Eds.) *Epidemics and Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SOARES, B. Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L. E. (Org.) *Violência e Política no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Iser/Relume Dumará, 1996.

SOARES, B. et al. *Retratos das mulheres presas no estado do Rio de Janeiro 1999/2000*, 2001. Relatório de pesquisa (Mimeo.)

SONTAG, S. *Aids and its Metaphors*. New York: Farrar/Straus/Giroux, 1989.

SOUSA, I. C. F. et al. A missing agenda in Brazilian schools: the debate on popular health practices. *Ciência e Cultura*, 50(5):328-336, 1998.

SOUTO, J. Os outros lados do *funk* carioca. In: VIANNA, H. (Org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 59-94

TOURIGNY, S. Some new dying trick: African American youths 'choosing' HIV/Aids. *Qualitative Health Research*, 8(2):149-167, 1998.

TRAVASSOS, C. & LEBRÃO, M. L. Morbidade hospitalar nos jovens. In: BERQUÓ, E. (Org.) *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998. v. 2. p. 165-196.

TREICHLER. P. Aids and HIV infection in the Third World: a first world chronicle. In: FEE, E. & FOX D. (Eds.) *Aids, the Making of a Chronic Disease.* 1992. Berkeley: University of California Press. p. 377-412.

UNAIDS/WHO. *Global summary of the HIV/Aids epidemic,* dec. 2000. (www.unaids.org)

VAITSMAN, J. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Estudos Feministas*, 5(2):303-320, 1997.

VAITSMAN, J. Living in many worlds: women in a poor community in Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Latin American Studies Association, 1998. (Mimeo.)

VALLINOTO, T. C. *A construção da solidariedade, um estudo sobre a resposta coletiva à Aids*, 1991. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

VANCE, C. Anthropology rediscovers sexuality: a theoretical comment. *Social Science and Medicine*, 33(8):875-884, 1991.

VARGAS, E. *Corpo e sexualidade através das imagens em vídeo*, 1998. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro: CCS/Nutes/UFRJ.

VARGAS, E.; REBELLO, S. & MONTEIRO, S. Aids e drogas: avaliando alternativas de prevenção. *Revista de Atenção Primária à Saúde* (Nates/UFJF), 4, nov.99/fev.2000:17-19, 1999.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VELHO, G. *Projeto e Metamorfose Antropologia das Sociedades Complexas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 10-24.

VENTURA, Z. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, H. *O Mundo* Funk *Carioca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

VILLA, A. Haciendo visible a los varones en las relaciones de género. *Boletim Sexualidade, Gênero e Sociedade* (IMS/Uerj), 7-8: 6-11, abr. 1998.

VILLELA, W. Refletindo sobre a negociação sexual como estratégia de prevenção da Aids entre mulheres. In: PARKER, R. & GALVÃO, J. (Orgs.) *Quebrando o Silêncio, Mulher e Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Abia/IMS/Uerj & Relume Dumará, 1996. p. 181-190.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta as Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p.17-57.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. *Um Século de Favela.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZALUAR, A. & LEAL, M. C. Gênero e educação pública: uma comparação entre o Ciep e a escola comum. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 78, (188/189/190):157-194, 1997.

WEEKS, J. *Sexuality.* New York: Tavistock Publications/Ellis Horwood Limited in association with Methuen, 1986.

WEEKS, J. Aids: the intellectual agenda. In: AGGLETON, P.; HART, G. & DAVIES, P. (Eds.) *Aids: social representation, social practices*. New York: Falmer Press, 1989. p 1-20.

WELLINGS, K. Perception of risk media treatments of Aids. In: AGGLETON, P. & HOMANS, H. (Eds.) *Social Aspects of Aids*. London: The Falmer Press, 1988. p. 83-105.

WILLIAMS, S. J. Theorizing class, health and lifestyles: can Bourdieu help us? *Sociology of Health and Illness*, 17(5):577-604, 1995.

Formato: 16 x 23 cm
Tipologias: Precidio e Toure
Papel: Pólen Soft 80g/m^2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m^2 (capa)
Fotolitos: Laser vegetal (miolo)
Engenho & Arte Editoração Gráfica Ltda. (capa)
Impressão e acabamento: Millennium Print Comunicação Visual Ltda.
Rio de Janeiro, agosto de 2002.

Não encontrando nossos títulos em livrarias,
contactar a EDITORA FIOCRUZ:
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9039
Telefax: (21) 3882-9006 e 3882-9007
http://www.fiocruz.br/editora
e-mail: editora@fiocruz.br